

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEG FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC

MARY CARNEIRO DE PAIVA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM MARCELINO VIEIRA/RN

MARY CARNEIRO DE PAIVA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM MARCELINO VIEIRA/ RN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)/Faculdade de Educação, na área de Políticas e Gestão da Educação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite

Catalogação da Publicação na Fonte.

Oliveira, Mary Carneiro de Paiva.

Educação do campo: um estudo sobre o desenvolvimento do Programa Escola Ativa em Marcelino Vieira/RN / Mary Carneiro de Paiva Oliveira. – Mossoró, RN, 2013.

148 f.

Orientador (a): Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Educação. Programa de Pósgraduação em Educação. Área de Concentração: Políticas e Gestão da Educação.

- 1. Educação do Campo Dissertação. 2. Programa Escola Ativa–Brasil Dissertação. 3. Classes Multisseriadas Dissertação.
- 4. Gestão do Pedagógico Dissertação. I. Leite, Ivonaldo Neres.
- II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III.Título. UERN/BC CDD 370.7

Bibliotecário: Tiago Emanuel Maia Freire / CRB - 15/449

MARY CARNEIRO DE PAIVA OLIVEIRA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM MARCELINO VIEIRA/RN

DATA DE APROVAÇÃO: 30/08/2013

COMISSÃO EXAMINA

Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr Alessandro Augusto Azevedo Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dr^a Arilene Maria Soares de Medeiros Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Aos meus filhos, à minha mãe, ao meu pai (*in-memória*), ao meu esposo, às minhas irmãs, ao meu irmão, aos meus avós maternos, aos/às meus/minhas sobrinhos/as, que, num elo de fé, me impulsionam e me sustentam, por meio de um amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À *Deus*, por cada dia vivido, por cada sentimento de queda, por cada ascensão, por me fazer compreender que sou 'um eterno aprendiz', por cada desafio vencido, e por acreditar em mim e no outro, como seres humanos capazes de construir um mundo melhor.

Aos meus filhos *Luís Eduardo Carneiro de Oliveira* e *Luana Isabelly Carneiro de Oliveira*, a quem tento mostrar o caminho da educação, como aquele que edifica o ser humano em todas as suas dimensões. Obrigada, por sempre me apoiarem e incentivarem, por entenderem a minha ausência física na construção da caminhada de vocês, mas acredito que não é a quantidade de horas passadas juntos que farão de vocês pessoas melhores, e sim, a qualidade das horas que passamos como família.

Aos meus pais, *José Carneiro do Nascimento (in-memória)* e *Maria de Fátima de Paiva Carneiro*, que desde sempre me amaram; e com os valores da humildade, da honestidade e do respeito, souberam me educar. E como família, dialogamos no caminho da educação, pois cedo, eu e meus irmãos fomos inseridos no 'mundo da leitura', conduzidos a contribuir para um mundo melhor. Como sempre dizia meu pai, e mesmo quando perdera a voz, deixou escrito para sua família: "A maior herança que um pai pode deixar para um filho é o SABER". Obrigada! E a minha mãe, um agradecimento especial, por abrir mão da sua vida no lugar onde sempre viveu, para ir cuidar dos meus filhos em Natal, enquanto estudam. Sei que, na sua simplicidade, nos ensinou e ensina que estudar é sempre prioridade em nossa família.

Ao meu esposo, por sempre acreditar em mim nesses 25 anos de convivência, por compreender minhas ausências, por superarmos os desafios da vida cotidiana, pelos momentos em família que tanto me deram força para continuar, e também por sermos companheiros na construção de uma educação com mais qualidade.

Às minhas irmãs, *Magna e Fabiana* e ao meu irmão *Romualdo*, pelo amor e pela força que nos une como família. Obrigada por acreditarem na minha capacidade de vencer mais uma etapa na minha vida como educadora. Temos em nossa alma os ensinamentos dos nossos pais

sobre o sentido da educação na vida de uma pessoa, assim, nos formamos professores, e agora aguardo vocês nesse caminho de pesquisadores, pois sei que também são capazes.

Aos meus avós, *Firmo* e *Soledade*, por serem queridos comigo, pelo exemplo de família que construíram ao longo de suas vidas, amo vocês. Em especial, a vovô Firmo, homem do campo, agricultor, com saberes e experiências de 95 anos bem vividos, pessoa que me inspirou a lutar por uma Educação do Campo e a acreditar nas potencialidades de cada camponês.

Às minhas sobrinhas *Marina*, *Raissa*, *Maria Clara e Maria Eduarda*, e aos meus sobrinhos *Paulo José*, *Otávio* e *Oto*, por fazerem parte da minha vida, e serem fontes de amor e de alegrias. Agradeço por deixarem minha vida "mais doce que um doce de batata-doce".

Às minhas tias *Liduina* e *Dorinha*. A primeira, por cuidar de mim, da minha família e da minha casa como se fosse a sua, por se emocionar junto comigo a cada angústia que passava na mesa de estudo. A segunda, por ser quase outra mãe, por cuidar de mim e do meu esposo nos finais de semana. Obrigada as duas e saibam que fazem parte dessa conquista.

À família do meu esposo, que acreditaram e torceram por mim a cada luta vencida, e por compreenderem minha ausência em alguns momentos familiares, que deixei de participar em função das atividades acadêmicas.

Ao "compadre" *Jonas* (*in-memória*), pessoa que fez parte desta construção, que adorava me chamar de "doutora", pois acreditava na minha capacidade. Obrigada! Queria que pudesse estar aqui, para partilhar comigo e com minha família essa conquista, sei que foi uma das pessoas que mais torceu por mim.

Aos meus amigos e colegas da Escola Municipal Edilton Fernandes, da Escola Estadual Desembargador Licurgo Nunes e da Secretaria Municipal de Educação pelo apoio de sempre. Em especial, *Francimeire Cesário* e *Denise Lopes* pela ajuda nas correções da língua portuguesa; e a minha grande amiga e colega *Marta* por "tudo", pois não dá para especificar nestas linhas. Obrigada!

Aos colegas da nossa primeira turma do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação/POSEDUC da UERN, pelos conhecimentos compartilhados e construídos, pelas

amizades conquistadas, as quais farão sempre parte da minha vida, pois num mundo sem limites geográficos, ligado por redes sociais, não ficaremos sem contato. Quero agradecer em especial aos colegas da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, pelas partilhas das "angústias epistemológicas"; na casa de Gilneide ou numa mesa de lanchonete, sempre estávamos nos encontrando para esses momentos.

Às minhas amigas e companheiras de viagem e de Mestrado. À *Francicleide*, pelos nossos ditos em nossa língua particular "nordestinês" e pelo apoio recíproco, quando íamos e vínhamos sozinhas orientadas pelos "mapas" que somente nós compreendíamos. À *Diana*, por começarmos juntas essa batalha, quando alguns não acreditaram em nossa capacidade, e unidas vencemos mais esse desafio de vida, por ser nossa conselheira familiar e motorista de todas às horas. À *Iandra*, por reencontrá-la na caminhada da educação. À *Emanuela*, ex-aluna e amiga, que chegou para registrar todos os momentos das nossas viagens. Obrigada pelos risos, pelos choros, e alegrias compartilhadas, em todos os momentos que nos permitimos viver em cada viagem rumo à Mossoró/Marcelino Vieira e vice e versa.

Às minhas companheiras de residência, *Sinara* e *Suzy*, com quem dividi todas as experiências possíveis na minha volta em ser estudante, e assim compartilhar um ambiente coletivo. *Sinara*, ex-aluna e agora colega/amiga, obrigada por dividir as angústias cotidianas vividas. *Suzy*, por ter te conhecido e saber que ainda existe ser humano como você, capaz de acolher o outro só pelo prazer de fazer o bem.

Ao meu orientador Prof. Dr. *Ivonaldo Neres Leite*, pessoa que me conduziu no caminho da pesquisa, que soube me ajudar a superar os desafios enfrentados nesse processo de construção. Obrigada por acreditar em mim, mesmo sabendo que era iniciante na pesquisa, pois orientar alguém já experiente nessa atividade é uma coisa; já orientar alguém que se construiu a cada diálogo, a cada orientação por e-mail, a cada leitura indicada, a cada discussão partilhada, a cada angústia dividida, é outra; o que demonstra a competência profissional que tem. Contigo aprendi que não sabia de nada, e que sempre serei um aprendiz, e isso, hoje, me faz um pesquisador, pois me despi das vaidades acadêmicas e profissionais, para poder compreender o que é pesquisar. Continuar nesse caminho é propósito na minha vida, e espero encontrar seres humanos como você, capazes de "lapidar" as habilidades e competências necessárias na produção do conhecimento.

Aos professores do POSEDUC, que tanto me ajudaram nas aulas, nas discussões partilhadas, nas indicações de leituras relevantes a minha pesquisa e no incentivo à produção científica. Em especial, a Prof^a. Dr^a. Arilene, a quem aprendi a querer bem como se fosse da minha família; jamais esquecerei as inquietações da primeira disciplina que você ministrou, ajudaram-me a compreender o contexto político no qual nasci, cresci e vivi.

Aos sujeitos da minha pesquisa, que tanto contribuíram, pois sem vocês essa conquista não seria possível. Obrigada a cada gestor, a cada professor, a cada aluno e a cada representante de comunidade, pela disponibilidade que tiveram em conversar comigo, a me receberem em suas residências e local de trabalho, para que pudesse realizar as entrevistas e observações necessárias.

Às comunidades do Juazeiro e do Panatis, que passaram a ser o terceiro lugar mais frequentado por mim. Obrigada pela recepção e por acreditar que esta pesquisa de alguma forma poderia contribuir para a educação camponesa.

Ao Prof. Dr. *Antonio Pereira* e à Prof^a. Dr^a. *Arilene de Medeiros*, por terem participado da banca de qualificação do Projeto, dando relevantes contribuições, sugerindo caminhos para que esta pesquisa pudesse se efetivar.

Ao Prof. Dr. *Alessandro Azevedo* e à Prof^a. Dra. *Arilene*, por fazerem para da Banca Examinadora, que se dispuseram a ler este trabalho e trazer importantes contributos para o mesmo.

A maior riqueza do homem é a sua incompletude. Nesse ponto sou abastado. Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem Usando borboletas.

(MANOEL DE BARROS)

RESUMO

O presente trabalho realiza um estudo sobre a implementação Programa Escola Ativa (PEA) no município de Marcelino Vieira-RN, designadamente nas comunidades de Juazeiro e Panatis. O trabalho partiu do seguinte problema de pesquisa: Quais contribuições o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas das comunidades do Juazeiro e Panatis, no município de Marcelino Vieira/RN? Seu objetivo geral, portanto, foi analisar essas contribuições. Para responder à aludida pergunta, e atingir o referido propósito, metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa, levantando-se o material empírico através de entrevistas semiestruturadas, observação de campo e análise documental. Dentre os resultados aos quais se chegou, podem ser destacados os seguintes: 1) como política educacional importada, a adaptação e implementação do PEA em Marcelino Vieira requereu esforços adicionais para envolver os sujeitos na sua execução no cotidiano escolar; 2) instrumentos do Programa contribuíram para a gestão do pedagógico no cotidiano escolar; 3) após a implementação do Programa, verificou-se estatisticamente a redução da evasão escolar; 4) a implementação do Programa não trouxe avanços do ponto de vista da infraestrutura das escolas, proporcionando condições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico; 5) a implementação do Programa propiciou oportunidade para o trabalho pedagógico coletivo. Do ponto de vista conclusivo, a abordagem desenvolvida permitiu chegar a elementos como: 1) conceitualmente, o PEA não está referenciado nos pressupostos básicos da Educação do Campo, tal qual esta emerge como construção dos movimentos sociais; 2) com a implementação do PEA, houve a diminuição do abandono escolar, mas a permanência dos alunos na escola não significa necessariamente que eles estão aprendendo; 3) há a necessidade de formação inicial e continuada dos professores do campo; 4) diante da situação vivida pelas escolas multisseriadas na zona rural, faz-se necessário, por exemplo, formular políticas no âmbito das gestões locais – que levem em conta as especificidades dos municípios – no sentido de enfrentar os desafios que estão colocados à Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Programa Escola Ativa, classes multisseriadas, gestão do pedagógico.

ABSTRACT

This paper conducts a study about the implementation of the Active School Program (ASP) in the municipality of Marcelino Vieira-RN, on the communities of Juazeiro and Panatis. The work begun from the following research problem: What contributions the Active School Program provided for management of pedagogical in daily of schools of communities from Juazeiro and Panatis in the municipality of Marcelino Vieira / RN? Its overall objective, therefore, was to analyze these contributions. To answer to the above question, and achieve the purpose, methodologically, was held a qualitative research, raising the empirical material through semi-structured interviews, field observation and documentary analysis. Among the results to which they arrived, can be highlighted: 1) As an imported educational policy, the adaptation and implementation of the ASP in Marcelino Vieira required additional efforts to engage the individuals in their implementation in daily school; 2) Program instruments contributed to the management of pedagogical in everyday school; 3) After implementation of the program, there was a statistically reduction of truancy; 4) The implementation of the program did not bring advances from the point of view of infrastructure of schools, providing conditions for the development of pedagogical work; 5) The implementation of the program provided an opportunity for collective pedagogical work. From the viewpoint conclusive, the approach developed permitted to reach elements as: 1) Conceptually, the ASP is not referenced in the basic assumptions of Countryside Education, like this emerges as construction of social movements; 2) With the implementation of the SAP, there was a decrease in the dropout, but the students staying in school does not necessarily mean that they are learning; 3) There is the need for initial and continuing training of teachers in the field; 4) Up the situation faced by multigrade schools in rural areas, it is necessary, for example, formulate policies within the local administrations - that take into account the specificities of municipalities - to meet the challenges that are posed to the Countryside Education.

Keywords: Countryside Education, Active School Program, multigrade classes, management of pedagogical.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Frente da E. M. Francisco Tomaz de Aquino 2	
Foto 2	Interior da E. M. Francisco Tomaz de Aquino 2	
Foto 3	Frente da E. M. Cícero Rodrigues	
Foto 4	Interior da E. M. Cícero Rodrigues	
Foto 5	Frente da E. M. Francisco Avelino Sobrinho 2	
Foto 6	Interior da E. M. Francisco Avelino Sobrinho	
Quadro 1	Rural X Campo 33	
Figura 1	Marco Estrutural do PEA 50	
Quadro 2	Diretrizes gerais do PEA 53	
Quadro 3	Críticas ao PEA no Brasil 56	
Tabela 1	Ata dos Resultados Finais de 2008	
Tabela 2	Ata dos Resultados Finais – Escola Municipal Francisco 75	
	Tomaz de Aquino	
Tabela 3	Ata dos Resultados Finais – Escola Municipal Cícero	75
	Rodrigues	
Tabela 4	Ata dos Resultados Finais – Escola Municipal Francisco	75
	Avelino Sobrinho	
Figura 2	Eixos avaliados na escola	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG Auxiliar de Serviços Gerais

BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAMEAM Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia

COEP Coordenação Estadual de Projetos

EJA Educação de Jovens e Adultos

ENERA Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

FAP Fichas de Acompanhamento e Controle

FEMURN Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDESCOLA Fundo de Desenvolvimento da Escola

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IFRN Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAFOR Plano Nacional de Formação de Professores

PAR Plano de Ações Articuladas

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola

PEA Programa Escola Ativa

PEN Programa Escuela Nueva

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP Projeto Político Pedagógico

PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RN Rio Grande do Norte

SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEEC Secretaria do Estado de Educação e Cultura

SETEPE Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas

SME Secretaria Municipal de Educação

SMEMV Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UAB Universidade Aberta do Brasil

UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO Fundo das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNESCO- Escritório Regional de Educação da UNESCO para América Latina e o

OREALC Caribe

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UVA Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1.	O SENTIDO DO TRABALHO E AS SUAS MOTIVAÇÕES	17
2.	NOTA METODOLÓGICA E CONTEXTO DO ESTUDO	
3.	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	26
	CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS	28
1.1	A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	28
1.1.1	Educação do campo x Educação Rural: lados e interesses opostos	
1.2	DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO: ENTRE A CONQUISTA E O RECONHECIMENTO	36
1.3	ESCOLAS DO CAMPO E CLASSES MULTISSERIADAS: TRAÇOS HISTÓRICOS E REALIDADE CONTEMPORÂNEA	39
1.4	A GESTÃO DO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	42
	CAPÍTULO II – POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTO LOCAL: O PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM MARCELINO VIEIRA/RN	47
2.1	PROGRAMA ESCOLA ATIVA (PEA): ORIGEM E DIRETRIZES	47
2.2	PROBLEMATIZANDO O PROGRAMA ESCOLA ATIVA	54
2.3	IMPLEMENTAÇÃO DO PEA EM MARCELINO VIEIRA/RN	57
	CAPÍTULO III – O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E A GESTÃO DO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DO CAMPO DE MARCELINO	
	VIEIRA	69
3.1	ESCOLAS DO CAMPO DE MARCELINO VIEIRA: O ANTES E O DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA	69
3.2	COTIDIANO ESCOLAR E GESTÃO DO PEDAGÓGICO NO PÓS ESCOLA ATIVA EM COMUNIDADES DE MARCELINO VIEIRA	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICES	100

Apêndice 1 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Gestora 1	101
Apêndice 2 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Gestora 2	104
Apêndice 3 – Grelha da analise de conteúdo da entrevista com a Professora.	109
Apêndice 4 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Professora.	114
Apêndice 5 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Professora.	118
Apêndice 6 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com o Aluno	123
Apêndice 7 — Grelha da análise de conteúdo da entrevista com o Representante da Comunidade	125
Apêndice 8 – Registro de observação do Diário de Campo	128
ANEXOS	132
Anexo 1 – Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação	
(CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB) instituindo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo	133
Anexo 2 – Manual de Adesão ao Programa Escola Ativa	137

INTRODUÇÃO

Uma das condições necessárias para pensar certo é não estarmos demasiados certos das nossas certezas. (Paulo Freire)

1. O SENTIDO DO TRABALHO E AS SUAS MOTIVAÇÕES

Iniciamos a escrita desta Introdução, sublinhando uma compreensão que nos move nesta dissertação, que é a de buscar resposta para o que nos propomos a pesquisar.

Como procedimentos do andamento deste trabalho de investigação, revisamos a bibliografia, interagimos com o campo empírico do estudo, realizamos a pesquisa e analisamos os dados, daí derivando os resultados do trabalho. Entendemos, contudo, que as verdades decorrentes desse processo, e que se pretendem expressar ao longo desta dissertação, são incompletas, pois tratamos de fenômenos humanos na dinâmica da vida cotidiana, e não de experiências em laboratórios, ao modo da ciência positivista, realizando testes e re-testes que procuram eliminar erros e encontrar certezas.

O nosso "laboratório" foi a vida, o mundo social, com as suas subjetividades e dinâmicas, e então, assim, as respostas da nossa pesquisa não podem se configurar como fechadas, pois isto poderia levar a uma falsa consciência da verdade. A apreensão da realidade social, mesmo quando o pesquisador busca a totalidade, é parcial (GOLDMANN, 1986), mas as limitações que daí podem decorrer não devem ser vistas, *a priori*, como impropriedades, pois, da perspectiva da produção do conhecimento, não há inconveniente nas explicações parciais, desde que elas não coloquem um ponto final em suas observações (MELLO, 1988). Assim, compreendemos que este trabalho poderá despertar novas possibilidades para novos conhecimentos sobre a Educação do Campo.

Posto isso, cabe dizer que este trabalho, tendo como foco a Educação do Campo, nasce a partir da história desta autora, que conta com 12 anos de trabalho com professores do campo, fazendo parte da equipe técnica-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira-RN e participando do trabalho desta no desenvolvimento das ações educativas do município. Foi dessa história que surgiram as inquietações e a curiosidades no sentido de analisar escolas do campo após a implementação do Programa Escola Ativa (PEA), pois almejava buscar respostas sobre seus resultados.

As inquietações a respeito do PEA se acentuaram mais ainda em razão da ter mantido uma relação bastante estreita com o mesmo, pois foi professora-multiplicadora do Programa desde a sua implementação no município, em 2008, até o momento em que cessou a sua execução no cenário nacional como política educacional¹. Foi uma relação construída em diversos espaços e momentos, como: na formação continuada junto à UFRN (universidade responsável pela coordenação do PEA no RN); durante a sua implementação em Marcelino Vieira; na interação/parceria com a Coordenação de Projetos da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte (COEP), que acompanhou, presencialmente, o desenvolvimento do PEA nas escolas campesinas dos municípios potiguares.

Como decorrência das inquietações, por ocasião de um curso de especialização, realizamos a produção do artigo intitulado "Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino: descobrindo a transdisciplinaridade com o Programa Escola Ativa" ², os resultados da pesquisa, que versavam sobre os instrumentos metodológicos do Programa, buscou diagnosticar a existência ou não de atividades que transcendessem as disciplinas, no cotidiano da Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino.

Partindo dessa primeira experiência, e movida pelo pensamento de que a educação, desenvolvida no campo precisava sair do anonimato e adentrar nas discussões das políticas educacionais, nas agendas das pesquisas acadêmicas, é que o presente trabalho tem como objeto de estudo o Programa Escola Ativa (PEA).

2. NOTA METODOLÓGICA E CONTEXTO DO ESTUDO

Toda pesquisa parte de um problema, e todo problema implica numa pergunta ou num questionamento. Problema que surge da observação do mundo no qual estamos inseridos, observação que vai além do que os nossos olhos conseguem captar, ou seja, observação do que está nas entrelinhas e não nas linhas, usando todos os nossos sentidos; sendo assim, no processo de pesquisa, somos conduzidos a levantar questionamentos sobre a realidade que se deseja investigar e, por meio de métodos e técnicas, procuramos buscar respostas para as indagações (RICHARDSON, 2011).

² Trabalho de conclusão do curso de especialização, realizado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) no ano de 2010. Apresentado e publicado nos Anais da IV Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas (SETEPE) – CAMEAM/UERN. (OLIVEIRA, 2012)

¹ O PEA foi encerrado no primeiro semestre de 2012 como política educacional para o campo. No entanto, no município de Marcelino Vieira/RN, as escolas multisseriadas do campo continuaram com sua metodologia, uma vez que a maioria das observações desta pesquisa foram realizadas nesse mesmo ano.

Partindo desse pressuposto, tivemos como propósito responder ao seguinte problema: Quais contribuições o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas das comunidades do Juazeiro e Panatis, no município de Marcelino Vieira/RN? Ou seja, a proposta foi analisar quais as contribuições deixadas por essa política educacional para a forma como o ensino deve ser ministrado, a maneira de fazer a gestão do pedagógico e que provocaram mudanças na relação de ensino-aprendizagem após a implementação desse Programa.

Desse modo, o planejamento de execução da pesquisa, configurado pelo Projeto de Dissertação, definiu como objetivo geral do estudo *analisar as contribuições que o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas das comunidades do Juazeiro e Panatis, no município de Marcelino Vieira*. Para atingir esse propósito, foram delineados procedimentos específicos, consubstanciados em ações como: expor as diretrizes do PEA, com um olhar crítico e analítico sobre as mesmas; descrever como ocorreu a implementação do PEA nas escolas, refletindo sobre esse processo, bem como sobre a recepção do Programa pelos sujeitos da pesquisa; fazer um diagnóstico nas escolas das comunidades do Juazeiro e Panatis, referente ao antes e ao depois do Programa Escola Ativa.

A pesquisa de onde resulta esta Dissertação é de natureza qualitativa, sem que isso signifique alimentar uma dicotomia com a pesquisa quantitativa, visto que é possível uma conciliação entre as duas perspectivas. O levantamento do material empírico deu-se através da realização de entrevistas semiestruturadas, análise documental³ e observação participante, de onde resultou um Diário de Campo.

A opção pela entrevista semiestruturada decorreu do fato de ela, não obedecendo a uma diretividade fechada, permitir ao pesquisador estabelecer uma interlocução com o entrevistado de forma flexível, abrindo a possibilidade de captação de uma quantidade ampliada de informações. Optou-se por esse tipo de instrumento tendo-se como referência o que afirmam Quivy e Campenhoudt (2008), quando assinalam, considerando a entrevista semiestruturada, que ela é semidiretiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem composta por um grande número de perguntas precisas, com o pesquisador tendo, assim, uma maior liberdade no levantamento dos dados, sem se desviar, no entanto, dos objetivos.

Em relação ao conjunto de entrevistas realizadas, ele tem a seguinte composição: 07 professores; 03 representantes dos conselhos escolares (um de cada escola), 03 alunos (um de

_

³ A análise documental diz respeito basicamente à leitura e interpretação de documentos oficiais, tanto da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira como do Ministério da Educação.

cada escola) e 02 gestores da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira – a própria Secretária de Educação e a Coordenadora do Núcleo Rural de Ensino, ao qual estão vinculadas as escolas do campo. Ou seja, um total de 15 entrevistas. A transcrição das entrevistas, assim como a citação delas ao longo desta dissertação, mantém a originalidade das falas, para que se reproduza com fidelidade o que elas narram.

O material empírico das entrevistas foi tratado conforme a técnica de análise de conteúdo, que, nas palavras de Bardin (2002, p. 31):

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Há, contudo, distinções na realização de análise de conteúdo, e assim adotamos como orientação a análise de conteúdo temático-categorial, formulando categorias de modo temático. Isto é, seguindo os passos operacionais deste tipo de análise de conteúdo, o tratamento analítico do material empírico aportado pelas entrevistas foi classificado em grelhas cujo corpo é estruturado por categorias, subcategorias, indicadores/unidades de registro e unidades de contextos. Trata-se, certamente, de algo trabalhoso, demandando tempo, mas, por outro lado, algo necessário, imprescindível, para a adequada consecução da atividade de pesquisa, como bem enfatizam Ghiglione e Matalon (1997) na abordagem que desenvolvem sobre análise de conteúdo.

A decisão pela observação participante foi impulsionada por, dentre outras razões, nela, o pesquisador, já tendo contato com o seu campo empírico, vivenciando-o, como era o nosso caso, dispor de informações sobre a sua viabilidade, pois, assim, de alguma forma, ele já fez ou faz etnografia (RICHARDSON, 2011), na medida em que o problema de pesquisa surgiu exatamente da experiência cotidiana do pesquisador em relação ao fenômeno a ser estudado. Durante a pesquisa de campo, o nosso registro foi feito com base em notas no Diário de Campo, observando uma aula de cada turma multisseriada das escolas *lócus* desta pesquisa, que nos serviu também como apoio para a análise de conteúdos das entrevistas realizadas. Foram observadas também outras atividades nas escolas, introduzidas pelo Programa Escola Ativa. Durante a observação, tivemos a oportunidade de ter um contanto direto com as pessoas das comunidades, por meio de conversas informais, conhecendo assim um pouco mais os lugares onde as escolas investigadas se localizam.

O campo empírico da pesquisa é constituído pelas escolas Francisco Tomaz de Aquino (01 turma), Cícero Rodrigues (03 turmas) e Francisco Avelino Sobrinho (01 turma),

localizadas nas comunidades de Juazeiro e Panatis. Esta delimitação decorreu do fato de essas escolas terem sido parte de um projeto piloto no município de Marcelino Vieira para serem as primeiras a adotar o Programa Escola Ativa.

Dada à importância de se ter bem claro o referido campo, convém apresentar uma caracterização de cada escola.



Foto 1 – Frente da E. M. Francisco T. de Aquino

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 11/06/2012.



Foto 2 – Interior da E. M. Francisco T. de Aquino

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 04/07/2012.

A Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino se localiza na comunidade do Juazeiro em Marcelino Vieira. É constituída por uma turma multisseriada com 13 alunos matriculados, que vão desde a Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental, a faixa etária dos alunos se encontra entre 04 e 13 anos de idade. Funciona numa casa alugada, não possuindo, portanto, sede própria. Possui 02 funcionários: 01 Auxiliar de Serviços Gerais

(ASG) e 01 professora (é da comunidade do Juazeiro). O horário de funcionamento da escola se dá das 13h00 às 17h00⁴.



Foto 3 – Frente da E. M. Cícero Rodrigues

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 11/06/2012.



Foto 4 – Interior da E. M. Cícero Rodrigues

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 11/06/2012.

A Escola Municipal Cícero Rodrigues também se localiza na comunidade do Juazeiro. É constituída por 05 turmas, destas 04 são multisseriadas, funcionando do seguinte modo no turno matutino: uma turma com a Educação Infantil, com 15 alunos matriculados, e outra com 1°, 2° e 3° ano do Ensino fundamental, e 22 alunos matriculados. No turno vespertino: uma turma com 3° e 4° ano do Ensino Fundamental, e 17 alunos matriculados; e outra com 4° e 5° ano do Ensino Fundamental, e 18 alunos matriculados. No turno noturno,

⁴ Os dados referentes à caracterização das escolas são relativos ao ano de 2012.

.

uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com os níveis I, II, III e IV, de forma multisseriada. A escola possui 09 funcionários: 02 ASG, 02 merendeiros, distribuídos em dois turnos (matutino e vespertino), todos moram na comunidade; e 06 professores (são da comunidade do Juazeiro). Vale ressaltar que a turma de Educação Infantil possui 02 professores. Essa escola funciona em sede própria, estruturada em 02 salas de aula, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 secretaria e 01 recreio coberto.



Foto 5 – Frente da E. M. Francisco A. Sobrinho

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 11/06/2012.



Foto 6 – Interior da E. M. Francisco A. Sobrinho

Fonte: Arquivo fotográfico da SMEMV, 11/06/2012.

A Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho se localiza na comunidade do Panatis. É constituída por 05 turmas, destas 04 são multisseriadas, funcionando da seguinte forma no turno matutino: uma turma com a Educação Infantil, com 15 alunos matriculados, e outra com 1° e 2° ano do Ensino fundamental, e 13 alunos matriculados. No turno vespertino:

uma turma com 2°, 3° e 4° ano do Ensino Fundamental, e 11 alunos matriculados; e outra com 4° e 5° ano do Ensino Fundamental, e 13 alunos matriculados. No turno noturno, uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com os níveis I, II, III e IV, de forma multisseriada. A escola possui 09 funcionários: 02 ASG, 02 merendeiros, distribuídos em dois turnos (matutino e vespertino), todos moram na comunidade; e 05 professores. Essa escola funciona em sede própria, que se estrutura em 02 salas de aula, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 secretaria e 01 recreio coberto.

Assim como a clarificação em relação à caracterização das escolas, nos convém, no que concerne aos sujeitos entrevistados, sublinhar algumas informações a seu respeito, bem como referir o modo como foram feitas as entrevistas. Procurando preservar as suas identidades, eles serão descritos com identificações em forma de letras e números, identificações estas que os referenciarão ao longo desta dissertação. Ei-los:

- Aluno A, do sexo masculino, tinha 08 anos de idade, estudava o 2º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino; há 04 anos estudava nessa escola, é membro do Colegiado Estudantil; mora na comunidade do Juazeiro desde que nasceu, trabalha em casa apenas ajudando nas tarefas domésticas. A realização da entrevista com ele ocorreu na escola no dia 18 de outubro de 2012.
- O Aluno B, é uma menina de 10 anos de idade, não trabalhava, estudava o 4º ano do Ensino Fundamental, e há 05 anos estudava na Escola Municipal Cícero Rodrigues, era membro do Colegiado Estudantil; mora no sítio Panatis desde que nasceu, embora a escola que estudasse fosse localizada no Juazeiro. A entrevista foi realizada na sede da escola, no dia 23 de outubro de 2012.
- O Aluno C, também era uma menina com 11 anos de idade, não trabalhava, mora na comunidade do Panatis desde que nasceu, estudava o 5º ano do Ensino Fundamental, era membro do Colegiado Estudantil. A entrevista foi realizada na sede da escola, no dia 04 de dezembro de 2012.
- O Representante de Comunidade A, mora na comunidade do Juazeiro desde que nasceu, portanto, há 35 anos. É agricultora, estudou somente até a 4ª série de Ensino Fundamental, e representa a comunidade no Conselho Escolar da Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino. A entrevista foi realizada na escola, no dia 18 de outubro de 2012.
- O Representante de Comunidade B, é Agente Comunitária de Saúde, mora na comunidade do Juazeiro há 37 anos, ou seja, desde que nasceu. Ela possui o Ensino

Médio completo, e representa a comunidade no Conselho Escolar da Escola Municipal Cícero Rodrigues. A entrevista foi realizada na residência da entrevistada, no dia 23 de outubro de 2012.

- O Representante de Comunidade C, é agricultor e presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Panatis, mora na comunidade do Panatis desde que nasceu, há 48 anos, estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Representa a comunidade no Conselho Escolar da Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, e a entrevista foi realizada na residência do entrevistado, vizinha à escola, no dia 04 de dezembro de 2012.
- O Gestor 1, que era a Secretária Municipal de Educação de Marcelino Vieira quando da entrevista, morando nesse município desde que nasceu, é graduada em pedagogia, e dos seus 56 anos de idade, 27 anos foram dedicados à educação; e como gestora da educação, já exercia essa função há 12 anos. A entrevista foi realizada na residência da entrevistada no dia 21 de novembro de 2012.
- O Gestor 2, era coordenadora do Núcleo Rural de Ensino II quando da entrevista, nasceu e mora em Marcelino Vieira há 45 anos, é graduada em Pedagogia e especialista em Psicopedagogia, há 21 anos trabalha na educação e é coordenadora há 07 anos. A entrevista foi realizada no dia 17 de outubro de 2012, na residência da entrevistada.
- A Professora A, leciona na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino há 11 anos, possui o Magistério em nível médio, atualmente está cursando a licenciatura em Ciências Biológicas através do PAFOR, na UERN. Mora na comunidade do Juazeiro há 35 anos, isto é, desde que nasceu. É professora contratada provisoriamente pela Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira. A entrevista foi realizada na escola no dia 18 de outubro de 2012.
- A Professora B, é professora aposentada pela Rede Estadual de Ensino, e há 17 anos leciona na Escola Municipal Cícero Rodrigues, é docente efetiva da Rede Municipal de Ensino, tem 59 anos de idade, e há 39 anos mora na comunidade do Juazeiro. Tem a formação em Magistério no nível médio. A entrevista foi realizada no dia 23 de outubro de 2012, na residência da entrevistada.
- A Professora C, é professora contratada provisoriamente, exerce a docência na Escola Municipal Cícero Rodrigues há 08 anos, possui o Magistério em nível médio, e atualmente está cursando Pedagogia à distância pela UFRN no Polo UAB de

- Marcelino Vieira, e há 31 anos mora na comunidade do Juazeiro, portanto, desde que nasceu. A realização da entrevista foi na escola no dia 23 de outubro de 2012.
- A Professora D, mora na comunidade do Juazeiro há 36 anos, ou seja, desde que nasceu. É professora efetiva do quadro dos funcionários da Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira, e leciona há 14 anos na Escola Municipal Cícero Rodrigues, sua formação é em Magistério em nível médio, e está cursando Pedagogia pela UVA, numa turma que funciona em Marcelino Vieira/RN. A entrevista foi realizada na escola, no dia 23 de outubro de 2012.
- A Professora E, leciona na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho como professora contratada temporariamente há 04 anos, nasceu na comunidade do Panatis, e aos 15 anos de idade foi morar em Brasília, e depois de 10 anos regressou à comunidade do Panatis; desde que voltou passou a ensinar na escola da comunidade. Tem a formação em Ensino Médio. A entrevista foi realizada na escola, no dia 04 de dezembro de 2012.
- A Professora F, mora na comunidade do Panatis há 22 anos, desde que nasceu. Leciona na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho há 04 anos, como professora contratada provisoriamente. Possui licenciatura em Pedagogia pela UVA. A entrevista foi realizada no dia 04 de dezembro de 2012, na sede da escola.
- A Professora G, também mora na comunidade do Panatis há 22 anos, desde que nasceu, leciona na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho há 03 meses. Possui o Ensino Médio incompleto, haja vista que estava cursando a 2ª série. A entrevista foi realizada na escola no dia 13 de dezembro de 2012.

3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências Bibliográficas.

No Primeiro Capítulo, intitulado *Educação do Campo: Perspectivas e Desafios*, abordamos como se deu a construção do conceito de Educação do Campo, realizando uma retrospectiva da sua origem e evolução; em seguida, tratamos das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; e posteriormente, discutimos as escolas do campo e as classes multisseriadas em uma perspectiva histórica, além disso, consideramos a

realidade contemporânea. Finalizamos este capítulo enfocando a relação entre a gestão do pedagógico e a Educação do Campo.

No Segundo Capítulo, denominado *Políticas Educacionais em Contexto Local: o Programa Escola Ativa em Marcelino Vieira/RN*, tratamos, em um primeiro momento, da origem do Programa e das suas diretrizes; em um segundo momento, procedemos a uma problematização analítica do mesmo; e em um último momento, enfocamos, com dados empíricos, a implementação do PEA em Marcelino Vieira.

No Terceiro Capítulo, intitulado *O Programa Escola Ativa e a Gestão do Pedagógico em Escolas do Campo de Marcelino Vieira*, enfocamos as escolas que foram pesquisadas, considerando o antes e o depois da implementação do PEA, procurando, sobretudo identificar os elementos da gestão do pedagógico nas mesmas após a adoção do Programa.

Nas Considerações Finais, apresentamos alguns elementos conclusivos do trabalho, assumindo, como decorrência do caráter parcial que marca a apreensão da realidade social, conforme antes já sublinhado, a sua incompletude. Ao mesmo tempo, chamamos a atenção para os desafios em torno da Educação do Campo e para a necessidade de ações alternativas frente a esses.

Por último, a disponibilização de materiais da base empírica da pesquisa. Na parte dos Apêndices, está disponibilizada uma amostra das grelhas da análise de conteúdo realizada das entrevistas e das observações resultantes do Diário de Campo. Na parte dos Anexos, estão disponibilizados exemplos de documentos oficiais que foram analisados.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

(...) A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.

A Liberdade da Terra é assunto de todos.

Quantos não se alimentam do fruto da terra.

Do que vive, sobrevive do salário.

Do que é impedido de ir à escola.

Dos meninos e meninas de rua.

Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.

Dos que amargam o desemprego.

Dos que recusam a morte do sonho.

A Liberdade da Terra e a Paz do campo tem um nome.

Hoje viemos cantar no coração da cidade para que ela ouça nossas canções...

(PEDRO TIERRA)

Discutir Educação do Campo sempre é uma tarefa que demanda um significativo esforço analítico, pois ela é feita da diversidade⁵, de múltiplos olhares e sujeitos. E para compreender a perspectiva que ora se começa a delinear, sobre as bases da referida educação, faz-se necessário que se entenda as sua origens, a sua evolução e a sua construção conceitual, na medida em que a Educação do Campo surge em contraposição à chamada Educação Rural.

Dessa forma, procuramos, neste capítulo, passar em revista a construção do conceito de Educação do Campo, abordar as suas Diretrizes Operacionais para as escolas, evidenciar um panorama das classes multisseriadas e enfocar a relação entre a gestão do pedagógico e Educação do Campo.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Educação do Campo? O que é? Como ela é? Para que serve? Para quem serve? Perguntas que sempre permeiam o pensamento de quem busca compreendê-la. É nesse sentido que a nossa construção irá decorrer.

normalmente, refere-se à qualidade ou a condição do que é diverso, as características ou elementos diversos entre si, que existem sobre um assunto, ambiente, etc. Afirmando que há, por exemplo, atualmente, uma diversidade de opiniões ou pontos de vista, diversidade de costumes, hábitos, comportamentos, crenças e valores, uma diversidade sexual, a diversidade biológica ou a biodiversidade, etc. Enfim, vários sentidos sobre diversidade, dependendo do contexto de que está se falando. Segundo Arroyo (2012), diversidade na Educação do Campo está direcionada aos sujeitos camponeses, quando estes se tornam, diversos no fazer-se na história, diversos no padrão de trabalho, diversos no padrão de poder, diversos nas inserções e relações territoriais e diversos nas formas de opressão-libertação.

⁵ Tomamos por base o conceito de diversidade conforme Konzen (2012), quando designa que este termo, normalmente, refere-se à qualidade ou a condição do que é diverso, as características ou elementos diversos

Assim, convém referir a década de 1990, quando os movimentos sociais do campo ganharam forças e impeliriam o governo a debater com eles propostas de uma educação que fosse **do**, e não **para** o campo, uma vez que, até então, havia apenas se pensado oficialmente a educação camponesa conforme um "paradigma urbanocêntrico", com vistas na dicotomia entre campo e cidade.

Nesse sentido, pode-se conceber a Educação do Campo como algo recente no meio educacional que se insere num cenário redesenhado do campo brasileiro. A Educação do Campo, segundo Caldart (2012, p. 257),

(...) nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

E para compreender o conceito de Educação do Campo, há a necessidade de levantar questões como: qual o seu significado? Qual o percurso da sua construção? De tal modo que as indagações nos levem à possibilidade de uma discussão em nível mais conceitual, onde entendemos que existe uma acumulação de práticas, relações e embates.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Educação do Campo, teve sua origem nos movimentos sociais pela terra, que precisavam da implantação de políticas educacionais voltadas para os assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária. Teve-se como pressuposto que "a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo" (FERNANDES, 2006, p. 28).

Assim sendo, os movimentos sociais são parte constituinte da educação do campo, e, assim, ela própria, de certo modo, assume uma dimensão de movimento social. Nesse processo, importa entender os movimentos sociais, conforme assinala Silva (2006), como grupos de pessoas que se posicionam politicamente e cognitivamente de forma semelhante, porque fazem parte de um coletivo, percebendo-se como força social capaz de transformar posições contrárias de outros grupos. São sujeitos que agem, afirmam-se e se vinculam a uma identidade de grupo e expressam opiniões em diversas esferas da existência humana,

-

⁶ Isto é, onde o urbano é o centro de tudo, com a qualidade de vida sendo concebida como possível somente no espaço urbano (MORAES ET AL, 2010).

principalmente quando dizem respeito aos setores sociais explorados e excluídos da sociedade.

Tendo presente essa definição, podemos então ter uma perspectiva dos sujeitos ativos que contribuíram e contribuem para a construção da Educação do Campo. Partem do interesse individual para o coletivo, na luta pelo bem comum, movem-se em meio às contradições da sociedade.

É possível entender, consequentemente, que o processo de construção da Educação do Campo se traduz numa luta antiga dos sujeitos que vivem nas comunidades rurais do Brasil, na busca pelo direito à terra e a uma educação de qualidade voltada para as especificidades do campo, luta que percebemos desde as longínquas revoltas populares existentes na nossa história. Isso porque os setores hegemônicos nunca tiveram uma preocupação com os sujeitos que viviam no campo, que sempre foram vistos como ignorantes, atrasados e de fácil subordinação, e nessa visão, a educação também reproduz essa ideologia sobre o povo camponês, como bem nos mostra Pereira (2009, p. 178),

A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz; um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade [...] As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade como um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade.

Com essa trajetória histórica, definir um conceito fechado para Educação do Campo traz um perigo reducionista para essa definição, haja vista que essa educação é composta por contradições e tensões permanentes, presentes no seu modo de se relacionar com a sociedade e na sua própria estrutura de ver o humano nas suas particularidades.

A Educação do Campo encontra-se em construção, numa história marcada por disputas, conforme as contradições da realidade social onde ela se situa. Segundo Caldart (2008), a disputa na qual a Educação do Campo está envolvida é marcada pela busca de territórios concretos, isto é, a terra como comunidade de destino, como espaço para fazer a vida pela palavra e pela ação.

Continuamos com Caldart (2008, p. 69), com ela afirmando que:

(...) uma primeira compreensão necessária para nós é de que se o conceito de Educação do Campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por uma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social.

Nesse sentido, convém destacar três pontos no processo de construção e discussão da Educação do Campo. Eles são: a materialidade da sua origem; a sua identificação como uma especificidade no campo educacional; e o movimento da realidade em que vem se constituindo como uma concepção de educação. Tenhamos em atenção cada um deles.

Entender a materialidade da Educação do Campo requer que se considere a tríade "Campo – Política Pública – Educação", sublinhando a tensão que, na maioria das vezes, perpassa esses termos. A propósito dessa tríade, Caldart (2008, p. 70) destaca que há "quem prefira tratar a Educação do Campo tirando o campo (e seus sujeitos sociais concretos) da cena, possivelmente para poder tirar as condições sociais (o 'sangue') que as constituem desde a origem".

A mesma autora ainda coloca que existe quem queira excluir da educação campestre à dimensão da política pública, pois tem receio da relação com o Estado, de "contaminar" os seus objetivos de emancipação social. Ela também expõe que há pessoas que consideram a Educação do Campo como um projeto de desenvolvimento do campo. E por fim, assinala a tranquilidade daqueles que preferem conceber a Educação do Campo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo.

Portanto, diante do exposto, assumimos a postura de conceber de forma indissociável os referidos termos, acompanhando Caldart (2008, p. 71), mais uma vez, quando ela afirma: "pensar os termos [*da tríade*] separados significa na prática promover uma desconfiguração política e pedagógica de fundo da Educação do Campo".

No que se refere à especificidade da Educação, esse aspecto relaciona-se com a concepção dos atores que compreendem o campo como um lugar singular, onde brota vida e colocam-se possibilidade de um desabrochar natural do ser humano. Assim:

O que nos parece fundamental entender para não nos desviarmos da discussão de origem é que a especificidade de que trata a Educação do Campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos. Não tem sentido, dentro da concepção social emancipatória que defendemos afirmar a especificidade da Educação do Campo pela educação em si mesma; menos ainda pela escola em si mesma (uma escola específica ou própria para o campo). Isso é reducionismo; politicamente perigoso e pedagogicamente desastroso. Esse reducionismo de fato tem aparecido nos debates e nas práticas, exatamente pela tendência indicada antes do deslocamento dos termos da tríade de constituição originária da Educação do Campo (IBIDEM, 2008, p. 73).

Dessa forma, assumimos que a especificidade da Educação do Campo não tem a ver com reducionismo, com o desprezo por conhecimentos fundamentais para a humanidade, mas que são externos ao campo. O que importa considerar é o que de próprio existe na vida do camponês, as particularidades que marcam a realidade do campo.

No tocante ao movimento da realidade em que a Educação do Campo vem se constituindo como uma concepção de educação, é de se sublinhar três momentos diferentes, mas que se complementam, e que dizem ao **ser**, **está sendo** e o **poderá vir a ser**. Nessa perspectiva, a Educação do Campo é *denúncia*, *resistência e luta*, quando recusa que o homem do campo seja tratado como inferior. Ela é propositiva quando a denúncia não é espera passiva. É também superação, pois há um projeto utópico, projetado em novas concepções de transformação social e de emancipação humana (CALDART, 2008).

Seguindo esse raciocínio, entendemos a Educação do Campo como proposta que inova cotidianamente, que têm em conta os saberes e as experiências dos povos do campo, e que prima por uma postura em que seus sujeitos se empenham na luta por políticas públicas e pelo reconhecimento ao direito do processo de ensino-aprendizagem considerando as particularidades da diversidade. Deste modo, conceber uma educação que respeite o modo de vida do povo camponês só é possível considerando o que nos diz Caldart (2002, p. 22),

É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para serem os sujeitos destas transformações.

A discussão sobre o conceito de educação do campo faz-nos compreender este último como espaço diverso em termos econômicos, políticos e culturais.

O processo de configuração da concepção de Educação do Campo encontra-se em desenvolvimento, na dinâmica dos movimentos sociais e nas ações de todos os sujeitos empenhados numa perspectiva emancipatória do campesinato. Por outro lado, na universidade são desenvolvidos estudos e pesquisas a respeito do assunto, tendo como referência a busca de base científica para abordagem do mesmo.

1.1.1 Educação do campo x Educação Rural: lados e interesses opostos

Buscando contrapor as perspectivas da educação do campo com outras formas de conceber a educação camponesa, faz-se necessário mostrar as diferenças entre as concepções

de Educação do Campo e Educação Rural. Nesse sentido elaboramos o quadro abaixo, evidenciando, de forma contraposta, posições básicas das duas concepções.

Do ponto de vista da sua construção, o referido quadro apresenta-se de modo semelhante ao que, metodologicamente, o sociólogo alemão Max Weber categorizou como um *tipo ideal*, isto é, um instrumento resultante da abstração que, mesmo que embora não traduza de modo absoluto o que procura refletir, é útil para a análise da realidade (WEBER, 1997). O quadro foi construído tendo como referência a nossa pesquisa empírica e a revisão bibliográfica de autores como: Fernandes (2006), Freire (2011), Pereira (2009), Fernandes et al (2008), Arroyo (2006), Sousa et al (2008), Santos e Germano (2006), Santos (2010), Caldart (2002, 2012), Ribeiro (2012) e Santos (2006).

Quadro 1 – Rural X Campo

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Território do agronegócio	Território do campesinato	
Pacote educacional urbano	Projeto pedagógico sintonizado com a realidade do campo	
Ensino fragmentado e isolado	Proposta de ensino transdisciplinar	
Hegemônica ⁷	Contra-hegemônica ⁸	
Individualista	Coletiva	
Perspectiva da multissérie	Perspectiva da multidade e de temporalidades diversas	
Escola isolada em relação à comunidade	Escola interativa com a comunidade	
Desvinculada do mundo do trabalho camponês e da sua vida	Relacionada com o mundo do trabalho camponês e sua vida	

Antes de passar para a análise das dimensões do Quadro acima, é preciso conhecer e entender a conjuntura em que se insere e se inseriu a Educação Rural, uma vez que esteve presente numa corrente de pensamento, chamada de "ruralismo pedagógico", advinda dos

_

⁷ Aqui, adotamos o conceito da obra gramsciana sobre hegemonia, onde não se pode separá-lo de uma concepção "ampliada" do Estado (sociedade civil + sociedade política). Este, compreendido como um sistema de instrumentos que produzem liderança intelectual e consenso. Nesse sentido, a hegemonia não é redutível à ideologia, nem pode ser compreendida como simples manipulação ou doutrinação. Constitui "todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida", um sistema vivido de significados e valores, constitutivo e constituidor, que se confirmam reciprocamente. O espaço da sociedade civil é o local de consolidação dos projetos sociais, da dominação direta, mediante a organização e o convencimento por meio do Estado em seu sentido restrito (sociedade política) (PRONKO e FONTES, 2012).

⁸ A contra-hegemonia refere-se à contraposição da sociedade civil, pois a hegemonia, em si, já a pressupõe. Compreendendo que a hegemonia não é estática e nem mecânica, a produção contra-hegemônica se faz na necessidade dos trabalhadores construírem organizações que garantam uma prática coerente, uma formulação intelectual que supere a fragmentação do senso comum e, ao mesmo tempo, integre a alta cultura, elevando-a e disseminando-a para toda a humanidade; isso se configura numa direção intelectual e moral dos trabalhadores, no sentido de superar a divisão da sociedade em classes sociais (PRONKO e FONTES, 2012).

debates realizados no período de 1930-1940, decorrentes do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* em 1932. Essa corrente dentro da educação rural veio contrapor à escola tradicional, de orientação urbana, haja vista que parecia contribuir para o desenraizamento do camponês, por isso acompanhava as críticas do escolanovismo dirigidas à pedagogia tradicional. Os adeptos do "ruralismo pedagógico" nesse período da história da educação brasileira, "defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de 'boas intenções', permaneceu apenas no discurso" (RIBEIRO, 2012, p.296).

Nesse sentido, no que concerne à Educação Rural, pode-se defini-la, ainda que provisoriamente, como uma modalidade que perpassa a escola destinada às populações rurais, que garantem o seu sustento por meio do trabalho oriundo do uso da terra; sendo que esta concepção se articula de forma indissociável com este trabalho, colocando-a no interior da luta de classes, diretamente na formação do trabalhador para os interesses do capital, na condição de classe.

Dessa forma, analisemos primeiro, no quadro, a Educação Rural. A primeira dimensão dela evidenciada mostra, no âmbito dos interesses capitalistas e do agronegócio, que o campo é concebido apenas como espaço de exploração e lucro, por via da monocultura, sendo reservado aos camponeses apenas o papel de plantar para os fins do mercado, como é o caso da exportação, desprezando-se, assim, a produção para a subsistência familiar.

A segunda, a terceira e a sexta dimensões demonstram que a Educação Rural traz para o campo um "pacote" educacional urbano, composto por calendário, currículo e professor. Assim, são desprezados os saberes dos povos da terra, fragmenta-se o ensino, e não se leva em conta as temporalidades da vida camponesa, ou seja, por exemplo, os seus modos de socialização e os seus calendários agrícolas.

Essas fragilidades reforçam a quarta e a quinta dimensões elencadas, no quadro, referentes à Educação Rural, na medida em que dão base às concepções político-sociais e econômicas hegemônicas na sociedade, sociedade tal que se alimenta do individualismo como "força motora do mercado".

A sétima e a oitava dimensões referidas à Educação Rural revelam que ela se mantém distante das comunidades do campo, do modo como se processa o cotidiano camponês.

A chamada Educação Rural, conforme demonstrado, define as suas ações sem conhecer propriamente o público com o qual ela vai trabalhar: os sujeitos do campo. Ou seja,

não se têm em atenção os camponeses, pois, nas palavras de Ribeiro (2012, p. 293), trata-se de pessoas que "trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho", que, muitas vezes, não possuem terra, e sim moram e cuidam de uma propriedade que não é sua; que são pessoas com uma dinâmica de vida distinta da verificada na cidade e que têm temporalidades de aprendizagens diferentes.

Nesse sentido, os filhos dos camponeses, desde cedo, têm uma relação muito próxima do trabalho, e, assim, tem-se que considerar que o trabalho produtivo articulado à unidade familiar é um fator a ser avaliado no processo educativo do campesinato (IBIDEM, 2012).

Em síntese, conforme Ribeiro (2012, p. 297), "a educação rural funcionou [funciona] como um instrumento formador tanto de uma mão de obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado". Nesse sentido, há uma necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, havendo uma separação completa entre os conhecimentos aprendidos na escola e aqueles produzidos no cotidiano camponês, relacionados aos modos de vida e de trabalho.

Quanto à Educação do Campo, conforme as dimensões que são apresentadas no quadro, ela se coloca em posição oposta em relação à Educação Rural, pois conforme Ribeiro (2012, p. 298):

Em confronto com a educação rural negada, a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra organizados no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo por base a cooperação. A educação do campo não admite a interferência de modelos externos, e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesa.

Nessa perspectiva, está pressuposto na primeira dimensão o entendimento do campo/território como um sistema de policultura, baseado na agricultura familiar e sustentável, comprometido com os interesses dos camponeses nos seus movimentos sociais de luta pela terra, por políticas afirmativas para o campo, sendo esse espaço visto como um lugar de possibilidades e de desenvolvimento.

A segunda, a terceira e a sexta dimensões da Educação do Campo, conforme descritas no quadro, implicam no comprometimento com um processo de ensino-aprendizagem com um currículo cujos componentes valorizem os saberes camponeses e a busca pela construção de uma proposta marcada por uma relação transdisciplinar com o

conhecimento. Por outro lado, aposta num calendário letivo de acordo com as especificidades da vida camponesa e prima pela ideia de que o educador tenha identidade com a realidade das comunidades do campo.

No concernente à quarta, quinta, sétima e oitava dimensões o que elas representam, de acordo com Caldart (2012), pode ser descrito como consciência em busca de mudança. Neste sentido, elas constituem uma base de premissas que contribuem para a configuração da Educação do Campo onde se pode destacar o seguinte: 1) constitui-se como luta social; 2) adquire o sentido de pressão coletiva por políticas públicas para o campo; 3) procura trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade e complexidade dos sujeitos; 4) afirma que os educadores são considerados sujeitos essenciais da formulação pedagógica e das transformações da escola; 5) conjuga a luta pelo acesso à educação com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado; 6) associa a luta pela educação com a luta pela terra, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar.

As mencionadas dimensões da Educação do Campo, em suma, corporificam o que ela é, ou seja, a mesma resulta da ação dos movimentos populares na luta pela terra como expressão do movimento camponês, articulando o trabalho produtivo à educação escolar, tendo por base a produção. Não aceita interferência de modelos externos, "e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesa" (RIBEIRO, 2012, p.298).

1.2 DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO: ENTRE A CONQUISTA E O RECONHECIMENTO

A menção à Educação do Campo nos discursos educacionais só veio a se fazer presente após a Constituição de 1988, através da voz dos movimentos sociais, dentre eles o MST – Movimento dos Sem Terra. Isso, durante o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA)⁹, materializando as ideias de uma educação desenvolvida no interior dos movimentos sociais, ligando a escola à luta pela terra e por políticas públicas nacionais para o campo, essas, pensadas desde o fim da década de 1980.

Nesse contexto, as universidades passaram a ter novos olhares para essa conjuntura, com destaque para a educação que se desenhava nos assentamentos rurais, passando a "ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades" (FERNANDES,

⁹ Realizado no ano de 1997, marco importante na construção da Educação do Campo (FERNANDES, 2002).

2002, p. 62). Essa realidade encontra-se refletida na realização da Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo¹⁰ na qual Fernandes (2002) aponta a influência dos sem-terra, no sentido de levarem os camponeses, quilombolas e indígenas a pensarem suas diferenças e saberes, no processo de construção de práticas pedagógicas de educação popular, com bases numa educação que tivesse uma escola do campo e não no campo. Isso porque **do campo** se traduz numa proposta de pedagogia com referências nas diferentes experiências dos sujeitos campesinos; já a **no campo** representa uma tradição rural de dominação, baseada num modelo pedagógico hegemônico em função das classes dominantes e do latifúndio.

Um marco no cenário educacional na década de 1990 foi a LDB 9394/96, que trouxe uma nova normatização para a educação. A LDB foi de significativa relevância para a Educação do Campo, pois foi a partir do Artigo 28, propondo adequação da escola à vida do campo, que foi embasado o Parecer n.º 36/2001¹¹, tendo-se assim a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, num processo que resgata as mesmas da sua condição periférica no sistema nacional de educação (SILVA, 2002).

Tendo como referência Molina (2012), compreendemos que o estabelecimento das dispositivos legais se firma como um passo importante na exigência da efetivação do direito à educação dos povos camponeses, embora seja insuficiente para sua garantia, uma vez que, somente a luta coletiva dos sujeitos interessados diretamente e seus aliados, poderá criar condições de fazer valer os direitos estabelecidos. Alguns desses dispositivos legais são: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resoluções nº. 1 e nº. 2, de 2002 e 2008 respectivamente); o Parecer nº. 01, de 2006, que reconhece os dias letivos da alternância; o Decreto nº. 7.352, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o artigo 205 da Constituição Federal, que versa sobre as condições e a garantia do direito à educação nos diferentes níveis e modalidades; e ainda a LDB 9394/1996 nos artigos 23, 26 e 28, que tratam das especificidades do campo, referentes às dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

O Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituída em 1996, nos incisos de I a III, trata dos conteúdos curriculares, bem como das metodologias apropriadas às necessidades e aos interesses dos alunos do campo, tendo em vista a organização do espaço e

-

¹⁰ Evento realizado em 1998.

¹¹ Trata do texto base do Projeto de Resolução que fixa as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (SILVA, 2002).

do tempo pedagógico, considerando a adequação do calendário escolar ao calendário de produção das comunidades rurais.

Já o Artigo 3º das Resoluções nº. 01 e 02 de 2002 e 2008, trata da obrigatoriedade do Estado em garantir a universalização do acesso da população campesina à educação básica, reafirmando os artigos 205, 23, 26 e 28 contidos respectivamente, na Carta Magna brasileira de 1988 e na lei 9394/1996 (MOLINA, 2012).

Continuando com a discussão sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, é preciso voltar a atenção sobre o que nos dizem alguns dos seus artigos. São eles:

- Os artigos 5º, 7º, 8º e 9º, que vêm legitimar as possibilidades de alterações na organização do trabalho pedagógico, curricular e nos tempos educativos a serem vivenciados na construção da escola do campo, bem como reconhecer que a formação inicial e continuada dos educadores do campo considere a Educação do Campo como norteadora do processo de ensino e aprendizagem.
- O artigo 6º, que traz a afirmação da responsabilidade e o cumprimento do atendimento escolar na educação infantil, no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos nos espaços rurícolas, com base na premissa do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- O artigo 10°, que em consonância com o artigo 14 da LDB 9394/1996, aborda as
 práticas da gestão escolar, assinalando a importância do envolvimento de todos que
 fazem a Educação do Campo na sua condução, assim como enfatizando o
 comprometimento dessas práticas com o desenvolvimento mais amplo do campo.
- O artigo 12, que versa sobre a determinação da formação dos educadores para a
 Educação do Campo, em comum acordo com os artigos 12, 13, 61, 62 e 67 da Lei de
 Diretrizes e Bases da Educação; menciona-se a necessidade de, nos processos de
 formação dos educadores do campo, serem consideradas as questões da diversidade
 cultural, as transformações pelas quais passam o campo brasileiro e o protagonismo de
 crianças, jovens e adultos do campo.

Posto isto, e fazendo uma relação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo com a legislação educacional do contexto local deste estudo, é pertinente destacar que a Lei Orgânica Municipal de Marcelino Vieira/RN promulgada em 1989, e reformulada em outubro de 2002, nos seus artigos 115 e 116, comunga com as Diretrizes Nacionais no que se

refere às adaptações curriculares e ao calendário letivo de acordo com as especificidades de cada comunidade. É afirmado, por exemplo, que:

Art. 115 – O calendário escolar municipal será flexível e adequado às peculiaridades climáticas e às condições sociais e econômicas do aluno.

Art. 116 – Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização de sua origem, sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico e cultural (LEI ORGÂNICA DE MARCELINO VIEIRA/RN, 2002, p. 46).

Percebe-se nesses artigos uma sintonia com os princípios da Educação do Campo, valorizando a origem, a cultura e o patrimônio municipal, e assim valoriza-se também as comunidades que formam o município, reconhecendo-se as especificidades de cada local em relação aos seus aspectos econômicos, culturais e sociais.

Concordando com Fernandes (2002), compreendemos que a aprovação das Diretrizes representou um importante avanço no processo de construção da afirmação da Educação do Campo, na medida em que se reconheceu a sua legitimidade e foram delineadas as suas perspectivas norteadoras. O desafio doravante passa a ser a sua implementação.

1.3 ESCOLAS DO CAMPO E CLASSES MULTISSERIADAS: TRAÇOS HISTÓRICOS E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

Concebendo a Educação do Campo conforme a abordagem desenvolvida até aqui, evidenciamos agora a realidade das escolas que constituem o espaço rurícola do nosso país, realidade composta por escolas multisseriadas — a grande maioria presentes na região Nordeste, conforme dados do Censo Escolar de 2007. No Brasil, existem 93.884 turmas multisseriadas, dessas, 55.618 se encontram no Nordeste (INEP, 2007). Em dados mais recentes, percebemos que houve uma diminuição desse tipo de organização escolar, o que não quer dizer que vão desaparecer, pois são características próprias de alguns espaços rurais brasileiros. Junges (2012, p. 01) apresenta informações mais atuais sobre o tema: "(...) em 2009, das 83 mil escolas rurais do país, 39 mil possuíam classes multisseriadas, nas quais estudam 1,3 milhões de alunos do ensino fundamental".

As classes multisseriadas constituem uma realidade concreta na história da educação do Brasil, uma vez que esse tipo de organização escolar surgiu desde a expulsão dos Jesuítas¹², mas sua oficialização pelo Estado aconteceu somente em 1827, conforme nos

-

¹² Para compreender o que foi a expulsão dos jesuítas, tomamos como referência o que nos diz Seco e Amaral (2012) quando abordam a reforma educacional pombalina como condutora da expulsão dos jesuítas das colônias

mostra Santos e Moura (2010, p. 41): "(...) as classes multisseriadas foram criadas oficialmente pelo governo imperial, pela Lei Geral do Ensino de 1827, que, em seu artigo primeiro, determinava: em todas as cidades, villas e lugares mais populosos, haverão (sic) as escolas de primeiras letras que forem necessárias".

Ao lado das escolas de primeiras letras, também se faziam presentes os mestres – professores ambulantes que passavam pelas fazendas ensinando a ler, escrever e contar.

As características das classes multisseriadas, em seu início, definiam sua identidade no ato de ensinar pessoas de diferentes idades e níveis de aprendizagens ao mesmo tempo; nesse contexto histórico, chegaram a ser consideradas como uma inovação educacional no século XIX, e ainda incentivada pelo Estado (SANTOS e MOURA, 2010).

Essas considerações nos levam a repensar as representações pessimistas atribuídas a essas classes, para isso, nos reportamos a Santos e Moura (2010, p. 39), quando dizem que "as representações negativas sobre as classes multisseriadas (...), não podem ser tomadas como verdades absolutas e merecem ser problematizadas", uma vez que seria preciso primeiro observar que essas representações são resultados de um determinado momento histórico e de condicionantes variados¹³.

Somente no século XX é que a criação de Grupos Escolares se apresenta com força, esses já organizados em séries, classificados por idade e por níveis de aprendizagens esperadas, em que, na maioria das vezes as crianças eram separadas por sexo.

Vinculados a essas mudanças estruturais da educação nessa época, os Grupos Escolares ou Escolas Reunidas, trouxeram também duas grandes novidades: sede própria, com os fins específicos da escolarização, com base no princípio da racionalização do espaço; e a outra, a instituição do controle do pedagógico e do tempo nas escolas. Assim, o sistema seriado foi se incorporando à organização das instituições escolares, pois na medida em que a sociedade brasileira se urbanizava a escola também se reorganizava na seriação, fragmentando e homogeneizando as faixas etárias do ensino (SANTOS E MOURA, 2010).

O contexto real da grande maioria das escolas multisseriadas nos revela enormes desafios, em relação aos princípios constitucionais e aos termos legais operacionais da educação do campo, haja vista que estes arbitram os parâmetros de qualidade no ensino público.

portuguesas, reforma que tirou o comando da educação das mãos destes e passando-a para as mãos do Estado, através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759.

¹³ O desenvolvimento dessa questão que não está dentro dos propósitos da nossa abordagem aqui.

Assim, Barros et al (2010) apontam alguns aspectos da realidade que grande parte das salas multisseriadas vivem, transformando-se em problemas a serem superados na construção de uma escola do campo. São eles: a precariedade das condições da estrutura física e do transporte escolar; a sobrecarga de trabalho dos professores e a instabilidade no emprego, com eles exercendo várias funções na escola, além de lecionar; as angústias relacionadas à organização do trabalho pedagógico; currículo distanciado da realidade, da cultura, do trabalho e da vida do campo; o fracasso escolar e a defasagem idade-série são amplos em face do pouco aproveitamento escolar e das atividades de trabalho infanto-juvenil; dilemas relacionados à participação da família e da comunidade na escola; a falta de acompanhamento pedagógico das Secretarias de Educação.

Frente a esse contexto sócio-educacional, somos levados a refletir e a problematizar esses desafios, referindo a necessidade de atitudes e políticas educacionais que redirecionem as escolas multisseriadas do campo e aperfeiçoem o seu funcionamento.

No momento atual, as classes multisseriadas ganham uma maior visibilidade no meio acadêmico suscitando algumas pesquisas em relação ao seu pensar e fazer pedagógicos, já que não desapareceram, como se pensou em alguns momentos da história educacional brasileira. Desse modo, atribui-se o fracasso da educação no campo a esse tipo de organização escolar.

Nessa nova conjuntura de visibilidade, concordamos com Arroyo (2010), quando ele afirma que os povos do campo, em sua rica diversidade, podem fecundar e dinamizar a escola, o que nos obriga a redefinir e superar os olhares negativos com os quais, às vezes, os observamos.

É com esse novo olhar sobre as classes multisseriadas, desmistificando a "concepção urbanocêntrica de mundo" (BARROS ET AL, 2010, p. 31), que a Educação do Campo considera a forma particular de produzir conhecimento nos ambientes diversos existentes no campo.

Dessa forma, há a possibilidade de reconhecer que é possível construir um novo espaço de aprendizagens nas classes multisseriadas, devendo-se, para tanto, superar a representação que inferioriza essas classes. Nesse intuito, as escolas do campo não podem ser vistas apenas por esse tipo de aspecto, mas com a probabilidade diversificada de idades, tempos e aprendizagens diferentes, uma vez que os educandos nesse tipo de organização escolar estão em múltiplas idades e temporalidades – éticas, cognitivas, culturais, identitárias. Como afirma Arroyo (2006, p. 113), "é com a diversidade de temporalidades que trabalha a escola do campo. Não é com séries".

Sobre as possibilidades de superação dos desafios pelas escolas camponesas multisseriadas, Barros et al (2010, p 32) nos mostram que,

Isso significa olhar para a escola do campo e para esses novos espaços sociais como pressupostos epistemológicos para a produção de novos conhecimentos em projeto político-pedagógico, currículo e didática da escola do campo, de modo que possamos ampliar os horizontes teórico-metodológicos das nossas propostas educativas alicerçadas na pesquisa, experimentação e construção coletiva, feitas em diferentes dimensões e contextos sociais.

As classes multisseriadas dispõem, portanto, na atual conjuntura, de indicações oriundas da reflexão analítica para gerir e tentar superar os desafios que têm diante de si.

1.4 A GESTÃO DO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Consideremos agora as discussões sobre a gestão do pedagógico, ou seja, a forma como o conhecimento é gerido no cotidiano escolar e a sua relação com a Educação do Campo.

Para essa discussão, faz-se necessário primeiro entender a que tipo de pedagógico está se falando e a que gestão estamos nos referindo. Diante das indagações sobre o pedagógico e a gestão, temos como referência o que Ferreira (2008b, p. 177) diz,

A gestão constitui-se em soma de processos, e, se sabe, no cotidiano, esses processos são conectados e têm nos sujeitos os protagonistas dos rumos da escola. Vale dizer, o pedagógico é a dinâmica da escola, da educação, por isso mesmo, é resultante da colaboração de todos, nos diversos espaços e tempos do ambiente e da convivência escolar.

Assim, a gestão do pedagógico diz respeito às relações desenvolvidas no cotidiano escolar, através de processos conectados em função da produção de conhecimento. Conforme Ferreira (2008a, p. 111):

A gestão do pedagógico é mais do que o planejamento, a elaboração do Projeto Pedagógico da instituição. Inclui todas as práticas pedagógicas, as crenças, os estudos, os planejamentos, enfim, todas as ações que resultam na atividade central da escola: a aula e na atividade básica dos professores: a produção do conhecimento sua e dos estudantes. Não é, portanto, atividade individual. Ao contrário, é coletivo, pois exige diálogo, participação, implicação, atitude, comprometimento, ação.

De forma mais específica, entendemos a gestão do pedagógico como a forma de gerir o conhecimento, relacionada diretamente ao trabalho do docente, pois é um processo que se materializa na produção e execução da aula, na profissionalidade do professor. O diálogo da gestão do pedagógico com a Educação do Campo está imbricado na práxis pedagógica concebida por essa concepção de educação, entendendo que a "reflexão ou reflexividade" (CASTORIADES, 2007, p. 123) torna-se essencial na construção do projeto pedagógico individual, é o sujeito-professor dando lugar ao subjetivo de sujeito, em seu trabalho e na sua profissionalidade (FERREIRA, 2009).

Deste modo, é importante assinalar o que é e o que não se constitui como pedagógico, uma vez que essa categoria se revela muitas vezes imprecisa em alguns discursos. Quando falamos do pensar-agir na e da escola objetivando a produção do conhecimento, estamos nos referindo ao que apreendemos por pedagógico. É nesse contexto que se especifica/aprofunda a abordagem sobre o pedagógico. Conforme Ferreira (2008b, p. 178):

Pedagógico é todo o pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento. Porém, não é pedagógico o pensar-agir, embora muito bem organizado, incoerente com a expectativa de produção do conhecimento dos sujeitos da aula. Percebe-se, então, não haver como dissociar uma concepção de pedagógico do espaço, do tempo e do trabalho realizado pela escola. Pedagógico é a articulação desses fatores, objetivando a produção do conhecimento.

De forma mais direta, para sustentar nossas considerações sobre o pedagógico, referimos, de acordo com Ferreira (2008b), que a Pedagogia é a ciência da educação, e que diferente das demais ciências concebem a educação como objeto de estudo, ela se diferencia por se tratar de uma ciência da prática, embora deva-se enfatizar que é importante apreciar o seu campo teórico.

Conforme Ferreira (2008a), há três dimensões que constituem a unidade da educação, considerando a Pedagogia como a ciência do conhecimento e a educação como objeto de estudo dessa ciência. São elas: o plano da racionalidade cognitivo-instrumental, o plano hermenêutico da interpretação dos sentidos, e o plano crítico radical da emancipação humana¹⁴.

Assim, a gestão do pedagógico está além do que se passa nos conteúdos clássicos trabalhados em sala de aula, pois o que a torna diferente de outros tipos de gestão é a conexão com a produção do conhecimento na escola; em que as relações, os sujeitos e os processos

_

¹⁴ O plano da racionalidade possibilita uma intervenção na práxis de forma dialógica, na abordagem dos fenômenos educacionais. O plano hermenêutico permite interpretar os sentidos de um determinado contexto social e cultural, buscando compreender as práticas pedagógicas e em torno do conhecimento, e as intenções com as quais foram pensadas e criadas. O plano crítico, que se traduz na busca da emancipação humana, na premissa de que os sujeitos são capazes de decidirem, com autonomia, o seu destino (LILIANA, 2008a).

que se desenvolvem culminam no conhecimento, implicando de forma decisiva numa possível definição do que chamamos de gestão do pedagógico.

Fazendo uma relação entre as formulações em torno da gestão do pedagógico e a Educação do Campo, podem ser assinaladas formas da referida gestão ser operacionalizada nas escolas campesinas.

Uma primeira diz respeito à organização da dinâmica da escola, da aula, em função da necessidade de se produzir conhecimento sobre as comunidades do campo, seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Trata-se de fazer com que escola e comunidade se relacionem conhecendo-se mutuamente e produzindo conhecimento.

Uma segunda forma refere-se ao modo de conceber a docência nas escolas do campo. Tendo presente o postulando da gestão do pedagógico como buscando produção do conhecimento, a docência não poderá ser exercida tendo como perspectiva o ensino pelo ensino, mas deverá incorporar a pesquisa, ou, como assinala Demo (1997), deverá 'educar pela pesquisa'.

Uma terceira forma concerne, na educação do campo, ao trabalho com os três planos anteriormente referidos – o cognitivo-instrumental, o hermenêutico e o crítico. O primeiro, é de extrema relevância para a intervenção da práxis educativa; o segundo, para interpretação dos contextos e entendimento do que constitui as práticas pedagógicas; o terceiro, para a busca da emancipação dos sujeitos do campo.

As escolas do campo enfrentam uma série de dificuldades, desde as resultantes de estrutura física até as referentes à (in) disponibilidade de servidores. Mas, isto não pode servir de desânimo, para que, nas mesmas, não se busque a gestão do pedagógico, até porque, de acordo com esta perspectiva, há de se conceber a escola como ela realmente é, com seus problemas e contradições, "em sua dinâmica de relações e ações" (FERREIRA, 2008a, p. 108).

Assim, diante do dito sobre a gestão do pedagógico e da sua relação com a Educação do Campo, é preciso compreender também que,

Por meio das regras, das organizações adotadas, dos valores discursados, a escola conserva uma relação com o conhecimento que é uma relação de subordinação: o conhecimento (nas relações tradicionalmente presentes na maioria das escolas) é uma propriedade do professor que ele (e somente ele) pode repassar para os estudantes. Aprender o conhecimento (nesse contexto) é reproduzir o conhecimento que é do professor (FETZNER, 2010, p. 88).

Entender o contexto real das escolas do campo e como a gestão do pedagógico ocorre nesses espaços, é também contrapor sua organização e discursos que a constituem, uma vez que, segundo Ferreira (2009, p. 14), é preciso ter em conta o seguinte:

(...) a gestão do pedagógico como uma denominação mais adequada ao efetivo trabalho dos professores na escola: a produção da aula e, nela, a produção do conhecimento sua e dos estudantes. Assim, pretende-se transcender às caracterizações do profissional que se restringe a descrevê-lo como um tarefeiro, um funcionário do Estado, possibilitando que se reveja esse profissional como o efetivo produtor do pedagógico, embora ao fazê-lo, não o faça como sujeito individual, mas esteja amparado e inte-relacionado aos demais sujeitos da escola.

Desse modo, é possível perceber que a dialeticidade do trabalho dos educadores na escola, encontra-se em movimentos, do individual para o coletivo, como do coletivo para o individual. E a Educação do Campo concebida como em constante movimento, possibilita a ampliação e o fortalecimento do seu lugar de sujeito, de profissional, de professora ou professor. Portanto, segundo Kuenzer (1988), o saber é produzido socialmente, logo, pelo conjunto de sujeitos, através das suas relações com o trabalho, este, que por sua vez garante a sua sobrevivência. Assim, é elaborado e sistematizado de forma particular.

Intrínseca aos pressupostos colocados até aqui sobre a gestão do pedagógico e sua relação com a educação do campo, é importante destacar que a gestão do pedagógico está entendida como toda ação-reflexão em torno dos processos que culminam numa aula, que envolve professores, alunos, gestores e comunidade. Dessa forma, considerando os saberes dos sujeitos, contidos numa educação que seja *do* campo e não *para* o campo, pois de acordo com Marques (1995, 1996), as práticas pedagógicas ocorridas nesse espaço-tempo (aula) quando se encontram na interlocução dos saberes, possibilitam aos sujeitos produzirem conhecimento, com base nos saberes já adquiridos na experiência de vida. Nesse sentido, é preciso considerar o que Ferreira (2008, p. 256c) nos diz sobre a concepção de práticas pedagógicas:

A prática pedagógica, a nosso ver, é essencialmente dialógica e entendemos diálogo, não como o confronto, nem como o monólogo dos professores (...). Diálogo é o falar de si e sobre si, a prática da palavra que se apresenta e é ouvida, da linguagem que aproxima, afasta, age como mediadora, como possibilidade de reflexão, de oportunidade para o dizer e o escutar, em ambiente eivado de humanidade.

É com essa concepção, que precisamos compreender o porquê da gestão do pedagógico na Educação do Campo, pois ela oportuniza "fazer frente aos imperativos do

capital, produzindo aulas pensadas mais com base nos sujeitos de um futuro trabalho do que em meras mãos-de-obra" (IBIDEM, 2008, p. 258).

Portanto, diante do exposto, é possível concluir que "a gestão do pedagógico [é] uma forma de recompor o lugar e as características sociais do trabalho dos professores, auxiliando-os a redescobrirem-se profissionais e, nesse lugar, produzirem efetivamente conhecimento" (FERREIRA, 2009, p. 14).

Tendo desenvolvido o percurso aqui empreendido, evidenciando um aporte conceitual a respeito das temáticas deste trabalho, no próximo capítulo vamos procurar tratar de um programa específico voltado à Educação do Campo, o Programa Escola Ativa, de acordo com o propósito desta Dissertação.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTO LOCAL: O PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM MARCELINO VIEIRA/RN

Uma coisa é por ideias arranjadas, outra é lidar com um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente. (GUIMARÃES ROSA).

2.1. PROGRAMA ESCOLA ATIVA (PEA): ORIGEM E DIRETRIZES

O Programa Escola Ativa é uma iniciativa da política educacional destinada aos espaços campestres, com foco em realidades como as escolas multisseriadas. No Brasil, com o financiamento do Banco Mundial, o Programa Escola Ativa teve início no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, continuou nos governos Lula e Dilma, tendo sido interrompido em 2012.

Para conhecer o Programa Escola Ativa é preciso delinear um percurso histórico do mesmo, o que nos coloca a possibilidade de refletir sobre sua origem. Portanto, faz-se necessário ir até às suas primeiras experiências, as quais remontam ao chamado *Programa Escuela Nueva (PEN)*, desenvolvido na Colômbia na década de 1970, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

É interessante destacar o contexto histórico e político que motivou a criação do PEN na Colômbia, pois o contexto brasileiro do PEA é diferente, uma vez que os colombianos viviam uma grande onda de violência na década de 1960, e com o objetivo de pacificação e de 'civilização' da população camponesa, onde a credibilidade do Estado encontrava-se ameaçada. Assim:

Nesse período a educação rural passou a ser vista cada vez mais como meio de pacificar e civilizar a população do campo e talvez diminuir o êxodo rural. Face às dificuldades com o processo de reforma agrária a educação se tornou cada vez mais meio para obter a adesão de bases políticas para governos da ocasião. Na década de 80 [1980] a violência que se espalhava pela sociedade colombiana com a participação de novos atores como as guerrilhas e grupos paramilitares também ameaçavam a credibilidade do Estado no meio rural (GONÇALVES, 2004, p. 05 e 06).

A experiência colombiana não pode ser concebida de forma homogênea, visto que foi implantada em regiões distintas, obtendo resultados diferenciados. Na Costa Atlântica, norte da Colômbia, zona com baixos indicadores sociais e precarização do trabalho docente,

as contribuições do Programa fizeram-se presentes em relação a aportes para o aspecto infraestrutural das escolas, sendo quase inexistente a sua contribuição no que se refere ao fator metodológico para desenvolver a relação de ensino-aprendizagem.

Já na região cafeicultora da Colômbia, onde existia uma tradição escolar por meio das Escolas Unitárias ¹⁵ implantadas anteriormente ao *escuela nueva*, o resultado foi promissor, alcançando os objetivos da promoção ao acesso à educação e a diminuição da evasão. Contudo, deve ser considerado que:

As escolas em que o PEN foi implementado com sucesso são escolas que foram ligadas ao Projeto Escolas Unitárias, e que devido a suas características históricas, sócio-econômicas [socioeconômicas] e ao fato de estarem próximas à região central do país, ou seja, perto dos centros de decisão [decisões] políticos [políticas] e econômico [econômicas], criaram condições para que o PEN prosperasse (GONÇALVES, 2004, p. 07).

Com esse histórico, o PEN, foi tido como uma experiência de sucesso, e na década de 1990, ele se inseria nas instruções do Banco Mundial como uma das estratégicas para 'combater' a pobreza e como medida de reforma educacional nos países da América Latina.

Percebe-se então que as diretrizes do PEN e as orientações gerais para a reforma da educação na América Latina comungam perspectivas comuns. O Programa chegou a ser tido com uma das três melhores experiências mundiais para a educação voltada às séries iniciais do Ensino Fundamental. Consequentemente, organizações internacionais passaram a defender a sua inserção em outros países da América Latina e do Caribe.

Dessa forma, sob a influência da experiência colombiana, o Programa Escola Ativa é adotado no Brasil, contando com o financiamento do Banco Mundial, em 1996, numa parceria com o Ministério da Educação. As intervenções iniciais do Programa incidiram sobre a capacitação de professores e técnicos do MEC, o que significava conhecer a experiência colombiana. Sendo ele, adotado, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Após o fim do Projeto Nordeste ¹⁶, o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) assume a execução de vários Programas educacionais, dentre eles o Escola

_

¹⁵ Preconizada pela Unesco-Orealc com implantação na Colômbia e em outros países latino-americanos na década de 1960, caracterizava-se pela orientação individualizada, aprendizagem ativa, pelo uso de guias, ensino primário completo e multisseriado, e a progressão automática. Já no início da década de 1970, esse modelo de escola começa a ser criticado por sindicatos de docentes daquele país (Colômbia), pois o número de estudantes nas salas de aula teve um grande aumento, e devido também ao fato de o trabalho do professor ter sido intensificado, haja vista que sua metodologia é centrada no trabalho do professor (GONÇALVES, 2004).

O Projeto Nordeste, foi pensado na década de 1980 quando a situação socioeconômica da região Nordeste, se apresentava com graves problemas devido à política econômica do governo militar e à seca vivida neste período. Primeiro, teve o propósito de atender apenas a educação rural do Nordeste, mas depois, ampliado para a educação no espaço urbano, com prioridade para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Desse modo, esse Projeto se inseriu nos moldes das diretrizes do Banco Mundial. No entanto, muitos conflitos marcaram sua

Ativa, permanecendo até meados de 2007 sobre a gerência desse Fundo, ano também que marcou o fim do Fundescola, com isso os programas que gerenciava passaram à alçada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)/MEC.

Procurando realizar um balanço do percurso do Programa Escola Ativa no Brasil, D'Agostini et al (2012) apresentam o seguinte panorama:

- ✓ De 1996 a 2004, foi avaliado e bastante criticado, principalmente devido às referências econômicas de base neoliberal, referencial teórico construtivista e ineficiência na alteração dos índices qualitativos nas escolas do campo;
- ✓ De agosto de 2004 a setembro de 2006, continuou a fazer parte da estrutura do Fundescola.
- ✓ Em 2007, com o fim do Fundescola, passa ao âmbito da SECADI/MEC.
- ✓ A partir de 2008, houve uma expansão em todo o Brasil, recebendo financiamento direto do MEC/FNDE, ao invés dos recursos do Banco Mundial; no referido ano, universidades foram convidadas a participar da coordenação do Programa junto aos estados;
- ✓ Em 2009, alcança visibilidade nacional, abrangendo aproximadamente 3.100 municípios, número este, contudo, insuficiente frente ao número de escolas multisseriadas (cerca de 39 mil).

Buscando compreender o caráter estrutural e operacional do PEA, elaboramos a figura abaixo, tendo como referência o Caderno de Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadoras e Educadores (BRASIL, 2010):

elaboração, dentre eles: o embate da SUDENE e MEC; a instabilidade econômica e política com o fim do regime militar; e a resistência dos Secretários de Educação em aceitar as orientações internacionais da instituição financiadora do Projeto. Diante desse contexto, o Banco Mundial suspendeu a negociação do Projeto Nordeste, que mais tarde, na década de 1990 foi retomada e executada. Assim, esse Projeto pode ser denominado de dois Acordos de Empréstimos firmados entre o Estado brasileiro e o BIRD, tendo o Ministério da Educação como executor, onde seu foco era as séries iniciais do Ensino Fundamental da região Nordeste, e teve a duração de cinco anos (PEREIRA, 2002).

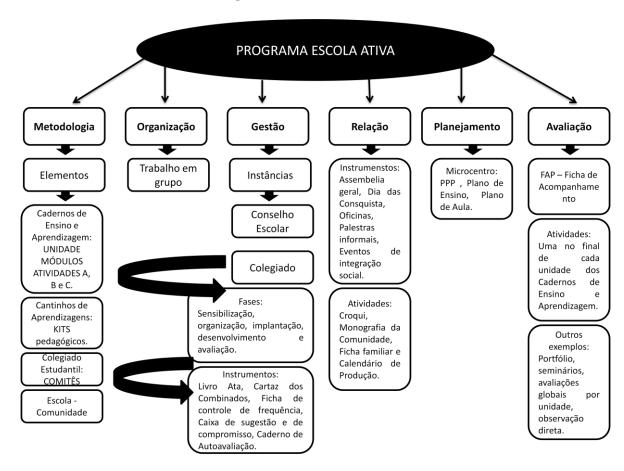


Figura 1 – Marco Estrutural do PEA

Observando o Programa, conforme a Figura, pode-se perceber que o mesmo é composto por seis dimensões: metodologia, organização, gestão, relação, planejamento e avaliação. Essas expõem as diretrizes globais propostas pelo Programa.

Procuremos entender cada uma das seis dimensões. Em relação à **Metodologia**, é composta por quatro elementos que norteiam as estratégias pedagógicas no âmbito escolar, são eles: os Cadernos de Ensino e Aprendizagem – constituídos em cada área do currículo, estruturados num modelo padrão (UNIDADES – MÓDULOS – ATIVIDADES "A", "B" e "C" ¹⁷); os Cantinhos de Aprendizagens – considerados pelo programa como espaços interdisciplinares de ensino e pesquisa, são criados com base nos kits pedagógicos fornecidos pelo MEC/SECADI/FNDE e nas necessidades do espaço físico e cotidiano das escolas multisseriadas do campo; o Colegiado Estudantil – composto pelos Comitês de Trabalho, que

17 Atividades "A" – atividade básica que busca conhecer a experiência, os conceitos já formulados anteriormente e sua relação com a realidade. Atividade "B" – atividade prática que consiste na consolidação e ampliação do

para o processo de ensino-aprendizagem na escola multisseriada (BRASIL, 2010).

e sua relação com a realidade. Atividade "B" – atividade prática que consiste na consolidação e ampliação do conteúdo. Atividade "C" – atividade de aplicação e compromisso social, onde é necessária para o desenvolvimento de ações políticas, didáticas e cooperativas voltadas para a realidade da educação do campo e

propõem a participação dos alunos nas atividades e decisões na e da escola (a criação dos Comitês está ligada a adequação ao ambiente escolar); e o quarto elemento, a Escola-Comunidade, que se refere à interação entre a escola e a comunidade em seu entorno.

A dimensão **Organização**, que está imersa na forma como o professor gere o trabalho na sala de aula, prima pela estratégia do trabalho em grupo, com o propósito de viabilizar a ação do educador em atender os alunos de diferentes séries.

A dimensão da **Gestão** é integrada por duas instâncias concebidas como democráticas e participativas nas diretrizes do Programa, o Conselho Escolar e o Colegiado Estudantil – este se apresenta também como um dos elementos da **Metodologia** do Escola Ativa. Ainda sobre a instância Colegiado Estudantil, acrescentamos dois itens que materializam a sua operacionalização: as fases de construção (sensibilização, organização, implantação, desenvolvimento e avaliação); e os instrumentos didático-pedagógicos propostos para serem utilizados nas reuniões e assembleias na escola, bem como durante a gestão do processo ensino-aprendizagem, (Livro Ata, Cartaz dos Combinados, Ficha de Controle de Frequência, Caixa de Sugestão e de Compromisso, e o Caderno de Autoavaliação).

A **Relação**, quarta dimensão do PEA, concerne diretamente ao elemento metodológico *escola-comunidade*, pois é através dessa dimensão que se tem a possibilidade de efetivá-lo. A referida dimensão está composta por *instrumentos* e *atividades*, que se propõem a interação entre escola e comunidade. Os instrumentos são: assembleia geral, Dia das Conquistas¹⁸, oficinas, palestras informais, eventos de integração social. As atividades são: croqui ¹⁹, Monografia da Comunidade²⁰, Ficha Familiar²¹ e calendário de produção.

A dimensão **Planejamento** diz respeito ao que deve ocorrer nos *microcentros*²², onde a construção dos planos de ensino e de aula se realiza, assim como o Projeto Político Pedagógico da escola. O microcentro é sempre coletivo.

Por último a dimensão **Avaliação**, que se apresenta mediante a Ficha de Acompanhamento e Controle (FAP), instrumento de registro de avaliação ao final de cada unidade trabalhada dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem, por série e disciplina. Essa dimensão ainda propõe a realização de uma atividade para cada Caderno de Ensino e Aprendizagem, para verificação das dificuldades e avanços em relação aos conteúdos

²² Espaço/tempo onde acontece a troca de experiência, estudos e elaboração dos planos.

_

¹⁸ Dia destinado a apresentação à comunidade dos avanços atingidos pelos alunos em relação ao processo de ensino-aprendizagem, e em relação à participação nas ações do Colegiado Estudantil..

¹⁹ Mapa da comunidade construído pelos alunos, tendo a escola como centro e seu entorno.

²⁰ Documento/texto feito através de pesquisa de campo pelos alunos e professor com as pessoas da comunidade, por meio de observação e de entrevistas, com o objetivo registrar os aspectos históricos, geográficos, organizacionais, culturais, sociais e econômicos da comunidade.

²¹ Diagnóstico socioeconômico da família do aluno.

trabalhados em cada unidade dos Cadernos; nessa mesma proporção, sugere a utilização de outros instrumentos avaliativos como: portfólios, avaliações globais por unidade e observação direta. Nessa perspectiva considera-se que a avaliação é contínua e processual, e que essas diretrizes propostas facilitarão o trabalho do professor.

Mediante a descrição de como se estrutura o Programa Escola Ativa, as suas diretrizes operacionais se fazem explicitas. No entanto, é preciso que também se apresente a análise do seu Projeto Base, que aprofunda o conhecimento de como este deve ser implementado, suas finalidades e metas, assim como, em que se baseia o seu trabalho com as classes multisseriadas do campo.

Para isso, focaremos os quatro eixos do Projeto orientador do PEA. Primeiro, os **Fundamentos,** que abordam alguns aspectos da educação do campo, mas de forma vaga e imprecisa, não assumindo os pressupostos teóricos desta.

Essa primeira abordagem, trata a educação do campo enfatizando que a mesma "é entendida como forma de ação político-social, em oposição à tradicional educação rural, transposição empobrecida da educação construída para as áreas urbanas" (BRASIL, 2010, p. 18); porém, os autores que fundamentam a educação do campo pouco são referenciados na base teórica do PEA, e dessa forma não são devidamente considerados os aportes que constituem a Educação do Campo e lhe singularizam como abordagem educacional, conforme o enfoque que desenvolvemos no capítulo anterior.

Portanto, verifica-se uma lacuna na base teórica do PEA, no seu propósito de se apresentar como modalidade conceitual sintonizada com a Educação do Campo. Tendo essa limitação de base, a sua perspectiva torna-se ambígua quando assume determinadas ideias, como as seguintes:

- Os conteúdos escolares estabelecem a relação especificidade/universalidade e com os temas que versam sobre grandes problemas que afetam a vida cotidiana.
- A partir da compreensão da linguagem e do conhecimento, se faz a mediação do processo de ensino e aprendizagem e da formação da mente, bem como a busca pela relação interdisciplinar do conhecimento com os conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica.
- A opção por uma 'metodologia problematizadora', que define o educador como condutor do estudo da realidade, por meio das seguintes etapas: 1) levantamento de problemas da realidade; 2) problematização em sala de aula das questões identificadas na realidade; 3) teorização; 4) definição de alternativas de solução; 5) proposição de ações de intervenção na comunidade.

• Apoio e estímulo à auto-organização dos alunos.

O segundo eixo do Projeto do PEA é a **Base legal**, constituída pelos seguintes dispositivos: a LDB 9.394/96, nos seus Artigos 8°, 9°, 23° 24°, 26° e 28°; a Resolução n° 01, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo; e a Resolução n° 02, de 28 de abril de 2008, que estabelece as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

A propósito da base legal, cabe considerar o que nos dizem Freire et al (2010), quando apontam, por exemplo, a ausência das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, no que diz respeito à legislação correlata que trata da Educação do Campo e da diversidade, a exemplo da Lei 10.639/03, que aborda a inclusão no currículo oficial da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

O terceiro e quarto eixos do PEA aparecem conjuntamente, e correspondem, respectivamente, as **Finalidades** e **Metas/público-alvo.** Podem ser descritos conforme o quadro abaixo, designado Diretrizes gerais do PEA.

Quadro 2 – Diretrizes gerais do PEA

Finalidades 1) Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas do campo.

- Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria nas escolas do campo com classes multisseriadas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos.
- 3) Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no Programa com base em princípios político-pedagógico voltados às especificidades e propostas pedagógicas do campo.
- 4) Reconhecer e valorizar todas as formas de organização social.
- 5) Aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país.

Metas e público-alvo

- Atender às escolas de todos os municípios e estados que aderiram ao Programa Escola Ativa no Plano de Ações Articuladas (PAR) ou que estejam incluídos nos Territórios da Cidadania.
- público-alvo **2)** Tem como OS educadores e educandos. comunidades de escolas do campo, classes multisseriadas equipes técnicas das secretarias municipais estaduais e educação, envolvidas com as classes multisseriadas.

- 6) Valorizar o profissional da educação escolar.
- 7) Valorizar a experiência extraescolar apontando para a organização interdisciplinar dos conteúdos.
- 8) Apoiar o educador ao lidar com diferentes graus de desenvolvimento mental e ritmos de aprendizagens.
- 9) Propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo.
- 10) Contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes.
- 11) Organizar as séries iniciais do Ensino Fundamental, com base nestes princípios: desenvolvimento da capacidade de aprender, onde o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo serão OS meios básicos: compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamenta em se sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, para adquirir conhecimentos habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- 12) Atender as exigências do Ensino Fundamental de nove anos.

A descrição do Programa Escola Ativa aqui realizada permite-nos compreender os seus marcos operacionais, ao mesmo tempo em que abre-nos a perspectiva para vislumbrar as suas lacunas e ambiguidades.

Procurando acentuar mais os limites do PEA, numa ação que busca a problematização do mesmo, lançamos mão do que a literatura tem assinalado a seu respeito.

Nesse sentido, para entender criticamente a implantação do Programa Escola Ativa no Brasil, faz-se necessário relembrar a origem desse Programa mediante um comparativo com o seu projeto originário, o *Escuela Nueva* na Colômbia. No Brasil, "o 'pacote' que foi importado e adaptado (...) não possui parte substantiva dos elementos contextuais que propiciaram a adesão (...) no contexto colombiano" (GONÇALVES, 2004, p. 01), e que foi responsável por certo grau de êxito nesse país.

O Programa *Escuela Nueva*, mesmo com as características do modelo Programa Escola Unitária, foi lançado para responder aos problemas desse Programa que não foram solucionados durante sua execução. Em 1985 ele se consolidou como uma política de educação geral, e com o apoio do Banco Mundial foi impulsionado numa expansão de larga escala, por meio de um "kit educativo" nacional.

Nesse contexto histórico, "considera-se então que foi completado um ciclo que partiu de uma política amorfa e informal em desenvolvimento até concretizar-se em uma política concreta para a educação do campo na Colômbia" (GONÇALVES, 2004, p. 03), diferentemente do Brasil, em que se transformou em mais um Programa adaptado como um "pacote" para as escolas multisseriadas do campo, que não garantiu sua continuidade ou consolidação como política educacional para o campo, pois conforme Xavier Neto (2004, p. 15):

(...) desde a implantação da Escola Ativa no Brasil, nunca ocorreu uma tentativa de modificação de suas concepções que pudesse adaptar [adaptá-la] à realidade brasileira. O que vemos é uma proposta de cafeicultores na Colômbia, na tentativa de dirimir conflitos sociais, privilegiando blocos econômicos, pregando ideais de paz e democracia no campo.

O Programa Escola Ativa, mesmo reformulando seu Projeto Base e o Caderno de Orientações Pedagógicas, continuou com as características e diretrizes do *Escuela Nueva*, tornando-se preponderante enfatizar que diante do exposto, após a inserção do Banco Mundial com sua política ideológica e econômica financiando o PEN, ele abandonou qualquer aspecto de um processo criativo e fluido, tornando-se um programa estático, congelado em um *kit* (GONGALVES, 2004), e foi neste contexto que o Programa Escola Ativa teve a sua configuração para ser implantado no Brasil, através da participação de técnicos do Ministério da Educação num curso sobre a estratégia na Colômbia.

Técnicos de municípios e estados brasileiros foram convocados a participar de formação conforme a metodologia do Escola Ativa. Nessa formação, os técnicos passam por uma capacitação, onde vivenciam a metodologia indicada no Caderno de Orientações Pedagógicas, fazendo com que criassem um idealismo sobre o Programa para que pudessem legitimá-lo nos contextos locais, pois, conforme Xavier Neto (2004, p. 06):

Passavam uma imagem idílica da Escola Ativa, com professores "apaixonados" e que a proposta era "apaixonante", (...). Passava-se a imagem da Escola Ativa como algo diferente, mas não se explicou, em nenhuma capacitação, as bases epistemológicas da metodologia, o que mais se repetia era exatamente o caráter humanitário e amoroso da proposta e que os professores, independentemente de sua realidade, deveriam assumir e ser responsáveis pelo seu bom andamento. Em nenhum momento se fala da luta de classes, da relação opressor-oprimido, das contradições do sistema capitalista.

Nesse sentido, mesmo com as universidades assumindo as coordenações do Programa nas unidades da federação, as formações ainda tinham essa característica idealizadora da metodologia, não considerava as diversidades presentes em cada município com classes multisseriadas do campo.

Enumerando as críticas ao PEA na sua implementação em várias partes do país, elaboramos o quadro a seguir, com base em D'Agostini et. al. (2012):

Quadro 3 – Críticas ao PEA no Brasil

Críticas quanto:

A origem do programa, devido ao financiamento do Banco Mundial como política compensatória; é focal e assistencialista.

A base teórica do programa, que não atende às necessidades de uma consistente fundamentação teórica em relação à Educação do Campo.

Ao financiamento, pois a regulamentação via decreto²³ não o assegurou como uma política pública permanente.

A relação entre governo federal, universidades e secretarias burocratizadas, por interferir diretamente na autonomia da escola e dos professores.

A preparação e a formação dos educadores, que se encontram voltada apenas para a técnica de ensino, para a gestão restrita e para a dimensão pedagógica técnica.

A ausência de autoavaliação.

A não reconceitualização do programa em sua nova versão, desconsiderando o debate teórico e incorporando de forma aligeirada as categoria da Educação do Campo.

A não incorporação das experiências dos movimentos de luta social do campo nas suas diretrizes.

A hierarquização do programa, desconsiderando a necessidade de autonomia na sua gestão local.

A descontinuidade do programa por não atingir o patamar de qualidade educacional.

²³ O PEA não teve sua continuidade garantida com o Decreto 7.352/2010, que versa sobre a política nacional de Educação do Campo, uma vez que este não assegura os programas como políticas educacionais permanentes (D'AGOSTINI, 2012).

Não obstante, mesmo sem negar as debilidades do PEA, Gonçalves et al (2010) destacaram que, negar o Programa Escola Ativa é algo que poderíamos definir como abstruso, haja vista que possivelmente ele seja o primeiro programa governamental de formação continuada para os educadores de escolas multisseriadas localizadas no campo. É fato que seus pontos de deficiência são muitos, dentre eles a sua construção como política pública, no entanto, para os autores, pode-se, a partir dos pontos considerados deficientes, buscarem-se alternativas.

Assim, há quem entenda que o PEA pode dar contribuições ao processo educacional no campo, e daí pode ser útil à gestão do pedagógico, isto é, ao trabalho docente no cotidiano escolar. De tal maneira que, autores como Freire (2005) e Lopes (2005), reafirmam a herança do PEA como *pacote educacional*, mas também ressaltam o "saldo positivo da experiência", quando nos aproximamos da prática cotidiana de professores, técnicos, alunos e pais.

Tendo em conta essas considerações, bem como a problematização geral do PEA, procuramos a seguir tratar de um caso específico: o seu desenvolvimento no município potiguar de Marcelino Vieira, que corresponde ao foco empírico do presente trabalho.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DO PEA EM MARCELINO VIEIRA/RN

O município de Marcelino Vieira, localizado na região do Alto-oeste Potiguar, tem uma população de 8.265 habitantes (IBGE, 2010), apresenta IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0.613 (FEMURN, 2012) e uma economia baseada na agricultura familiar. Tem sua rede educacional organizada em torno de uma Secretaria Municipal de Educação, e conta com vinte escolas²⁴ no seu espaço territorial, sendo três na zona urbana e dezessete no campo – estas com salas multisseriadas. Esta realidade influenciou na decisão de adesão do município de Marcelino Vieira ao Programa Escola Ativa em 2007, tendo a sua implementação sido efetivada no final de 2008 em três das dezessete escolas do campo. Em 2010, foi adotado em 14 escolas campesinas.

Nesse contexto, as comunidades do Panatis e Juazeiro foram contempladas com o PEA em suas escolas²⁵. Essas comunidades se caracterizam como as que mais agregam moradores do município, que em sua grande maioria são agricultores familiares.

²⁴ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, houve uma redução no número de escolas, pois em 2013 foi fechada uma escola do campo. Portanto, das 20 escolas que existiam, há apenas 19 no município, sendo que destas 03 se localizam na zona urbana e 16 na zona rural.

²⁵ Essas escolas foram as que tiveram primeiro a implementação do PEA no final de 2008.

De acordo com informações de domínio público, a comunidade de Juazeiro fica localizada a aproximadamente 10 km da sede do município de Marcelino Vieira, com uma área de aproximadamente 6 km de leste a oeste, e 4 km de norte a sul de extensão de terra. Limita-se ao leste com a Comunidade Albuquerque (Tenente Ananias/RN), a oeste com o sítio Rodeador (José da Penha/RN), ao norte com a comunidade de Caiçara (Paraná/RN) e ao sul com o Panatis. Ela é habitada por pequenos proprietários de terra.

Considerando a Monografia da Comunidade (SMEMV, 2010), hoje, Juazeiro tem uma população de 300 habitantes, possui aproximadamente 32 proprietários de terra. o acesso à água é difícil, porque os rios e os riachos são temporários, os poços de água ainda não são suficientes para abastecer com qualidade a todas as residências. Juazeiro carrega até hoje muitas dificuldades como o desemprego, as famílias sem renda fixa que vivem da agricultura, outros tendo que enfrentar o crediário²⁶, ou ficam a espera de programas do governo federal, como Bolsa Família. Encontram-se também pessoas com salários de empregos municipais, estaduais e aposentados.

Conforme também a Monografia da Comunidade (SMEMV, 2010), o Panatis apresenta aspectos organizacionais de uma pequena vila, tendo mercado público, posto de saúde, casas organizadas num formato de pequenas ruas pavimentadas, quadra de esportes, capela e escola, tudo num só local. Fica localizada a 16 km da cidade, limitando-se com os municípios de Tenente Ananias, Paraná e José da Penha. Com relação à população e as características sociais, econômicas e políticas, se assemelha a comunidade do Juazeiro.

As referidas comunidades, *lócus* desta pesquisa, estão inseridas numa realidade onde o índice de analfabetismo ainda é alto, uma vez que, de acordo com os dados do IBGE (2010) 31% da população vieirense são consideradas analfabetas, com boa parte vivendo nas comunidades rurais.

Depois de conhecer o PEA, buscando a sua problematização, bem como após conhecer o contexto da sua implementação, trataremos da sua efetivação nas duas comunidades vieirenses aludidas. Para tanto, como resultado da análise de conteúdo que fizemos das entrevistas realizadas, tomaremos como referência as categorias *implantação do PEA*, *recepção do PEA* e *conhecimento do PEA*. Categorias estas que foram definidas, no processo de análise de conteúdo, como decorrência da apreciação das falas da secretária de educação, da coordenadora pedagógica das escolas do campo, de professores, de alunos e de representantes das duas comunidades — os sujeitos do presente estudo.

_

²⁶ Os habitantes da comunidade, precisamente a população mais jovem sai para exercer esse tipo de comércio ambulante, visitando as residências de outras pessoas para venderem produtos a prazo.

Começaremos evidenciando as posições da dirigente municipal de educação (secretária) e da coordenadora pedagógica da Secretaria, que recebem aqui a identificação de Gestor 1 e Gestor 2 respectivamente. Antes, porém, convém destacar algumas notas sobre a adesão do Município de Marcelino Vieira ao PEA.

Nesse sentido, sabe-se que os programas contidos nas políticas educacionais, geralmente têm a sua adesão proposta aos entes federados pelo Ministério da Educação. E assim foi com o Programa Escola Ativa. Em Marcelino Vieira/RN, a adesão ocorreu por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) do município elaborado em 2007, sendo as características da Rede Municipal de Ensino consideradas nessa adesão, uma vez que das 20 escolas municipais, 17 eram escolas com classes multisseriadas localizadas no campo.

No entanto, a sua implementação ocorreu apenas em 2008, conforme o Plano de Implementação do Programa Escola Ativa²⁷. Nesse documento, encontramos ações que se constituíram como: sensibilização da autoridade municipal de educação (dezembro de 2008); sensibilização do prefeito e da vice-prefeita, da equipe da Secretaria Municipal de Educação (janeiro de 2009); adequação das escolas selecionadas ²⁸ para a implantação do PEA (janeiro/fevereiro de 2009); estudo e organização da formação dos professores na metodologia do PEA (janeiro de 2009); prestação de informações à Coordenação sobre o PEA, bem como ainda sobre o número de alunos matriculados nas classes multisseriadas em 2009 (janeiro de 2009); realização da formação na metodologia do Programa para todos os professores do campo (fevereiro de 2009); organização da implantação do PEA para as escolas selecionadas (fevereiro de 2009); sensibilização das comunidades onde estavam inseridas as escolas selecionadas (janeiro, durante a matrícula e em março de 2009); implantação do Escola Ativa nas escolas selecionadas (março de 2009); e realização de encontros entre os coordenadores do programa e equipes pedagógicas, com os municípios vizinhos (abril a dezembro de 2009).

Nessa conjuntura, a implementação do programa foi justificada com a alusão à possibilidade de ele poder proporcionar uma inovação nas escolas campesinas, conforme afirma o Gestor 1, ao dizer que a adoção do PEA se deu "pela expectativa de renovação metodológica e pela valorização da escola do campo. (...) Vendo neste uma maneira de melhorar o ensino da zona rural".

-

²⁷ Documento que norteou o processo de implementação do programa no município, foi elaborado em dezembro de 2008, pelas coordenadoras do programa naquela época, durante a formação na metodologia do PEA, realizada em Natal/RN com a carga horária de 40 horas.

²⁸ As escolas selecionadas foram: Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, Escola Municipal Cícero Rodrigues e Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho. A escolha se deu por fazerem parte do Núcleo Rural de Ensino I e II, uma vez que as coordenadoras desses núcleos eram as professoras-multiplicadoras do PEA em Marcelino Vieira.

Ainda nessa perspectiva, o Gestor 2 descreve o seu sentimento em relação à implantação do PEA, ao dizer: "me sinto orgulhosa de ter lutado pela implantação do Programa. Acreditei que seria uma porta que se abria para a melhoria do ensino nas salas multisseriadas, (...)".

'Aceitação'. Essa foi a palavra usada pelo Gestor 1 para descrever o seu sentimento em relação ao PEA em Marcelino Vieira, realçando que deu liberdade à equipe pedagógica para desenvolver o trabalho nas escolas. Assinalou a sua posição em relação ao PEA: "aceitando, incentivando e dando condições, e liberdade, para que as coordenadoras fizessem o seu trabalho. Procurando não interferir nas atividades desenvolvidas (Gestor 1)".

A implementação do PEA em Marcelino Vieira, não foi diferente da preconizada nas suas diretrizes e no seu percurso histórico no Brasil, pois a formação dos técnicos das secretarias de educação é a primeira fase desse processo, seguido da mobilização e legitimação no local.

Esse processo teve seu início com a participação de dois técnicos da Secretaria Municipal de Educação em uma capacitação de 40 horas na metodologia do Escola Ativa, onde elaborou-se um plano de ação para desenvolvê-lo na educação vieirense, como já informado anteriormente. Após a formação, houve um momento denominado de mobilização, dele, participaram o prefeito, vice-prefeito, os gestores 1 e 2 e coordenadores das escolas do campo, com o propósito de legitimar a sua implementação. Deste procedimento, o Gestor 2 diz:

Ocorreu logo após termos participado de uma formação da metodologia da Escola Ativa, com uma carga horária de 40 horas semanais, semanal, desculpe; e nela elaboramos o Plano de Ação para implantação (...). Partindo da mobili, da mobilização junto ao prefeito, vice-prefeito, (...). Também com a secretária de educação e coordenadores das escolas do campo, aonde não tivemos muito apoio, mas procuramos mostrar a importância da implantação deste Programa para as escolas do campo, (...).

Ainda nesta fase, é possível identificar uma limitação interna ao poder local, com o Gestor 2 assinalando que não se obteve o apoio necessário dos gestores do município, uma vez que para a implementação de toda e qualquer política educacional faz-se necessário o envolvimento da gestão da educação como um todo, pois, não deve ser apenas um setor dentro da secretaria municipal de forma isolada para abarcar uma responsabilidade complexa e ampla num contexto diverso em que se inserem as escolas do campo.

Dessa forma, verifica-se uma contradição no âmbito da secretaria municipal de educação, pois, o Gestor 1 afirma que a sua atuação na implementação ocorreu através do

incentivo à participação das escolas nesse processo. Diante disso, fica explícito um confronto de ideias e concepções a respeito de como ocorreu à implementação do PEA no âmbito da gestão municipal da educação vieirense, de um lado o Gestor 1 com um sentimento de aceitabilidade, sem assumir as responsabilidades atribuídas ao dirigente municipal de educação no desenvolvimento do Programa, deixando a cargo da coordenação pedagógica da SME; e do outro lado, o Gestor 2, expondo a ausência de apoio da gerência educacional no município em dar o suporte necessário para realizar a implementação de fato.

Os desafios encontrados na implementação do Programa foram pontos convergentes na concepção dos que fazem a gestão educacional em Marcelino Vieira, pois, tanto o Gestor 1 quanto o Gestor 2, consideraram tratar-se de um processo lento, ocorrendo mudanças e adaptações.

A implantação ocorreu em apenas três das dezessete escolas do campo, como um projeto piloto, pois era uma nova política educacional que se desenhava na educação do campo em terras vieirenses, onde o Gestor 1 apenas aceitou sua implantação, e a equipe de apoio pedagógico sentiu-se vulnerável, sem desenvolver maiores iniciativas de viabilização. O Gestor 2 descreve que: "de princípio foi um pouco preocupante, queríamos que fosse feito da noite para o dia, [porém] sem apoio total da secretaria foi sufocante, mas no decorrer foi sendo realizado estudos, (...) para apoiar na construção dos instrumentos".

Com relação aos alunos, a forma como se sentiram quando o programa chegou à escola, o Gestor 1 diz que os mesmos foram estimulados, despertados a participarem das atividades na e da escola. Completando esse raciocínio, o Gestor 2 sublinha que os alunos demonstraram no começo certa ansiedade, e empolgação com os novos recursos didático-pedagógicos que antes não tinham na escola, pois funcionavam de forma precária.

Tenhamos em conta agora a posição dos professores a respeito da efetivação do PEA em Marcelino Vieira. Também como resultado da análise de conteúdo das entrevistas com eles realizadas, teremos como referência as categorias *implantação do PEA* e *recepção do PEA*. Os professores entrevistados (denominados de Professora A, Professora B, Professora C, Professora D, Professora E, Professora F e Professora G) lecionam nas Escolas Municipais: Francisco Tomaz de Aquino – localizada na comunidade do Juazeiro; Cícero Rodrigues – localizada na comunidade do Juazeiro; Francisco Avelino Sobrinho – localizada na comunidade do Panatis.

Assim como as coordenadoras do programa no município, os docentes também participaram de uma formação, para que fosse dado início ao Programa. Esse fato encontra-se refletido nas falas dos sujeitos docentes, como na da Professora B, Professora C e Professora

D (Escola Municipal Cícero Rodrigues); e na da Professora E, assim como na da Professora F (ambas da Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho).

Falando sobre a formação na metodologia do PEA, a Professora B diz: "através de curso, num foi que a gente se... A gente se aperfeiçoou né, foi pra poder começar a trabalhar no Programa Escola Ativa (...)".

É interessante destacar o posicionamento da Professora E, pois além de citar a formação como parte integrante do processo de implementação do Programa, ela discorre sobre as dificuldades encontradas no cotidiano da sala de aula, quando diz: "pelo menos a parte que a gente procura passar aquilo que a gente aprendeu lá nas formações né, (...) mas às vezes fica muito difícil, porque muita das vezes os alunos não compreende, a realidade da escola é outra". Essa reflexão, nos leva a entender que devido a ser uma proposta adaptada de uma realidade diferente da brasileira, desconsiderando a diversidade do espaço camponês, acaba por impor limites na sua execução.

Outros professores abordam a sua participação na formação da metodologia do Programa. A Professora C afirma: "Eu participei de toda a formação do Programa Escola Ativa, desde o começo até agora", revelando, assim, que a formação continuou durante o processo de desenvolvimento do Programa. A Professora F estende-se mais ao falar da sua participação na formação: "A minha participação foi colaborando é, é, é com, atendendo a demanda das quais meus orientadores, os coordenadores me orientava, é métodos e formas de como trabalhar em sala de aula, então, eu implantei em minha sala".

Depois de participarem da formação, os educadores iniciaram o processo de implementação do Programa nas escolas, sendo realizadas reuniões com as comunidades para que pudessem conhecer e participar das ações que seriam desenvolvidas nas e pelas escolas, num trabalho de sensibilização primeiro no âmbito da gestão. A Professora B diz que "foi através de reuniões que a gente fazia e convidava os pais e a comunidade, pra ter conhecimento da Escola Ativa implantada na Escola (...)"; a Professora A reforça e acrescenta dizendo: "Foi todo um processo, (...). É feito um processo que as crianças lançam esses convites para essas pessoas virem até a escola, e eles têm a oportunidade de estarem aqui acompanhando bem de perto esse trabalho, né, (...)".

Diante desta etapa, os docentes enfrentaram desafios, pois, um Programa criado numa perspectiva global, gera possibilidades de se ter dificuldades nas realidades diversas, como as que foram descritas pelos professores das três escolas. Professora A: "(...) uma coisa que me preocupou mais mesmo, foi como eu arrumar os Cantinhos na escola, porque a escola só vendo como ela é para poder acreditar como foi que eu consegui colocar tanta coisa nos

lugares, foi uma grande preocupação porque não tinha espaço, (...)"; a Professora B descreve, "é de início né, faltou aquele material que a gente trabalha com ele. (...) E também tinha, tinha, teve Caderno que ficava difícil da gente entender, responder aquele, aquele (gaguejou bastante); trabalhar aquele conteúdo". A Professora D corrobora da opinião da Professora B, ambas trabalham na Escola Municipal Cícero Rodrigues, dizendo: "No início a gente sempre foi um pouco assim mais difícil né, porque nós não tava acostumada, (...)". Já a Professora E expõe que:

(...) talvez assim no começo do Programa, talvez não tenha assim, posto isso de forma da realidade, aí por isso que eu acho, eu acho que mais dificuldade a minha maior é essa, de não ter assim, botado em prática, assim desde que a gente aprendeu na realidade, fomos deixando muito... pra depois, e agora os alunos não tão mais interessado.

Ainda na descrição das dificuldades na implementação do Programa, a Professora F diz: "(...) foi uma coisa que no início foi muito difícil de trabalhar com eles [alunos], porque eles, eles se perguntavam 'mais porque isso agora, depois de tanto tempo que eu já venho estudando e nunca isso foi trabalhado? ". Assim, percebe-se que inicialmente o trabalho foi complicado na visão dessa educadora, pois os alunos questionavam bastante sobre o porquê desse Programa na escola.

Dessa forma, constata-se que o PEA em Marcelino Vieira apresentou limites, uma vez que os educadores, considerados os sujeitos principais nesse processo, explicitam suas dificuldades frente ao Programa no cotidiano escolar. Problemas que vão da estrutura física das escolas, do atraso do material didático-pedagógico do programa, da compreensão dos conteúdos e atividades dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem, a não implantação do Programa no tempo proposto, até a problematização feita pelos alunos.

Quando o Programa teve seu início nas escolas, foi para realizar todos os instrumentos metodológicos ao mesmo tempo, ação preconizada nas diretrizes da formação na metodologia da escola ativa, e isso causou sobressalto nos educadores, pois tinham dúvidas em relação ao PEA. Como iam saber se tudo o que era proposto pelo programa seria adequado para o espaço escolar? Esse sentimento esteve presente na fala da Professora C durante sua descrição sobre o Programa Escola Ativa na Escola Municipal Cícero Rodrigues: "quando chegou, aí veio tudo de uma vez, a gente ficou um pouco assustada, sem saber se ia dar certo se não ia, (...)".

Na implementação do Escola Ativa, a recepção despertou sentimentos de alegria, felicidade, curiosidade e valorização entre os alunos, professores e comunidade, pois tinham a

expectativa de melhorar o trabalho na e da escola. Por outro lado, também ocorreu indiferença e dispersão dos sujeitos que fazem a escola, isso causado pelo não conhecimento do programa, mas depois se adaptaram a nova metodologia. Essa percepção esteve presente nas três escolas que tiveram a implementação do PEA em 2008, haja vista que são constituídas de espaços e pessoas diferentes, revelando que cada escola implementou e recebeu o programa de forma distinta, e por mais se que busque nas suas diretrizes uma homogeneidade na realização da sua metodologia nas escolas multisseriadas, essa pesquisa demonstra que esse feito não é possível, porque o cotidiano é feito da diversidade subjetiva do ser humano.

Já a participação da comunidade no processo de efetivação do Programa Escola Ativa, despertou opiniões diferentes entre os educadores. O Professor A que desenvolve seu trabalho na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino diz:

(...) a gente recebe um grande apoio da comunidade. Eu considero essa escola que nós podemos contar com todos da comunidade. Mas quando o Programa Escola Ativa chegou, já tinham esse costume, então assim, eu tenho sentido muita segurança, num considero um desafio.

Nesse sentido, a comunidade agiu ativamente na implementação do programa, dando apoio ao trabalho do professor, isso também, porque a comunidade já participava das atividades da escola antes dessa metodologia.

A Professora C, fala que "a comunidade, assim, é meia distanciada da escola, a comunidade daqui". Corroborando com as palavras da Professora C, a Professora D diz: "A comunidade! (silêncio) No início, assim era um pouco difícil né, porque os pais não tinha muito esse contato, alguns, de vim à escola, de participar". Aqui é importante destacar que essas duas professoras lecionam na Escola Municipal Cícero Rodrigues.

Já as Professoras E, F e G, que exercem a docência na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, divergem na descrição da recepção da comunidade ao Programa na escola, pois, a Professora E expõe: "(...) a comunidade aqui é muito difícil, porque os pais não participam muito, aí fica mais difícil por isso, aí tem muita gente sabe, a gente escuta muito 'Ah! Isso é uma besteira', (...)". A Professora F diz: "A comunidade logo no início das reuniões, quando citávamos muito, eles ficavam perguntando, eles falavam: 'o que isso significa?', 'que, que vai trazer pra nossos alunos?'". E a Professora G aborda que "é assim, a maio, a maioria das, das pessoas acho, acho que elas gostam, elas gostaram do, desse Programa na escola, da Escola Ativa. (...) Dão, dá apoio e valor".

Desse modo, percebemos pontos de vista no modo de descrever a participação da comunidade na recepção do Programa. É possível, assim, delinear um posicionamento frente

ao que disse cada educador, na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, que já tinha um trabalho em parceira com os sujeitos no entorno da escola: aí o desenvolvimento das atividades do Programa teve mais êxito. Já na Escola Municipal Cícero Rodrigues, sentiu-se dificuldade no trabalho com a comunidade, uma vez que ela não tinha muita aproximação com atividades da escola. Quanto a Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, temos três discursos distintos, o que torna complicado entender como se deu realmente a atuação da comunidade na implementação do PEA, um diz que foi difícil, outro que a comunidade demonstrou curiosidade em relação ao Programa, já o terceiro aponta o apoio e o valor dado pela comunidade ao Escola Ativa.

Assim, cada escola teve a sua forma de desenvolver o Programa, pois se as diretrizes do PEA não levam em conta a realidade das escolas, estas estabelecem sua maneira de desenvolver a metodologia ativa proposta. Ela só se efetiva se todos os instrumentos metodológicos do programa estiverem inter-relacionados. É de se ter atenção que o Dia das Conquistas, além de sugerir a participação de todos, é considerado um marco da implementação do PEA. Conforme diz a Professora A:

Sem os cantinhos, sem o colegiado, sem os comitês, sem as conquistas e demais ações feitas na escola, eu não considero Escola Ativa. Escola Ativa é quando há uma interação com todos esses grupos. (...) E, também a Conquista, eu acho que foi um grande marco né, dessa história da Escola Ativa, porque realmente as crianças, todo mundo se organiza em prol do objetivo de produção do trabalho que é feito né, (...).

Uma situação que também precisa ser descrita é da Professora G, pois esta reafirma os limites na execução do Programa no contexto escolar, onde a rotatividade de professor deixa isso explícito na prática. Ela exercia a docência há três meses, mesmo morando na comunidade, não foi possível falar sobre a recepção do Escola Ativa implantado há três anos. O que temos é uma demonstração de que a escola ainda continua distante da vida cotidiana camponesa.

Prosseguindo com nosso objetivo, faz-se necessário mostrar como os alunos apreenderam o Programa Escola Ativa. Dessa forma, conforme a análise de conteúdo realizada, utilizamos as categorias analíticas *implantação do* PEA, *recepção do* PEA e *conhecimento do* PEA.

No que se refere aos alunos, a participação deles ocorreu na construção e desenvolvimento das estratégias metodológicas, em destaque, os Cantinhos de Aprendizagem, o Dia das Conquistas e os Comitês de Trabalho, conforme os nossos dados empíricos. O Aluno A diz: "Os livros eu participei lendo, e nos Cantinhos eu participei, que eu tô fazendo

parte do Cantinho. O Cantinho de Ciências. (...) eu explico também nas Conquistas. Nós fazemos o Comitê de Animação, nós passa os planos de músicas para ser a recepção". Em consonância com o Aluno A, o Aluno B também traz em sua fala informações acerca dos instrumentos do Programa, dizendo: "Eu ajudei assim, nas apresentação da Escola Ativa, em várias apresentação, e também na organização dos Cantinhos, como o de Leitura (...). Como eu sou da Leitura, nós... E eu trago e os outros que são do Comitê da Leitura, nós traz leituras para a escola (...). Nós se reúne pra poder discutir no Dia da Conquista o que vai ser, o que é a apresentação (...), onde vai ser apresentado".

Compreendendo que os alunos tiveram uma atuação apenas na criação e execução dos instrumentos metodológicos, o Aluno C sublinha que para desenvolverem suas atividades no PEA, eles realizaram e realizam reuniões para discutir questões como: o que irão fazer? Para que fazer? Como fazer? Quando fazer? O que se configura um plano de ação, instrumento do Colegiado Estudantil.

Quanto à recepção e o sentimento com relação ao Programa, o Aluno A descreve: "Nós se sentimos muito bem, muito bem porque esse Programa foi muito bom para nós. (...) Recebeu muito bem. (...) Que ele veio na hora certa (...)". E o Aluno B se posiciona assim: "Assim, eu se senti com muita alegria, que assim, nós ia aprender mais com a Escola Ativa, (...)".

Nesse sentido, os alunos sentiram alegria com a chegada do Programa, porque tinham expectativas de que iam aprender mais; e a que a comunidade recebeu o PEA muito bem, pois avaliaram como oportuna a sua vinda à escola.

Logo, é possível assinalar que os alunos comungaram das ideias da sobre a concretização do Programa Escola Ativa, deixando transparecer a ausência de uma participação de cunho social e política nas atividades desenvolvidas nas escolas, valorizandose mais o cognitivo.

Com relação ao conhecimento do PEA no sentido de saber o que este representa, os alunos A e B demonstraram conhecer e conviver com os instrumentos do programa em seu cotidiano, destacando os Cantinhos de Aprendizagens, principalmente o de Leitura, e ainda os recursos didático-pedagógicos que se encontram organizados nos Cantinhos. Vejamos o que disse o Aluno A: "Falaram que o Programa é muito bom, que ele... Livros pra nos ajudar a ler, tem um... (pensou). Os cantinhos (...)". E o Aluno B acrescenta: "Que eu sei que a Escola Ativa, é... Que dá livros da Escola Ativa, e tem também que eles trazem os brinquedos, (...). Tem também os Cantinhos, (...)".

Já o Aluno C, que estuda na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, demonstrou não saber o que é o Programa Escola Ativa, mas sabe que tem o Dia da Conquista, porque viu a realização de um no ano anterior, isso fica explícito na sua fala quando diz: "Não, sei não. Eu já vi a Conquista no outro ano".

Tratemos, por fim, do posicionamento dos representantes das comunidades, onde as escolas *lócus* desta pesquisa estão inseridas, apreendendo como o PEA foi recebido pelos sujeitos do campo, e como se deu a participação dos mesmos nesse processo, assim como o conhecimento que têm do Programa. Faremos isso a partir das categorias *implementação do PEA*, *recepção do PEA* e *conhecimento do PEA*, tomando como referência a análise de conteúdo das entrevistas.

A implementação ocorreu através da participação em reuniões procurando envolver todos da comunidade, onde o Programa foi apresentado. O Representante da Comunidade A diz: "Eu sempre participo de reunião aqui, de toda reunião que tem (...)", e o Representante da Comunidade C: "Só vim uma vez, só uma reunião. (...) mas depois teve mais quatro reunião, invante eu não participei de mais nenhuma, (...)".

Já o Representante da Comunidade B, nas suas palavras destaca a criação do Conselho Escolar como realização do Programa Escola Ativa e aborda que o papel do Conselho é fundamental no espaço escolar, pois discute e busca soluções para possíveis problemas enfrentados na e pela escola, esta compreensão se torna visível quando diz:

Eu participei de uma reunião de pais de alunos, (...) a Secretaria convocou pra que fosse implantado o Conselho na escola, (...). O Conselho discute problemas e procura procurar soluções. Eu acho que é fundamental o Conselho, sim.

O Representante da Comunidade A lembra que nas reuniões do Conselho Escolar também são realizadas palestras, "na reunião é palestra, tudo né (...)".

Os representantes das comunidades observam que receberam o Programa Escola Ativa bem, uma vez que sentiram alegria e felicidade, porque tinham expectativas de melhorias para a escola de cada comunidade. É possível constatar isso nas falas dos entrevistados, pois, o Representante A diz: "Muito feliz. (...) Acho que recebem bem, né". O Representante C relata: "Feliz, né. Porque a gente fica feliz quando chega pra melhorar, (...). É muita alegria, (...)".

E diante do conhecimento do PEA, o Representante da Comunidade A ressalta que o mesmo beneficia a comunidade e a escola, conforme sua fala: "É muito bom pra comunidade, pros alunos, pros professores, pros merendeiros e pra tudo". O Representante da Comunidade

B aborda os livros do programa, discorrendo que esses se baseiam na vida do campo; observamos essa afirmação quando diz: "(...) que os livros que vêm da Escola Ativa são todos baseados na vida do campo né (...)". Já o Representante da Comunidade C aponta que é nas reuniões que se tem informação sobre o Programa Escola Ativa, e como participou apenas de uma, não soube relatar o que era o PEA, ressaltando a importância das reuniões para se apropriar do conhecimento do mesmo. Percebe-se isso na sua fala quando diz: "Que eu tô desinformado desse Programa, que eu não participei da reunião, só fui uma só, (...)".

Portanto, diante do conhecimento de como ocorreu à implementação do Programa Escola Ativa em Marcelino Vieira/RN, pode-se dizer que esse processo se desenvolveu nas escolas de forma diferenciada, pois cada localidade tem suas especificidades, no que se referem à escola, experiências e modos de viver.

No próximo capítulo, trataremos do diagnóstico relativo ao antes e ao depois do PEA em Marcelino Vieira, tendo como foco as escolas das comunidades do Juazeiro e Panatis, o que permitirá conhecer o que ele significou para a gestão do pedagógico nas mesmas.

CAPÍTULO III – O PROGRAMA ESCOLA ATIVA E A GESTÃO DO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS DO CAMPO DE MARCELINO VIEIRA

Decálogo para refletirmos sobre uma identidade em construção. Afirmação de que o formato desta identidade não é dado apenas pela geografia de nossa origem ou de nossa prática, mais [mas] muito mais pela gente, pelos sujeitos com quem trabalhamos. Ser um educador do campo é antes de tudo ser um educador do povo brasileiro que vive no campo, em suas diferentes identidades. (ROSELI CALDART).

O presente capítulo continua a apresentar os resultados empíricos do estudo, no sentido de responder o problema de pesquisa que norteou esta dissertação.

3.1. ESCOLAS DO CAMPO DE MARCELINO VIEIRA: O ANTES E O DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

"Antes" e "depois", palavras classificadas na Língua Portuguesa como advérbios de tempo, que designam tempos diferentes, e é nessa temporalidade que elas expressam o nosso objetivo de analisar quais foram as contribuições que o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico nas escolas do campo de Marcelino Vieira, designadamente nas comunidades de Juazeiro e Panatis, uma vez que foram analisadas entrevistas com o dirigente municipal de educação, uma coordenadora pedagógica que trabalha com os professores do campo, educadores, alunos e representantes das comunidades onde se localizam as três escolas camponesas *lócus* desta pesquisa. Para isso, conforme a análise de conteúdo realizada, utilizamos as categorias, *diagnóstico da educação no campo*²⁹ e *diagnóstico da escola*.

Neste tópico, apresentamos tabelas que contêm os resultados acadêmicos dos alunos nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, considerando os índices de aprovação, reprovação e evasão, configurando-se, assim, uma análise qualitativa a partir dos dados quantitativos.

Abordemos então a educação vieirense antes do PEA, que corresponde a maior parte de 2008 e o período anterior a ele, tendo em vista que o Escola Ativa teve sua implementação

^

²⁹ Ao longo do texto, quando essa expressão for mencionada, como categoria resultante da análise de conteúdo do material empírico, referir-se-á sempre ao diagnóstico no município de Marcelino Vieira. Também a expressão *no campo* tem sentido específico de designação dessa categoria; não tem relação, portanto, com o debate conceitual acerca do modo de definir a educação camponesa. Como afirmado no primeiro capítulo, neste caso, a opção desse trabalho é pela formulação conceitual denominada *educação do campo*.

no final de 2008 nas escolas, mesmo a adesão ao mesmo tendo ocorrido em 2007 por parte da gestão da educação de Marcelino Vieira.

Fazendo uma descrição do antes, apreendemos primeiro, que o material didático-pedagógico nas escolas do campo era insuficiente e inadequado, o que limitava o trabalho do professor, e isso acabava por levar as aulas a se realizarem apenas na sala de aula, isoladas do seu entorno, com o uso do livro didático, a lousa e o giz, pois, segundo o Gestor 2 "(...) o material que existia na escola não era suficiente, os... as... assim era um trabalho realizado dentro da própria escola, não tinha abertura de buscar em aulas de campo, (...)".

Quanto ao suporte pedagógico ofertado pela Secretaria de Educação antes do PEA, pode-se perceber que já eram realizados encontros mensais para planejamento com os professores do campo, visitas técnicas esporádicas as escolas e a Semana Pedagógica – ocorria anualmente antes de o ano letivo iniciar; esse trabalho era desenvolvido com as escolas já nucleadas burocraticamente, onde cada Núcleo Rural de Ensino tinha um coordenador responsável, tanto para o acompanhamento pedagógico como para a burocracia exigida nos documentos oficiais das escolas que se encontram arquivados na própria instância que gere a educação do município. Depreende-se tal realidade na fala do Gestor 1: "O trabalho pedagógico era realizado sempre de acordo com as necessidades dos Núcleos, (...)". E do Gestor 2: "Antes do Programa ser implementado no nosso município, já era desenvolvido um trabalho pedagógico dentro dos nossos limites, mas era realizado Semanas Pedagógicas, encontros mensalmente, visitas, (...)".

Observando a forma como o apoio pedagógico se desenvolvia antes da implementação do Programa, o Gestor 2 em sua fala anterior discorreu que existiam limites no trabalho que era realizado, mesmo com algumas ações pedagógicas já desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Para tentar compreender o reflexo disso, apresentamos algumas tabelas com os resultados acadêmicos dos alunos alusivos ao ano de 2008, construídas com base no Livro Ata dos Resultados Finais. Optamos por essa alternativa ao invés dos dados do Censo Escolar, por avaliarmos o Livro de Ata mais fiável.

Tabela 01 – Ata dos Resultados Finais de 2008

ESCOLA	N° DE	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	EVASÃO
	MATRÍCULA	_	_	
Escola Municipal	15	73,3%	20%	6,7%
Francisco Tomaz				
de Aquino				
Escola Municipal	62	56,6%	21,7%	21,7%
Cícero Rodrigues				
Escola Municipal	78	64,4%	26,3%	9,3%
Francisco				
Avelino Sobrinho				

Fonte: SEMEMV (2008).

Fazendo uma primeira leitura dos dados contidos na Tabela 01, constata-se um alto índice de reprovação nas três escolas, uma vez que chegam a ultrapassar os índices nacionais e estaduais em 2008, que são: Brasil, 11,8%; Estado do RN, 16,4% (BRASIL, 2013). Esses resultados caracterizam uma defasagem na aprendizagem dos alunos, revelando um ensino precário, marcado pela falta de condições de trabalho, desde os recursos didático-pedagógicos até as instalações físicas das escolas do campo. Uma realidade que configura uma posição de periferia ocupada pelas classes multisseriadas nas políticas educacionais de Marcelino Vieira, num quadro de abandono pelo poder público, pois é impossível não observar o grande número de reprovação e de abandono escolar evidenciado nos documentos oficiais da educação municipal.

Nesse sentido, aproximamo-nos do contexto escolar, trazendo as falas dos professores das escolas do campo *lócus* desta pesquisa, identificados, como anteriormente já informados, como Professora A, Professora B, Professora C, Professora D, Professora E, Professora F e Professora G.

Para início, observemos o que nos dizem as professoras sobre como era realizado o trabalho pedagógico nas escolas antes do Programa Escola Ativa. Desse modo, apreendemos que já existia um trabalho voltado para a realidade dos alunos e da comunidade, porém não havia perspectiva de ampliação dele no âmbito escolar. Isso pode ser contado na fala da Professora A, quando declara: "Porque a gente já fazia um trabalho, já fazia esse trabalho como eu disse no início, mas que era um trabalho que não tinha como ser ampliado". Podemos apontar também que o trabalho pedagógico era centrado no método tradicional, levando-nos a entender que esse método deixou de fazer parte da prática docente, conforme discorreu a Professora D: "(...) a gente trabalhava mais aquele método, mais também o

tradicional, (...)". Faz-se necessário destacar, que houve docente que não se colocou no contexto do antes do PEA, afirmando que iniciou a docência junto com a implementação do Programa na escola, essa apreensão está contida na fala da Professora E: "(...) quando eu comecei com pouco tempo começou". Ainda nesse cenário, foi possível verificar que o desenvolvimento da prática docente se dava por meio das orientações propostas pela coordenação da SME, mas, não havia um foco no processo de ensino e aprendizagem, isso é o que nos diz a Professora F: "Sim, trabalhava conforme as orientações coordena... da, da coordenação, mas um pouco assim, que não tinha aquele foco, aquela coisa de, de, de saber o que trabalhar, por exemplo, sempre ficava uma coisa solta".

Diante do exposto pelas educadoras, é possível perceber opiniões diferenciadas entre elas sobre o trabalho pedagógico nas escolas antes do PEA.

Continuando com esse diagnóstico referente à escola do campo, percebe-se que as educadoras descrevem que a instituição era simples, não possuía recursos didático-pedagógicos com diversidade. Conforme a Professora A: "A sala de aula antes. (...) Olhe! Era bem simples, (...) era um pouco vazio, não de amor, mas de material didático né". As salas de aula não eram organizadas em Cantinhos de Aprendizagem, e colocavam nas paredes das salas apenas alguns cartazes, afirmativa baseada na fala da Professora C: "Não tinha os Cantinhos de Aprendizagens, não tinha quase nada nas salas, (...) que a gente às vezes colocava alguns cartazes, (...)". Essa realidade deixa transparecer a precariedade das escolas do campo, desde a estrutura física até aos recursos pedagógicos.

A Professora A traz na sua fala um cunho político e social referentes às atividades que desenvolvia na escola, pois, independente de qualquer Programa implementado na sua escola, ela sempre buscou melhorias para a mesma em parceira com os alunos. Percebemos isso na sua fala: "(...) eu acho que, eu sempre lutei e me esforcei para fazer uma educação de qualidade, (...)"; e "(...) a gente iniciou com livros doados pelas próprias crianças". A partir dessa realidade diagnosticada no seio da Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, local onde esta professora leciona, torna-se possível identificar que mesmo em condições precárias, material escasso, pode acontecer um trabalho que busca qualidade, devido a um conjunto de fatores, tais como, o compromisso com a comunidade, uma identidade cultural partilhada, e consciência política (SILVA, CAMARGO E PAIM, 2008).

Já a Professora D, inserida em outro contexto, diz que o seu conhecimento era limitado. São suas palavras: "(...) e antes a gente não tinha, e muita coisa eu não sabia, até muita coisa eu vim aprender mais na Escola Ativa, (...)". Assim, observamos que a educadora atribui ao Programa à contribuição de ampliar o seu conhecimento em relação ao que ela

trabalhava na escola. Diagnosticamos também, que os alunos não trabalhavam de forma coletiva na escola, e nas entrelinhas, após a implementação do PEA passaram a realizar suas ações em conjunto. É o que informa a Professora C: "(...) que os alunos daqui não tinham era a coletividade, e a Escola Ativa veio ajudar muito, (...)".

Em continuidade com o diagnóstico referente ao antes do PEA, é preciso considerar que os professores já seguiam uma rotina, mas que esta se configurava em poucas ações pedagógicas. Segundo a Professora C: "Antes a gente chegava na sala de aula e rezava, e tinha aquela conversa informal com os alunos e, corrigia a tarefa de casa, e começava já a trabalhar na disciplina, (...)". A organização dos alunos era feita por meio de filas indianas desde a entrada na sala até sentarem nas carteiras; na rotina, já existia uma preocupação do trabalho com a leitura, é o que aponta a Professora B: "Eu sempre usei entrar em fila na... Era em carteira né, eles ficavam era, cada um na carteira, (...) a oração que a gente faz, e, a conversa informal, e daí a gente já entrava pra trabalhar os conteúdos do dia, primeiro a leitura, e as atividades que se desenvolve depois da leitura (...)". Reafirmando o que foi falado anteriormente em relação à organização e a rotina trabalhada na escola antes do PEA, a Professora D diz: "A gente trabalhava mais em fileirinha, aquelas cadeiras enfileiradas mesmo que a gente chama, era mais assim individual né, (...). É antes a gente entrava na sala de aula, rezava o Pai Nosso, e a gente começava a aula". A Professora F, chama a atenção para o uso do livro didático, com o mesmo se caracterizando como algo vindo de outra realidade, desconsiderando a vivência dos alunos, dizendo que: "(...) antes nós pegávamos um livro, exemplo da cidade de São Paulo, íamos passar, passar pra o nosso aluno, ficava perdido, (...)".

Está construído, portanto, o diagnóstico mediante ao antes da implementação do PEA em Marcelino Vieira, tendo por base principalmente a análise de conteúdo das entrevistas. Passemos então ao pós-Escola Ativa, nele considerando também, as categorias *diagnóstico da educação no campo* e *diagnóstico da escola*, levando em conta agora a subcategoria *depois do Programa Escola Ativa*, presente nas duas categorias, conforme a operacionalização da técnica de análise de conteúdo que empreendemos.

Iniciamos com a realidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira, com base nos dados das nossas anotações no Diário de Campo do dia 09 de dezembro de 2011. Nele registra-se um Encontro de Microcentro, onde pudemos perceber que os educadores eram divididos em grupo para organizarem os seus planos de acordo com a série que escolhiam, depois tendo acesso aos planos das outras séries com os professores que os haviam planejado. Dessa forma, existia um plano de aula para cada série na sala multisseriada.

Assim, como, em 2011, o PEA já estava implementado em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, constata-se que não houve alteração na forma de realizar os planejamentos, com eles continuando a ocorrer conforme o modelo da seriação. Desse modo, as contribuições que o Escola Ativa proporcionou aos momentos dos encontros pedagógicos foram a mudança de nomenclatura e a inserção da formação continuada, através de estudos de textos que estavam relacionados à prática docente.

Nesse contexto, o Gestor 1 afirma que a contribuição que o PEA deixou para o apoio pedagógico foi a formação continuada, já que esta era pouco frequente no trabalho da Secretaria de Educação junto aos docentes, e que o Programa aprimorou o trabalho pedagógico para os professores. Assinala o Gestor 1: "(...) as formações eram poucas e agora acontecem com frequência, embora antes tinha os planejamentos. Com o Programa veio o aprimoramento desse trabalho, buscando melhorar o desempenho dos educadores (...)". O Gestor 2 também descreve que houve melhoria no trabalho educacional, no que se refere à metodologia e ao apoio pedagógico, embora na sua fala diga que mesmo com avanços, há uma necessidade de que a Secretaria de Educação esteja mais presente nas escolas do campo; isso é o que apreendemos quando diz: "O nosso trabalho melhorou cada vez mais, mas vejo na função de avançar, está mais presentes nas escolas, meta que desejamos alcançar para anos seguintes, (...)".

Quanto ao trabalho administrativo no âmbito da secretaria de educação não houve nenhuma influência do Programa. Isso é o que afirma o Gestor 1: "não, em relação a meu trabalho, que é meu, tá tudo do mesmo jeito (...)". Ficando claro que esse gestor compreende o administrativo desvinculado do pedagógico, concepção que o Programa manteve, mesmo as suas diretrizes preconizando a gestão democrática como elemento norteador da relação escola-comunidade através do Colegiado Estudantil e do Conselho Escolar.

Dando sequência a abordagem do pós PEA, apresentamos as tabelas que trazem os resultados quantificados dos índices de aprovação, reprovação e evasão nos anos de 2009, 2010 e 2011. Tivemos como base os dados dos Censos Escolares e do Livro de Atas dos Resultados Finais, documentos oficiais onde se registra o desempenho da aprendizagem dos alunos. As tabelas estão estruturadas por escola, seguidas de uma análise qualitativa, contemplando o contexto dos resultados após a implementação do Programa em Marcelino Vieira.

Igualmente à tabela anterior, também aqui vamos trabalhar com um tipo de tabela para cada escola, baseado no documento de registro da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira, o Livro de Ata dos Resultados Finais.

Tabela 02 – Ata dos Resultados Finais Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino

ANO	MATRÍCULA	APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO		EVASÃO	
		NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA
2009	19	16	84,3%	03	15,7%	00	0%
2010	15	15	100%	00	0%	00	0%
2011	13	11	84,7%	02	15,3%	00	0%

Fonte: SMEMV (2009, 2010, 2011).

Tabela 03 – Ata dos Resultados Finais Escola Municipal Cícero Rodrigues

ANO	MATRÍCULA	APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO		EVASÃO	
		NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA
2009	67	52	80%	10	15,3%	03	4,7%
2010	56	46	83,7%	09	16,3%	00	0%
2011	63	48	81,3%	11	18,7%	00	0%

Fonte: SMEMV (2009, 2010, 2011).

Tabela 04 – Ata dos Resultados Finais Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho

ANO	MATRÍCULA	APROVAÇÃO		REPROVAÇÃO		EVASÃO	
		NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA	NÚMERO	TAXA
2009	83	66	81,4%	14	17,3%	01	1,2%
2010	51	39	78%	10	20%	01	2%
2011	54	42	77,8%	11	20,4%	01	1,8%

Fonte: SMEMV (2009, 2010, 2011).

Observando os dados quantitativos apresentados nas tabelas, comecemos com a tabela 3, onde estão demonstrados altos índices de reprovação. Mesmo com o programa esse panorama não mudou muito. No entanto, no que corresponde ao ano de 2010, revela que não existiu reprovação na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, havendo uma considerável diminuição após o PEA.

Com relação ao abandono escolar a tabela 2, demonstra que a evasão foi superada na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino. Em nossas observações de campo percebemos uma estratégia do Programa Escola Ativa sendo utilizada por uma professora, que consiste em o próprio aluno realizar o registro da sua frequência. A estratégia utilizada pela educadora estimulou a reflexão sobre a importância da presença de cada um nas aulas todos os dias, possibilitando uma mudança da realidade que existia antes da implementação do Programa.

Isso se encontra registrado em nosso Diário de Campo, em nota do dia 11 de dezembro de 2012:

A frequência foi feita com uma lista para o aluno escrever o que sabia sobre o nome, que iria servir de diagnóstico sobre a leitura e a escrita. Nessa atividade os alunos foram refletindo a cada erro cometido e sobre quem faltou a aula.

Continuando com a Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, analisando a tabela 2, precisamente as taxas de reprovação, os dados evidenciam que a repetência diminuiu no cotidiano dessa escola, principalmente em comparação aos dados presentes na tabela 1, permitindo tirar como ilação que o PEA foi um dos principais condutores na melhoria dos resultados escolares no pós-escola ativa. No entanto, é preciso ter em atenção à oscilação que ocorreu entre os três anos letivos analisados.

Passando para a Escola Municipal Cícero Rodrigues, observamos que a tabela 3 apresenta altos índices de reprovação, deixando visível a baixa qualidade do ensino, supondose, assim, que o Programa Escola Ativa pouco contribuiu para mudar essa realidade.

A tabela 3 também traz dados importantes, referentes à evasão escolar, evidenciando que na referida escola não houve evasão em 2010 e 2011.

Assim como a Escola Municipal Cícero Rodrigues, a Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho possui altas taxas de reprovação, conforme dados expressos tanto na tabela 4.

Após a análise dos dados contidos nas tabelas 2, 3 e 4, foi possível observar que a Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino conseguiu avanços no processo de ensino-aprendizagem após o Escola Ativa; em contrapartida, isso não ocorreu com a Escola Municipal Cícero Rodrigues e nem com a Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho³⁰.

Teremos em conta agora a categoria *diagnóstico da escola*, mais precisamente a subcategoria *depois do Programa Escola* Ativa, utilizando a fala das educadoras entrevistadas, para assim, delinear a realidade das escolas do campo após o Programa.

Iniciamos assinalando que na fala dos educadores os resultados da aprendizagem dos alunos melhoraram, diferindo de certo modo das tabelas apresentadas anteriormente. É possível perceber isso na fala da Professora A: "Graças a Deus a nossa escola, eu considero

_

³⁰ Afirmar à efetiva factualidade do que dados quantitativos evidenciam é sempre questionável, e ainda mais envolvendo um tema como avaliação, sobretudo considerando o debate divergente que há em torno da progressão continuada, perspectiva esta chancelada pelo PEA. Pode ocorrer, por exemplo, do aumento da aprovação não necessariamente significar a ampliação do êxito no que se refere à aprendizagem. Esta é uma precaução metodológica a se manter quando se tem em atenção uma perspectiva qualitativa de abordagem. Tem-se presente isso nesta dissertação. Os dados quantitativos apresentados foram interrogados, sendo cotejados com outras fontes empíricas, não tendo sido assimilados, portanto, passivamente, à *maneira positivista*.

que não existe mais índice de reprovação. (...) graças a Deus evasão não tem de jeito nenhum, nem sequer falta, (...)". E na fala da Professora B que acrescenta: "(...) não houve evasão durante esse tempo, e percebi uma boa aprendizagem nos alunos, interesse e participação nas atividades tanto individuais como no trabalho coletivo, (...)"; aqui, além dos resultados, essa educadora aponta que a participação e o interesse dos alunos foram essenciais nas atividades desenvolvidas em sala de aula. A Professora F discorre sobre a ausência da evasão em sua turma, dizendo: "Não, evasão, tem não, eu tô com a turma da quantidade de aluno que eu iniciei, tá concluindo com avanço, então eu só tenho a parabenizar a escola ativa". Já a Professora D diz: "A frequência também, muito boa"; destacando que depois do PEA a frequência dos alunos melhorou muito.

A Professora B declara: "Olhe, uma das coisas que também beneficiou a escola foi o Conselho Escolar, que foi criado né, nesse Projeto da Escola Ativa, onde a gente conseguiu reforma ali para a escola, foi através do Conselho, é... (silêncio) A participação dos pais, que a gente sente né, se reúne, aumentou mais (...)"; é possível sublinhar que o Conselho Escolar criado na implementação do PEA possibilitou uma melhor participação dos pais e da comunidade na escola, exemplificando que juntos conseguiram uma reforma para escola, é certo que a estrutura ainda precisa de muitas melhorias, mas que quando comunidade e escola partilham dos mesmos objetivos podem conquistar dignidade para os que estudam no campo.

Dessa forma, outra percepção é que o trabalho coletivo foi possibilitado após o PEA, conforme refere à Professora A: "(...) e agora com a escola ativa é um trabalho coletivo (...)". Os Cadernos de Ensino e Aprendizagem favoreceram a coletividade, isso é o que destaca a Professora C, afirmando: "Sim, também o trabalho coletivo, e o trabalho com os livros didáticos, que ajudou muito na coletividade, que era uma coisa que não tinha (...)". Ainda na perspectiva do trabalho coletivo, chamado de trabalho em grupo pela Professora D e que hoje é mais utilizado em sua escola ela informa: "(...) a gente trabalha muito em grupo, (...)". Corroborando com as outras educadoras, a Professora E, também destaca que os alunos trabalham mais coletivamente, percebe-se isso na sua fala: "É a diferença assim, que os alunos trabalham em conjunto né, (...)".

Algumas educadoras abordam o coletivo como contribuição do Programa. Nas palavras da Professora A é possível afirmar que o trabalho coletivo foi uma forma dos alunos interagirem, criando vínculos nas relações interpessoais, adquirindo mais conhecimentos, e dessa forma tornando-se ativos na escola e na comunidade. Conforme suas palavras: "Para ativar né, para é fazer com que aconteça maior coletividade, maior amizade, maior conhecimento, maior aprendizagem, (...)". Corroborando com o apreendido na fala da

Professora A, a Professora D diz: "(...) e ajudou mais a eles assim, a relacionar-se assim um com o outro, (...). É assim é a, a coletividade também né dos alunos". Já a Professora C disse: "Então o Programa Escola Ativa veio contribuir com a coletividade na escola né, num todo, no geral, não só na sala de aula, mas no geral, os professores também né, (...)". Foi possível perceber que o trabalho coletivo na escola não se encontra somente entre os alunos, mas também entre os professores, conforme as observações de campo que fizemos.

Conforme depoimento da Professora F, no pós-Escola Ativa, a realidade do campo passou a ser acentuada. Afirma ela: "E hoje não, hoje os nossos livros vem abordando muito a vivência, a sua casa, o meio, a população, a comunidade em geral né".

No contexto referente ao depois da implementação do PEA, apreendemos que a distribuição dos recursos didático-pedagógicos através dos Kits para os Cantinhos de Aprendizagem, facilitou o trabalho do professor, principalmente com relação a leitura, ampliando as possibilidades de aprendizagem e despertando a curiosidade dos alunos. Essa afirmação condiz com o que a Professora A declara: "(...) porque chegou vários livros, cadernos de ensino e aprendizagem, (...) e que veio enriquecer o trabalho do professor e também do aluno, não esquecendo dos kits, né, para os Cantinhos, que realmente assim, tem dado um apoio muito grande para a gente trabalhar". Em consonância com o dito sobre as possibilidades que o material didático-pedagógico do PEA proporcionou para o trabalho do professor, a Professora F acrescenta: "(...) nós temos assim, uma forma de abranger através dos nossos materiais, de abranger e deixar um assunto mais resumido, passar pra o nosso aluno mais uma coisa mais clara, (...)". Ainda sobre os recursos didático-pedagógicos do programa, a Professora E sublinha que "(...) hoje nós já temos muito subsídio assim, que se possa trabalhar muita leitura, porque tem a Hora da História, e tem, e veio muito livro, e eles tão tendo aquele interesse de levar aqueles livros pra casa".

Pode-se considerar que a leitura após o PEA teve um avanço no desenvolvimento do conjunto dos alunos, que passaram a ser alfabetizados logo nos primeiros anos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Sobre isso, a Professora A discorre: "Eu considero primeiro pelas crianças, porque elas estão tendo mais oportunidade de se desenvolverem, até porque, eu hoje parabenizo cada um nas minhas aulas, por criança de segundo ano já estarem dominando a leitura". A Professora D diz: "Aprendizagem dos [alunos] é uma grande... Porque o aluno ele... Hoje mesmo os alunos, eles estão tudo alfabetizado, assim, já chega no terceiro ano, quarto ano já alfabetizado". E a fala da Professora E reafirma que a leitura se destacou no processo de ensino-aprendizagem no pós-Escola Ativa, quando enfatiza: "(...) você vê aluno que não tinha... Que não lia nada e hoje você vê ele ler corretamente, aí, isso aí

é o que? Porque, porque o do Programa Escola Ativa ele trabalha muito assim com a leitura, (...)".

Já a Professora G aponta que após o PEA, a escola passou a trabalhar com projetos didáticos, uma vez que existem diversos materiais didático-pedagógicos que buscam satisfazer a curiosidade dos alunos. Nesse sentido, afirma: "(...) hoje tem mais projeto, mais coisas de ciências pra eles matarem as curiosidades deles, (...)".

Um dos pontos que merecem destaque no pós-Escola Ativa, é que duas das sete professoras entrevistadas, delinearam uma preocupação na busca pela formação inicial e continuada, para o avanço do trabalho docente nas escolas do campo. Passemos ao que nos diz a Professora E: "Eu sempre tô preocupada assim na escola, às vezes eu tenho dificuldade como eu, eu, dificuldade, porque é diferente da pessoa que tem uma formação superior pra uma que tem só o 2º grau e já faz muito tempo que terminou, as dificuldades é grande, se você vir pra sala de aula sem você abrir o livro, você fica perdida né. (...) E eu tenho uma preocupação com isso, porque eu tô formando pessoas que vão mais pra frente né, (...)". A Professora F discorre: "(...) além de, de formações as quais estou buscando para melhorar cada dia mais, tanto o meu conhecimento para que eu passe com mais segurança, para meus alunos a importância do, do onde nós vivemos e o que queremos para nosso futuro, (...)".

Concluindo a análise que fizemos da fala dos professores alusiva ao pós-Escola Ativa, acentuamos o depoimento da Professora A, quando ela diz: "Eu percebo que a caminhada tem melhorado, 100%, (...) mais motivados". É uma declaração entusiasmada, procurando demonstrar a motivação dos alunos para irem à escola.

Interpretando agora as entrevistas dos alunos e representantes das comunidades no *lócus* desta pesquisa, elaboramos uma figura com base nas categorias de análise *diagnóstico* da escola e contribuição do PEA, referente ao depois do Programa, e na sequência será feita a apreciação de cada eixo abordado pelos entrevistados.

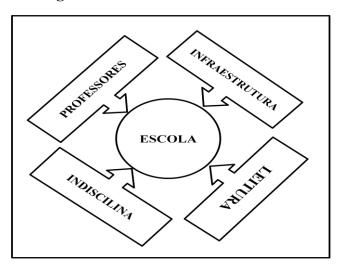


Figura 02 – Eixos Avaliados na Escola

Tendo a escola como centro, essa figura traduz a avaliação feita dessa instituição no pós-escola ativa. A definição dos quatro eixos da figura resultou do processo de descrição analítica, no tratamento do material empírico, resultante da análise de conteúdo das entrevistas, na medida em que foram encontrados pontos comuns nas falas dos alunos e dos representantes da comunidade, possibilitando apreender a compreensão sobre a escola (após a implementação do PEA) – a partir dos referidos eixos, que configuram dimensões do espaço escolar.

Para início da abordagem sobre os quatro eixos, tenhamos em atenção a **infraestrutura**, que se dividiu em três aspectos: a água, a merenda escolar e a estrutura física. Começando pela água, vejamos o que os alunos nos dizem: "Eu queria que tivesse vindo antes o gela-água (...) (Aluno B)"; "(...) agora ficou bom porque tem o gela-água, que antes era quente, (...) (Aluno C)". Nesse sentido é possível perceber que os alunos de duas das três escolas, apontam que a água na escola melhorou porque foi adquirido um equipamento que deixa a água fria, e eles passaram a poder beber água gelada.

O Representante da Comunidade A diz: "(...) tem muita mudança, mas assim, a escola é muito boa, tem água encanada (...)". Aqui existe outro contexto em relação a água, pois a escola já a possui encanada, conquista alçada por meio da Associação Comunitária dos Agricultores da comunidade onde se localiza a Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino. Essa mesma representante aponta a melhoria na quantidade da merenda escolar, pois afirma que antes era insuficiente para alimentar todos os alunos, percebe-se isso quando diz: "A merenda hoje é suficiente do que era de primeiro". É importante destacar, que a melhoria da

merenda escolar no município se deu por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia antes do PEA em Marcelino Vieira.

Passando para a estrutura física das escolas, vejamos o que os alunos nos dizem: "(...) os banheiros também fosse mais adequado pra nós, (...) (Aluno B)"; "Os banheiro. (...) precisa ajeitar (Aluno C)". Percebe-se não haver o mínimo de qualidade nas estruturas das escolas campesinas, porque nem os banheiros são adequados para o uso dos alunos.

A preocupação com o espaço físico escolar também é uma constante nas falas dos representantes das comunidades, o Representante da Comunidade A expõem: "(...) é que era preciso ter uma pia ali para lavar a louça (...)". Aqui é demonstrada a inexistência de aspectos mínimos para o funcionamento da escola. O Representante da Comunidade B aponta: "(...) assim, a área escolar ainda precisa melhorar assim... (...) esses pássaros, têm morcegos, têm insetos que precisava pelo menos, não vou dizer nenhuma vez por mês, pelo menos duas vezes no ano houvesse uma higienização assim, (...)". E o Representante da Comunidade C acrescenta: "A estrutura da escola, tá caindo os pedaço aqui".

Avaliando o antes e depois do Escola Ativa, o Representante da Comunidade C observa: "Tem muita coisa né, tem biblioteca que não tinha, (...). (...) tem bebedouro que não tinha, é, armário... Aqui dentro mudou muito, aqui dentro da escola muita coisa mudou". Essa fala do Representante da Comunidade C demonstra algumas mudanças pelas quais o ambiente escolar passou com a aquisição de imobiliários e equipamentos necessários para adequar os espaços a proposta do PEA, principalmente para organização dos Cantinhos.

Do ponto de vista da infraestrutura, embora se tenha verificado algumas melhorias no sentido de se adequar o espaço escolar para a implementação do Programa, não é de se registrar alterações substanciais no quadro geral de problemas e dificuldades que vivem as escolas do campo. A Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, por exemplo, encontra-se com problemas sérios na sua cobertura e nas paredes das salas de aula, colocando em risco até mesmo a vida dos educandos, educadores e demais funcionários da escola.

Assim, é importante se destacar que o gela-água foi adquirido com os recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que, a partir do PEA, passaram a ser monitorados pelo Conselho Escolar, uma vez que antes não existia, na escola, procedimentos e acompanhamento e controle.

A propósito de recursos financeiros, a adesão dos municípios ao PEA possibilitava a sua captação, para serem destinados, por exemplo, à construção de novas escolas. O que levou Gonçalves (2009, p. 40), em seu estudo sobre o Programa, a afirmar: "o número de adesões dos municípios é grande, fato que pode ser explicado pelo prestígio logrado pelos quadros de

direção que, ao implantar um programa de porte internacional, obtêm destinação de recursos para as escolas e captam recursos para os municípios (...)". Contudo, em Marcelino Vieira, não se verificou esse fato. A gestão educacional do município foi informada da referida possibilidade, mas não foram elaborados projetos para obter recursos junto ao FNDE, via SECADI, e serem empregues na construção de novas escolas no campo. Desse modo, os aportes do PEA ao município ficaram circunscritos aos kits pedagógicos e aos cadernos de ensino- aprendizagem. Esse fato traz à tona a contradição existente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação em Marcelino Vieira, ao longo da implementação do PEA, revelando que não houve um compromisso direto com a política educacional para as escolas do campo por parte do dirigente da educação vieirense.

Tratemos agora do eixo **leitura**, conforme figura apresentada. A leitura se apresenta como algo pertinente proporcionado pelo PEA. A propósito disso, o Aluno B afirma: "Eu gosto do momento de leitura".

Apoiando-se nas falas dos Alunos B e C, que dizem: "Primeiro nós sentamos e escrevemos, (...) a rotina semanal (...). (...) o Ajudante do Dia, o Escritor, o Leitor, e vamos estudar nos livros. (...) tem também a Hora da Leitura, (...)" (Aluno B); "nós ler primeiro, (...) aí depois passa um dever, (...) aí depois passa umas conta, (...)" (Aluno C). Dessa forma, os recursos metodológicos utilizados na aula, provavelmente favorecem o processo de desenvolvimento da leitura, como já sublinhado anteriormente.

Na fala do Representante da Comunidade B, tem-se a possibilidade de apontar que os Cadernos de Ensino e Aprendizagem (livros do programa); se diferenciam dos antigos livros didáticos utilizados na escola, com os Cadernos procurando valorizar a vida no campo, buscando diminuir a dicotomia entre cidade e campo e incentivando os alunos na leitura e na escrita. Nesse sentido, o Representante da referida Comunidade destaca: "(...) antes os livros falava em geral sobre a vida da cidade e da comunidade rural, hoje não, os alunos vão responder uma coisa que eles vivenciam, (...). (...) porque antes assim, os professores sempre reclamavam que não existia participação de pais de alunos na escola, (...)".

Com relação ao eixo **indisciplina**, apontamos aspectos que se integram no mesmo: depredação do patrimônio escolar, limites nas relações interpessoais e a interferência de 'fatores externos' à sala de aula. De início, vamos ao que nos diz o Aluno B que trata do primeiro aspecto: "Na escola tem muita gente bagunceiro, também que quebra as coisas". Já o Aluno C versa sobre o segundo aspecto, dizendo que: "Tem gente que fica calado e tem gente que fica gritano...". E o Representante da Comunidade C aborda o terceiro aspecto na sua fala: "(...) o pessoal da janela só atrapalhando, (...) não tá estudando e é nas janelas e portas".

Tomando por base o que foi dito por cada sujeito, é possível compreender que há um problema de indisciplina nas Escolas Municipais Cícero Rodrigues e Francisco Avelino. Mesmo após o Programa Escola Ativa isso continuou, verificando-se que a criação dos Comitês de Trabalho e o Colegiado Estudantil não proporcionou o esperado pelas diretrizes do Programa, que era a participação ativa dos alunos de forma coletiva e solidária, a resolução de possíveis problemas como esses, a conscientização de que é preciso valorizar e preservar o patrimônio da escola.

Abordando o último eixo presente na figura 2, que é o **professor**, destacamos a avaliação feita pelo Representante da Comunidade C que diz: "Os professores são bom, o que falta aqui é estrutura né". Nesse sentido, entendemos que os docentes da escola são valorizados pela comunidade, o que necessita é uma infraestrutura adequada, que possa oferecer melhores condições de trabalho para os professores.

Em consonância com o Representante da Comunidade C, o Representante da Comunidade A acrescenta: "Melhorou muito, que tinha dificuldade no estudo, e aí com ele [PEA] tem muita facilidade mais". Desse modo, o Programa Escola Ativa é entendido como um facilitador da aprendizagem na escola.

Está delineado, portanto, um quadro das Escolas do Campo de Marcelino Vieira, nas comunidades que estão sendo enfocadas neste trabalho, referente ao antes e ao depois da implementação do Programa Escola Ativa.

3.2. COTIDIANO ESCOLAR E GESTÃO DO PEDAGÓGICO NO PÓS-ESCOLA ATIVA EM COMUNIDADES DE MARCELINO VIEIRA

Nossa análise nesse tópico procura adentrar no cotidiano das escolas camponesas, no contexto do pós Escola Ativa, para identificar as contribuições do Programa para a gestão do pedagógico. Desse modo, como resultado da análise do conteúdo do material empírico, trabalharemos com as categorias *contribuição do PEA* e *diagnóstico da escola*, desdobrada na subcategoria *contribuição para a gestão do pedagógico*.

Em princípio, de modo geral, sublinhamos os seguintes elementos da gestão do pedagógico no pós-Escola Ativa, apreendidos a partir da análise de conteúdo das entrevistas: recursos didático-pedagógicos, o trabalho em grupo, rotina organizada, Comitês de Trabalho, Cantinhos de Aprendizagem, Cadernos de Ensino e Aprendizagem, Estratégias Metodológicas – Leitor do Dia, Escritor do Dia, Ajudante do Dia, Hora da História e a Hora da Brincadeira.

São elementos que, às vezes, se desdobram em outras formas de contribuição para a gestão do pedagógico.

Apreendemos na fala do Gestor 2 que as contribuições para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas do campo podem ser notadas na forma de organizar as salas de aula, na recorrência ao trabalho em grupo, por meio dos instrumentos metodológicos do Programa como: os Cantinhos de Aprendizagem e os Cadernos de Ensino e Aprendizagem. A gestão do pedagógico está presente, conforme o Gestor 2: "Quando refere-se na organização das salas, no trabalho coletivo, (...) aos Cantinhos de Aprendizagem, nos Cadernos de Aprendizagem (...)".

Daí, conforme o Gestor 2, ocorreu um avanço no desenvolvimento da leitura e da escrita, com elas sendo, de acordo com as suas palavras, trabalhadas "(...) diariamente dentro, dentro e fora da sala de aula (...)". As palavras do Gestor 2 encontra respaldo nos resultados da Provinha Brasil do ano de 2012, tendo-se os seguintes resultados: Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino – Leitura, Nível 4³¹, Matemática, Nível 4³²; Escola Municipal Cícero Rodrigues – Leitura, Nível 5³³, Matemática, Nível 4; Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho – Nível 4, Matemática, Nível 4 (SEEC/RN, 2012).

Considerando como a gestão do pedagógico está sendo conduzida no pós Escola Ativa, e assim identificando elementos da aula que influenciam na produção do conhecimento, o Professor B diz: "Na Escola Ativa teve a mudança de sentar em grupo na mesinha (...). O que mudou muito na escola ativa foi essa integração dos alunos (...) sempre tem muita atividade em grupo, (...) a aprendizagem um do outro, porque aquele mais atrasado né, a gente juntava com aquele que tinha mais conhecimento, e ali tirava a timidez daquele (...)"; aqui, percebe-se que a organização da sala de aula é uma estratégia didática, que proporcionou uma melhor interação entre os alunos no desenvolvimento da aula.

Na fala da Professora C:

-

³¹ Neste nível, os alunos leem textos mais extensos (aproximadamente 8 – 10 linhas), na ordem direta (início, meio e fim), de estrutura sintática simples (sujeito + verbo + objeto) e de vocabulário explorado comumente na escola. Nestes textos, são capazes de localizar informação, realizar algumas inferências e compreender qual é o assunto do texto (BRASIL, 2012).

³² Neste nível, os alunos são capazes de resolver problemas de subtração relacionados à ação de retirar envolvendo um número maior que 10 e outro menor 10, apresentam um bom conhecimento do sistema de numeração decimal na escrita de números de dois algarismos (BRASIL, 2012).

³³ Neste nível, os alunos demonstram ter alcançado o domínio do sistema de escrita e a compreensão do princípio alfabético, apresentando um excelente desempenho, tendo em vista as habilidades que definem o aluno como alfabetizado e considerando as que são desejáveis para o fim do segundo ano de escolarização. Assim, os alunos que atingiram este nível já avançaram expressivamente no processo de alfabetização e letramento inicial (BRASIL, 2012).

Então, a rotina a gente começa todo dia com as boas vindas né, feita pelo Comitê de Animação né, (...) e depois das boas vindas a gente faz o sorteio de Leitor, Ajudante do Dia; (...) o Escritor do Dia (...) tem também a chamada e a Hora da História que é só um dia por semana, (...) e tem também a Hora da Brincadeira que é um dia por semana (...) e o primeiro momento da aula que há uma disciplina, (...) e o segundo momento da aula também já é outra disciplina, (...) e às vezes precisa à gente juntar, a gente fazer essa transdisciplinaridade.

Captamos elementos importantes da gestão do pedagógico que foram proporcionados pelo PEA, como: o Leitor do Dia, o Ajudante do Dia, o Escritor do Dia, a Hora da História, a Hora da Brincadeira e o trabalho com as disciplinas, que por vezes se inserem numa perspectiva transdisciplinar³⁴. Ainda nesse sentido, também apreendemos esses elementos na fala da Professora D: "É, inicia, tem a, é as boas vindas, é, o Leitor do Dia, o Escritor do Dia, o Ajudante do Dia (...). Sim, começa a rotina, e aí vem explorar o conhecimento prévio do aluno (...)".

Abordamos mais elementos da gestão do pedagógico no pós-escola ativa, apontamos o trabalho dos Comitês, pois os mesmos contribuíram para o desenvolvimento da leitura e da escrita na escola, conforme a Professora C diz: "Sim, os Comitês também veio contribuir com a leitura, porque a gente trabalha também a leitura com os Comitês, (...)". E a Professora F complementa: "A maioria da turma já está lendo e escrevendo, então eu dou é êxito, eu digo que a importância foi por causa desse, desse Comitê que foi implantado o Cantinho de Leitura, (...)".

Corroborando com os elementos em destaque até aqui, trazemos as notas do Diário de Campo as quais descrevem o seguinte:

O Leitor do Dia fez a leitura oral de um texto trazido de casa. O Escritor do Dia leu o relato escrito sobre a aula do dia anterior. Tanto o Leitor como o Escritor havia sido escolhido no dia anterior. Em seguida foram escolhidos o Ajudante do Dia, o Leitor e o Escritor do dia seguinte (Escola Municipal Cícero Rodrigues, 12/12/2012).

Momento de Leitura – utilizando o "Cantinho de Português", onde os alunos foram pegar um livro para realizarem a leitura, isso ocorreu de acordo com a lista de frequência. A professora chamou a atenção de dois alunos (faixa etária de 10 e 11 anos) que ficaram contestando esse momento (esses alunos apresentavam dificuldades na leitura – decodificação), e apresentou exemplos para justificar o porquê da reclamação. Cada aluno ficou lendo um livro. Os alunos do segundo ano se concentraram totalmente na leitura; os da Educação Infantil embarcaram na leitura das imagens, interagindo um com o outro, com a professora e com o merendeiro da escola; já os do quarto e quinto ano conversaram mais do que leram. Depois, cada aluno exercitou sua leitura oral escolhendo uma parte do texto que achou mais interessante. Esse momento dedicado à leitura teve a duração de trinta minutos (Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino A, 11/12/2012).

_

³⁴ Aqui neste estudo não temos a intenção de levantar uma discussão sobre transdiciplinaridade, apenas apreendemos essa terminologia na fala de um entrevistado sobre a gestão do pedagógico.

Hora da História: a professora iniciou copiando o cabeçalho na lousa, depois cantando uma música referente ao momento da história e a importância do silêncio. A história contada foi "A formiga boa", antes de iniciar a professora perguntou se alguém conhecia uma música que falasse de formiga, alguns alunos responderam que sim, então, todos cantaram. Depois a professora fez a relação da fábula da "Formiga e a Cigarra" de Esopo, a história que seria contada era de autoria de Monteiro Lobato; ela falou sobre o autor da história, questionou os alunos se conheciam alguma obra desse autor, responderam que sim, e destacaram o "Sítio do Pica-pau Amarelo". A professora contou a história, e todos escutaram com atenção. Em seguida, uma aluna recontou a história. Depois a história foi explorada, fazendo uma relação com a fábula de Esopo, recontando a fábula da "Formiga e da Cigarra". Os alunos participaram da discussão das duas histórias. A professora escreveu na lousa o título da história contada, o nome do autor e a referência do livro onde se encontrava a história. E por fim, os alunos realizaram uma atividade escrita sobre a história (Escola Municipal Cícero Rodrigues, 12/12/2012).

Justificando ainda mais os Cantinhos de Aprendizagem como constitutivos de um elemento da gestão do pedagógico, que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar, a Professora D diz: "(...) e hoje a gente já tem nos nossos Cantinhos materiais que vem ajudar a gente a trabalhar, (...)". A importância dos Cantinhos para o trabalho pedagógico do professor também é uma constante na fala da Professora F: "É, os Cantinhos são (...) impor... Importante pra, pra gente porque ele lá... Além dos Cantinhos temos também a formação dos Comitês, (...)".

Outro elemento na gestão do pedagógico após o PEA foi o Dia das Conquistas, onde a culminância do conhecimento produzido pelos alunos na escola num determinado período é exposto para a comunidade, proporcionando um momento em que é trabalhada a expressão corporal e oral dos educandos. Percebe-se isso na fala da Professora C: "Dia da Conquista também eu acho muito importante, porque eles perderam aquele medo, (...) então o Dia da Conquista veio contribuir, veio tirar a timidez que eles tinham né de apresentação, (...)". Respaldando o Dia da Conquista como elemento da gestão do pedagógico, apresentamos as notas do Diário de Campo em que observamos a sua realização:

O tema do 6º Dia da Conquista foi "Educação do Campo e desenvolvimento da aprendizagem"; a comunidade compareceu, ex-alunos e vizinhança, faltou espaço e assento para todos os presentes. A professora conferiu se todos os pais estavam presentes. (...) Houve uma homenagem ao homem do campo, onde os alunos cantaram "Asa branca" de Luís Gonzaga. Os alunos recitaram vários poemas, e teve um momento que uma das alunas esqueceu a letra do poema e a mãe a ajudou. Aconteceu apresentação de teatro, com a peça "Queremos uma educação positiva". Foi realizado um momento de contação de história, num cantinho preparado para essa atividade (...) (Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, 19/12/2012).

O tema do Dia da Conquista foi "Leituras Diversificadas"; compareceram todos os alunos, professores, ex-alunos, convidados, e a comunidade em geral. Os alunos da Educação Infantil apresentaram a coreografía da música "Linda Rosa Juvenil" cantada por um aluno. Os outros alunos apresentaram paródias e quadras populares.

Foi apresentada pelos alunos a peça teatral "A formiguinha e a neve". Ainda houve recitação de poesias de Cecília Meireles (...) (Escola Municipal Cícero Rodrigues, 20/12/2013).

A gestão do pedagógico também teve como contribuição a Monografia da Comunidade, importante instrumento construído pelos alunos com a mediação do professor, em parceria com a comunidade. Esse foi um dos elementos que proporcionou uma maior interação entre escola e comunidade, culminou num documento em que foi registrado como a comunidade se vê. Assinalando o valor da Monografia, a Professora A enfatiza: "(...) a Monografia da escola, que a gente teve esse cuidado de montar a Monografia, que acredito que ficou na história da comunidade, porque, foi assim a participação de todos né, das crianças, é também das famílias, da comunidade porque envolveu uma série (...)".

Continuando com a abordagem sobre os elementos do programa que contribuíram para a gestão do pedagógico, passemos ao que apreendemos nas falas dos alunos, utilizando a categoria de análise *contribuição do PEA*.

Reafirmando o que percebemos sobre a contribuição do Programa para a gestão do pedagógico, destacamos principalmente o Cantinho da Leitura, onde na fala do Aluno A isso fica claro: "Ele nos ajudou a desenvolver a leitura, nos ajudou a, também multiplicar as coisas, e várias coisas também. Trouxe de novidade muitos livros". E na fala do Aluno B quando diz: "Assim, o Cantinho de Leitura devia ter vindo antes, (...)". Os livros distribuídos pelo programa criaram um ambiente que favoreceu a escrita e a leitura, pois durante a observação feita na Escola Municipal Cícero Rodrigues, na nota de campo do dia 23/10/2012, foi percebido que na a hora do lanche (intervalo da aula), o Cantinho da Leitura é explorado livremente pelos alunos, uma vez que esse espaço reservado para a leitura se encontrava disposto num espaço fora da sala de aula (área do recreio coberto da escola).

Também foi possível identificar a importância dos Cantinhos de Aprendizagem para a realização das atividades escolares, conforme a fala do Aluno B: "(...) as coisas que ajudam também a fazer os trabalhos, e várias coisas. (...) o Cantinho de Leitura, o Cantinho de Português, o de Matemática, o de Ciências, (...)". Nesse sentido, os Cantinhos são considerados uma contribuição do PEA para a gestão do pedagógico.

Com a abordagem desenvolvida neste Capítulo, sequenciando o anterior na apresentação dos resultados empíricos da pesquisa, damos por cumprido o nosso propósito de evidenciar a relação entre o Programa Escola Ativa e a gestão do pedagógico em escolas do campo no município de Marcelino Vieira. E nos aproximamos do momento final desta Dissertação, a ser materializado com as considerações a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesta Dissertação, responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais contribuições o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas das comunidades do Juazeiro e do Panatis, no município de Marcelino Vieira/RN? Assim, foi nosso objetivo geral analisar as contribuições que o Programa Escola Ativa proporcionou para a gestão do pedagógico no cotidiano das escolas do campo de Marcelino Vieira, designadamente nas das comunidades de Juazeiro e Panatis.

Para atingir o referido propósito, o trabalho foi estruturado como um todo integrado em três capítulos: no Primeiro, ao revisarmos a literatura, tratamos do aporte teórico que serve de referência à Dissertação; no Segundo, enfocamos o Programa Escola Ativa e a sua implementação em Marcelino Vieira; no terceiro, examinamos o Programa Escola Ativa do ponto de vista da gestão do pedagógico em Marcelino Vieira.

Tendo atingido o objetivo que delimitamos, passamos então as Considerações Finais, apresentando os elementos conclusivos deste trabalho. São eles:

1 – A proposta de Educação do Campo enfrenta desafios para ser colocada em prática.

A Educação do Campo, em síntese, se apresenta como uma proposta comprometida com outro tipo de sociedade, emancipada das determinações do mercado, dando voz aos sujeitos camponeses, crítica do agronegócio e defensora de uma concepção pedagógica inspirada também na tese de filósofo italiano Antonio Gramsci sobre formação omnilateral³⁵. Contudo, a implementação do ideário da Educação do Campo, considerando as particularidades das escolas multisseriadas, enfrenta enormes desafios. São desafios decorrentes das efetivas condições das escolas do campo, tais como, dentre outras: precariedade das condições da estrutura física e do transporte escolar; sobrecarga de trabalho dos professores, que lecionam e exercem várias outras funções na escola, além da instabilidade no emprego; falta de acompanhamento pedagógico adequado por parte das Secretarias de Educação; currículos distanciados da realidade, da cultura, do trabalho e da vida do campo; dilemas relacionados à participação da família e da comunidade na escola. Diante desses desafios, é de se questionar: será que a Educação do Campo pode realmente transformar a realidade da formação nos diversos contextos do campo brasileiro? Não temos

2

³⁵ Entende-se por formação omnilateral, uma concepção de formação humana que tem como objetivo considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas para o seu pleno desenvolvimento social e histórico. Essas dimensões envolvem a sua vida corpórea material, o seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (GRAMSCI, 1982).

como tratar dessa questão aqui - e também não nos cabe nesse espaço -, até porque mais pesquisas são necessárias a esse respeito.

2 – A relação entre a Educação do Campo e a gestão do pedagógico apresenta-se com um potencial promissor.

Tendo em atenção a realidade que marca a Educação do Campo, assim como as bases que consubstanciam a gestão do pedagógico — conforme elas foram abordadas neste trabalho -, pode-se assinalar que a relação entre ambas apresenta-se com um potencial promissor para o desenvolvimento do trabalho docente no cotidiano das escolas campesinas. Esse potencial promissor decorre de dois fatores interligados, que estão no cerne da tese da gestão do pedagógico, quais sejam: a) o entendimento de que a docência não poderá ser exercida tendo como perspectiva o ensino pelo ensino, mas deverá incorporar a pesquisa; b) a compreensão que, expressando um juízo científico em educação, ao tratar do pedagógico, tem presente três planos, conforme evidenciamos no Primeiro Capítulo, isto é, o plano da racionalidade cognitivo-instrumental, o plano hermenêutico da interpretação dos sentidos e o plano crítico radical da emancipação humana.

3 – A adoção do PEA na Colômbia e no Brasil ocorreu de modo diferenciado.

A partir da adoção do Programa Escuela Nueva na Colômbia, derivou-se o Programa Escola Ativa para outros países da América Latina, e assim ele chegou ao Brasil. Calcado por determinados resultados alcançados na Colômbia, o PEA foi apresentado de modo efusivo no Brasil. Porém, há de registrar diferenças entre os dois casos. Na Colômbia o Programa Escuela Nueva teve êxito, visto que as condições não eram semelhantes às condições brasileiras. O seu sucesso em terras colombianas deu-se em regiões povoadas por famílias rurais de classe média, verificando-se a existência de escolas com infraestrutura adequada, além de se apostar fortemente no trabalho docente e em sua mobilização na implementação do Programa. No Brasil, o quadro não foi esse.

4 – Conceitualmente, o PEA não está referenciado nos pressupostos básicos da Educação do Campo.

O PEA não está sintonizado com a perspectiva da Educação do Campo por conta de alguns fatores. Por exemplo: primeiro, porque os autores que fundamentam a educação do campo pouco são referenciados na base teórica do PEA, e dessa forma não são devidamente considerados os aportes que constituem a Educação do Campo e lhe singularizam como

abordagem educacional, conforme o enfoque que desenvolvemos no Primeiro Capítulo. Segundo, porque se verifica uma lacuna na base teórica do PEA, no seu propósito de se apresentar como modalidade conceitual sintonizada com a Educação do Campo, tendo em vista que a sua base teórica é preconizada no ideário do escolanovismo³⁶.

5 – A implementação do PEA em Marcelino Vieira enfrentou percalços.

As dificuldades enfrentadas na implementação do Programa Escola Ativa em Marcelino Vieira são diversas, podendo ser situados na esfera da gestão, no cotidiano escolar e no âmbito da ação dos professores. Os percalços ocorridos dizem respeito, por exemplo, à estrutura física das escolas, ao atraso do material didático-pedagógico do Programa, à compreensão dos conteúdos e atividades dos Cadernos de Ensino e Aprendizagem, etc.

6 – O processo de implementação do PEA nas escolas pesquisadas não foi uniforme.

A implementação do Programa nas escolas pesquisadas ocorreu com acentuadas diferenças entre si. Na Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino, que já tinha um trabalho de parceira com os sujeitos do entorno escolar, o desenvolvimento das atividades do Programa teve mais êxito; na Escola Municipal Cícero Rodrigues, sentiu-se dificuldade no trabalho com a comunidade, uma vez que a aproximação entre esta e a escola não era semelhante à aproximação registrada na Escola Francisco Tomaz de Aquino; já na Escola Municipal Francisco Avelino Sobrinho, os obstáculos na relação com a comunidade foram maiores, registrando-se um distanciamento da mesma no que toca ao envolvimento com as atividades do PEA.

7 – Apesar das suas limitações, o PEA proporcionou contribuições para a gestão do pedagógico.

Mesmo tendo limites, como evidenciamos neste trabalho, referentes, por exemplo, ao preconizado pelo Programa e o que efetivamente foi vivenciado no cotidiano das escolas, assim como as deficiências infraestruturais destas, há de se assinalar que o PEA, por outro lado, também apresentou contribuições para a gestão do pedagógico. Nesse sentido, cabem ser mencionados *Os Cantinhos de Aprendizagem* e a *Monografia da Comunidade*, que podem ser considerados como de significativo auxílio para o planejamento e o desenvolvimento das atividades docentes, na medida em que trazem para o interior da escola a realidade da

_

³⁶ Movimento dos anos 1920, oriundo da chamada Escola Nova. No Brasil, uma crítica ao escolanovismo foi feita por Saviani (1989).

comunidade. Dessa forma, constata-se a relevância que os recursos didático-pedagógicos do Programa Escola Ativa tiveram para a gestão do pedagógico.

8 – A implementação do PEA deu visibilidade às escolas multisseriadas do campo.

A partir da implementação do PEA, as escolas multisseriadas do campo, em Marcelino Vieira, obtiveram uma visibilidade que, até então, não tinham alcançado. Saíram do "anonimato", revelando a realidade que lhes marca, os seus problemas, os seus desafios, as suas diversidades e, de certo modo, a face das comunidades onde elas estão situadas.

9 – Há a necessidade de formação inicial e continuada dos professores do campo.

Do que foi apreendido e analisado na pesquisa empírica, da fala dos sujeitos entrevistados, do registrado durante as observações de campo, infere-se a necessidade de formação inicial e continuada, do permanente aperfeiçoamento, para os docentes das escolas multisseriadas do campo de Marcelino Vieira, escolas que refletem uma realidade que, provavelmente, é a mesma de vários outros municípios brasileiros.

10 – Com a implementação do PEA, houve a diminuição do abandono escolar, mas a permanência dos alunos na escola não significa necessariamente que eles estão aprendendo.

O registro estatístico da redução do abandono escolar, com a implementação do PEA nas escolas multisseriadas do campo de Marcelino Vieira, não significa necessariamente êxito integral na aprendizagem dos alunos, até por a avaliação da aprendizagem ser um fenômeno de intricada abordagem e compreensão, sendo de ter presente a posição do PEA a favor da progressão continuada. Os problemas das escolas do campo, as deficiências, as dificuldades enfrentadas, etc., são entraves para que efetivamente ocorra aprendizagem. Contudo, foi evidenciado que o PEA contribuiu para a melhoria no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e da escrita.

Esses elementos conclusivos dão uma dimensão das presentes Considerações Finais. Ao pesquisarmos a realidade das escolas estudadas nesta Dissertação, conhecendo o dia a dia das comunidades de Juazeiro e Panatis, tivemos a oportunidade de apreender a magnitude dos desafios que estão colocados à Educação do Campo, mas, ao mesmo tempo, também vislumbramos possibilidades de enfrentá-los, com ações alternativas que se constituem em saídas diante do quadro vigente. A aposta no aperfeiçoamento da formação docente, a formulação de políticas pelas gestões locais – que levem em conta as especificidades dos municípios, o diálogo com as comunidades, etc. são exemplos dessas ações. Ao convergir

essas ações, no cotidiano escolar camponês com a potencialidade conceitual do que representa a *gestão do pedagógico*, poderá delinear um novo rumo para as escolas multisseriadas do campo.

Chegamos então ao fim deste trabalho, com as respostas que nos foram possíveis para as inquietações que o motivaram. Talvez outras respostas possam ser aportadas para as mesmas. Isso é próprio do processo de construção do conhecimento. Assim como também, dos resultados desta Dissertação, outras inquietações/questões emergem, por exemplo: como ocorreu a implementação do Programa Escola Ativa em outros municípios potiguares? Foi diferente da forma como aconteceu em Marcelino Vieira? Qual a relação que a Educação do Campo tem estabelecido com a educação ambiental e com o desenvolvimento sustentável? Como a gestão do pedagógico tem aparecido nas políticas educacionais? Estas são questões que requerem um novo percurso analítico para respondê-las. Uma nova jornada de pesquisa.

REFERÊNCIAS

MOLINA, M. C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116.
Escola: terra de direito. In. ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M. (orgs.). Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).
Diversidade. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
BARROS, Oscar Ferreira. HAGE, Salomão Mufarrej. CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. MORAES, Edel. Retratos de realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. In. ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M. (orgs.). Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
, Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em novembro de 2012.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.934/1996. Disponível em http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041202141358 pdf. Acesso em janeiro de 2012.
Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em agosto de 2012.
, MEC/SECAD. Caderno de Orientações Pedagógicas para formação de educadoras e educadores — Programa Escola Ativa. Brasília: MEC/SECAD, 2010.
, MEC/SECAD. Projeto Base – Programa Escola Ativa. Brasília: MEC/SECAD, 2010.
Parecer CNE/CEB 36, de 04 de dezembro de 2001. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf. Acesso em janeiro de 2012.
Provinha Brasil: Avaliando a alfabetização. Guia de Correção e Interpretação de Resultados INEP/MEC Brasília 2012

, Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Disponível em
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf. Acesso em novembro de 2011.
, Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008. Disponível em
http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/educacao-rural/resolucao_MEC_2.08. Acesso em novembro de 2012.
, SIMEC – PDE INTERATIVO, Sistema Integrado de Monitoramento do
Ministério da Educação. Disponível em
http://pdeinterativo.mec.gov.br/pdeinterativo2013/pdeinterativo2013.php?modulo=principal/principal&acao=A. Acesso em julho de 213.
CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING. E. J., CERIOLI. P. R., CALDART. R. S. (orgs.). Educação do Campo: identidade e políticas públicas – Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.
Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (org.) Educação do Campo: Campo — Políticas Públicas — Educação. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 7. Brasília: Incra; MDA, 2008.
Educação do Campo. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTORIADES, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

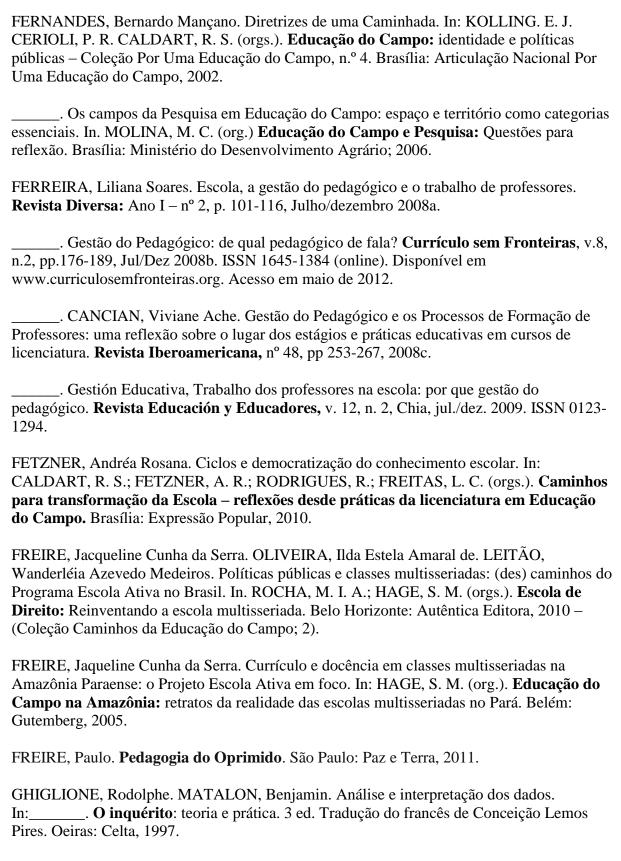
D'AGOSTINI, Adriana. TAFFAREL, Celi Zulke. JÚNIOR, Claudio de Lira Santos. Escola Ativa. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

D'AGOSTINI, Adriana. TAFFAREL, Celi Zulke. SANTOS JÚNIOR, Claudio Lira. CARVALHO, Marize. CAMBUI, Roza. **Escola Ativa:** nota técnica com subsídio sobre o Programa Escola Ativa. Disponível em www.gepec.ufscar.br/textos.../notatecnica...programa-escola-ativa.../file. Acesso em julho de 2013.

DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas: Editores Associados, 1997 – 2.ed.

FEMURN – **Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte**. Disponível em http://www.femurn.org.br/femurn/idh/mu_idh_atual.asp?iIdMun=100124080. Acesso em 06 de julho de 2012.

FERNANDES, Ailton Gonçalves. SOUSA. Edilson Alves de. CONTE, Isaura Isabel. MAGGIONI, Leonildo. ABREU, Mara Vanusa de. RIBEIRO, Marlene. A pedagogia e as práticas educativas na educação do campo. In: MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C. S. S., PALUDO, C. **Teoria e prática da educação: d**o campo análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. p. 26-41.



GOLDMANN, Lucien. Filosofia e ciências humanas. São Paulo: Difel, 1986.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. Trabalho docente na Escuela Nueva e na Escola Ativa: um estudo comparado da reforma educacional no campo. Mimeo.
Programa Escola Ativa: Educação fazer campo e Trabalho docente. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Rio de Janeiro, 2009.
GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. ROCHA, Maria Isabel Antunes. RIBEIRO, Vândiner. Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade para a escola do campo? In. ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M. (orgs.). Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).
GRAMISC, Antonio. Os Intelectuais e Organização da Cultura. Tradução de Carlos Nilson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1982.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=24. Acesso em 06 de julho de 2012.
Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 04 de agosto de 2012.
INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 1997 a 2007. Disponível em www.inep.gov.br/censoescolar. Acesso em junho de 2012.
Censo Escolar 2008 a 2011. Disponível em http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula. Acesso em janeiro de 2013.

JUNGES, Débora de Lima Velho. Classe multisseriada e formação docente: relatos de uma professora do campo. Disponível em:

www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../435. Acesso em junho de 2012.

KONZEN, Paulo Roberto. O Conceito de Diversidade (Verschiedenheit) na Ciência da Lógica e na Filosofia do Direito de Hegel. **Revista Eletrônica Estudos Hegelianos.** Ano 9, n°. 17, dezembro – 2012, p. 39-60. Disponível em http://www.hegelbrasil.org/Reh_17_04.pdf. Acesso em agosto de 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação e trabalho: questões teóricas. Em: Kuenzer, A. Z. et al. **Educação e trabalho.** Salvador: Fator, 1988.

Lei Orgânica do Município de Marcelino Vieira/RN. Câmara Municipal de Marcelino Vieira/RN: 2002.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas. (In)viabilidade da metodologia Escola Ativa como prática curricular para ensinar e aprender no campo. In: HAGE, S. M. (Org.). **Educação do Campo na Amazônia:** retratos da realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005.

MARQUES, M. O. Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência. Ijuí: Unijuí, 1995.

_____. Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes. Ijuí: Unijuí, 1996.

MELLO, Guiomar Namo de. **Magistério de 1º Grau**: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

MOLINA, Mônica Castagna. Legislação Educacional do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MORAES, Edel. BARROS, Oscar Ferreira. HAGE, Salomão Mufarrej. CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Transgredindo o paradigma (multis)seriado nas escolas do campo. In. ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M. (orgs.). **Escola de Direito:** Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).

OLIVEIRA, Mary Carneiro de Paiva. **Escola Municipal Francisco Tomaz de Aquino:** descobrindo a transdisciplinaridade com o Programa Escola Ativa. In: IV Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas (SETEPE) – CAMEAM/UERN. Pau dos Ferros, 2012.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba:** das Ligas aos Assentamentos Rurais. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

PEREIRA, Sandra M. C. **Segundo e Terceiro Projetos de Educação Básica para o Nordeste:** elaboração e definição. NUANCES: estudos sobre educação – ano VIII, nº 08 – Setembro de 2002.

PRONKO, Marcelo. FONTES, Virgínia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

QUIVY, Raimundo. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos. MOURA, Terciana Vidal. Políticas Educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre classes multisseriadas. In. ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M.

(orgs.). **Escola de Direito:** Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2).

SANTOS, Franciele Soares dos. Educação do Campo e Educação Urbana: aproximações e rupturas. **Revista de Educação Educere ET Educare**, v. 1, n. 1, p. 69-72, 2006. Disponível em http://www.revistaeducamazonia.com/doc/vol%206.pdf. Acesso em 10.03.2012.

SANTOS, Jânio Ribeiro dos. **Da Educação Rural à Educação do Campo**: um enfoque sobre as classes multisseriadas. Disponível em http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/da-educacao-rural-a-educacao-do-campo-um-enfoque-sobre-as-classes-multisseriadas/view . Acesso em 15.03.2012.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. GERMANO, José Wellington. **Educação do Campo**: interfaces com os movimentos sociais. Disponível em www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.15.pdf . Acesso em 08.03.2012.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 21 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira.** Disponível em

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em 05 de agosto de 2012.

SEEC – Secretaria do Estado da Educação e da Cultura do RN. **Consulta por Escola:** provinha Brasil 2012. Disponível em

http://www.educacao.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seec/provinha/PBR_ConsPorEscol a.asp. Acesso em junho de 2013.

SMEMV – Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira. **Livro Ata dos Resultados Finais**. Marcelino Vieira: 2008, 2009, 2010 e 2011.

Monografia da Comunidade do Juazeiro. Marcelino Vieira: 2010	Э.
Monografia da Comunidade do Panatis. Marcelino Vieira: 2010.	

SILVA, Ilsen. CAMARGO, Arleide. PAIM, Marilane. Fênix que renasce ou "praga a ser exterminada": escola multisseriada. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo (ENPEC)**, 2,. Brasília, 6 a 8 de agosto de 2008. Anais... Brasília: UNB, 2008.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: uma leitura comparativa, a parir da temática da educação escolar indígena. In: KOLLING. E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (orgs.). **Educação do Campo:** identidade e políticas públicas – Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

SOUZA, Eloir José de. ANDRADE, Enedina Ferreira de. LIMA, Glaci Antonia Mendes de. MACHADO, Carmem Lucia Bezerra. Limites e possibilidades: um olhar sobre o projeto político pedagógico na perspectiva da educação do campo. In: MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C. S. S., PALUDO, C. **Teoria e prática da educação:** do campo análises de experiências. Brasília: MDA, 2008. p. 45-59.

WEBER, Max. Volume da Coleção Grandes Cientistas Sociais. Tradução: Amélia Cohn e Gabriel Cohn. Organizador: Gabriel Cohn. 6 ed. São Paulo: Ática, 1997.

XAVIER NETO, Lauro Pires. **Educação do Campo em disputa:** análise comparativa entre o MST e o Programa Escola Ativa. [s.d.]. Disponível em http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/mst. Acesso maio de 2013.

APÊNDICES

 $\bf Apêndice~1- Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Gestora 1$

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Adesão ao PEA.	Motivo da adesão ao Programa Escola Ativa.	A adesão ao Programa Escola Ativa foi motivada pela possibilidade de uma renovação no trabalho pedagógico nas escolas do campo.	Pela expectativa de renovação metodológica e pela valorização da escola do campo. Vendo neste uma maneira de melhorar o ensino da zona rural.
Diagnóstico da educação no campo em Marcelino Vieira/RN.	Antes do Programa Escola Ativa.	Com as escolas nucleadas, apoio pedagógico procurava realizar seu trabalho conforme as necessidades de cada núcleo.	O trabalho pedagógico era realizado sempre de acordo com as necessidades dos Núcleos, ().
	Depois do Programa Escola Ativa.	A formação continuada não era uma constante, mesmo existindo momentos de planejamento. Após a implantação do Programa Escola Ativa o trabalho pedagógico teve um aperfeiçoamento. Já o trabalho administrativo no âmbito da secretaria de educação não houve nenhuma influência do Programa.	() as formações eram poucas e agora acontecem com frequência, embora antes tinha os planejamentos. Com o Programa veio o aprimoramento desse trabalho, buscando melhorar o desempenho dos educadores (). Não, em relação a meu trabalho, que é meu, tá tudo do mesmo jeito ().
Implantação do PEA.	Descrição do processo de implantação do Programa Escola Ativa.	O processo de implantação do Programa Escola Ativa foi lento, pois, ainda acontecem adaptações referentes às mudanças ocorridas	Em um processo lento, foram e ainda estão se adaptando as mudanças, procurando utilizá-las para melhor trabalhar ().

		na ação pedagógica. A participação da gestão da secretaria de educação ocorreu através do incentivo à participação das escolas no processo de implantação do programa.	() incentivando a participação de todos no processo ().
Contribuição do PEA.	Contribuição para a gestão do pedagógico nas escolas do campo.	Contribuiu melhorando a aprendizagem dos alunos, decorrente da metodologia do programa, a valorização da vida no campo, e dos kits pedagógicos recebidos pelas escolas.	A metodologia, a valorização das comunidades e os kits pedagógicos, materiais, são importantes para a melhoria da aprendizagem.
		Os alunos se mostram mais participativos na escola e na comunidade.	Eles se apresentam mais participativos, e de certa forma valorizando mais os conhecimentos da comunidade rural.
Recepção do PEA.	Sentimento em relação à implantação do Programa Escola Ativa.	A secretaria de educação recebeu o Programa com aceitabilidade; dando incentivo, condições e liberdade à equipe pedagógica pudesse desenvolver seu trabalho. Não houve interferência da gestão da educação.	Aceitando, incentivando e dando condições, e liberdade para que as coordenadoras fizessem o trabalho. Procurando não interferir nas ações desenvolvidas.
		Os alunos foram despertados em participara das atividades na e da escola.	() despertou nestes algum interesse em participar da escola, ().
Avaliação do PEA.	Potencialidades do Programa Escola Ativa.	O material didático-pedagógico é muito bom para o processo de ensino e aprendizagem.	()como também um rico material para a aprendizagem dos alunos.

Ativa.	Programa, é preferível não	Prefiro não observar, vejo só as coisas que considero boa, o resto não preciso levar em conta. Tá dando certo, não tá?
	do avanço.	I

Apêndice 2 - Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Gestora 2

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Diagnóstico da educação no campo em Marcelino Vieira/RN.		O material didático-pedagógico nas escolas não era insuficiente e inadequado.	() o material que existia na escola não era suficiente, os as assim era um trabalho realizado dentro da própria escola, não tinha abertura de buscar em aulas de campo, ().
		As aulas ocorriam apenas no espaço escolar.	Só que em relação ao material de apoio pedagógico era deficiente, ().
		O trabalho pedagógico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação já tinha um caráter satisfatório, pois eram realizadas Semanas Pedagógicas, encontros mensais com os professores e visitas às escolas do campo, mesmo com alguns limites administrativos.	Antes do Programa ser implementado no nosso município, já era desenvolvido um trabalho pedagógico satisfatório, podese dizer, pois dentro dos nossos limites, mas era realizado Semanas Pedagógicas, encontro mensalmente, visitas, ().
	Depois do Programa Escola Ativa.	Após a implantação do Programa Escola Ativa, houve uma melhoria no trabalho educacional, no que se refere à metodologia e ao apoio pedagógico.	Depois da implan implantação tudo melhorou, quando refere-se na metodologia, no apoio pedagógico.
		Mesmo com avanços, há uma necessidade do apoio pedagógico da Secretaria Municipal de Educação em está mais presente	O nosso trabalho melhorou cada vez mais, mas vejo na função de avançar, está mais presentes nas escolas, meta

		nas escolas do campo.	que desejamos alcançar para os anos seguintes, ().
Implantação do PEA.	Descrição do processo de implantação do Programa Escola Ativa.	O processo iniciou com a participação de uma formação de 40 horas na metodologia do Programa Escola Ativa, onde foi elaborado um Plano de Ação para implantação no município.	Ocorreu logo após termos participado de uma formação da metodologia da Escola Ativa, com uma carga horária de 40 horas semanais, semanal, desculpe; e nela elaboramos o Plano de Ação para implantação ().
		Após a formação, houve um momento chamado de mobilização. Nele participaram o prefeito, vice-prefeito, secretário de educação e coordenadores das escolas do campo, essa fase tinha o propósito de buscar apoio e legitimação para implantação do Programa. A gestão da educação não demonstrou apoio para implantação do programa. Inicialmente, a implantação ocorreu somente em três escolas.	Partindo da mobili, da mobilização junto ao prefeito e vice-prefeito, (). Também com a secretária de educação e coordenadores da escolas do campo, aonde não tivemos muito apoio,mas procuramos mostrar a importância da implantação deste Programa para as escolas do campo, (). De início foi implantado em 03 escolas ().
		A implantação do Programa nas escolas foi de desafios, que aos poucos foram amenizados.	De princípio foi um pouco preocupante, queríamos que fosse feito da noite para o dia, sem apoio total da Secretaria foi sufocante, mas no decorrer foi sendo realizado estudos, () para apoiar na construção dos instrumentos, ().
Contribuição do PEA.	Contribuição para a gestão do	As contribuições podem ser	Quando se refere-se na organização das

	pedagógico nas escolas campo.	do	observadas na forma de organização das salas de aula, no trabalho coletivo, por meio dos instrumentos do Programa como: os Cantinhos de Aprendizagem e os Cadernos de Aprendizagem.	salas, no trabalho coletivo, () aos Cantinhos de Aprendizagem, nos Cadernos de Aprendizagem, ().
			O incentivo a leitura e a escrita também se caracterizou como contribuição do Programa, pois se configura no avanço da aprendizagem na alfabetização.	trabalhada diariamente dentro, dentro e fora da sala de aula, () contribuiu para
			Proporcionou uma valorização do ambiente campestre como fonte de pesquisa para a escola.	() resgatar tudo aquilo que existe, que tem riqueza, que é o, que o seu campo, a sua localidade, o seu meio existe muitas fontes de pesquisa riquíssima, ().
Recepção do PEA.	Sentimento em relação implantação do Progr Escola Ativa.		Expectativa e orgulho por acreditar que o Programa seria um meio de proporcionar melhoria no ensino nas classes multisseriadas.	Me sinto orgulhosa de ter lutado pela implantação do Programa. Acreditei que seria uma porta que se abria para a melhoria do ensino nas salas multisseriadas, ().
			Os alunos demonstraram inicialmente ansiedade, e empolgação com os novos recursos didático-pedagógicos que antes não tinha na escola.	No início do Programa, os alunos ficaram ansiosos, bastantes empolgados com todos os recursos metodológicos chegando nas escolas, porque até então, funcionava de forma carente, ().
Avaliação do PEA.	Potencialidades do Progr Escola Ativa.	rama	A implementação dos instrumentos metodológicos do Programa nas escolas, se configura como	Durante esses três anos, podemos observar que muito foi feito nas escolas, como: a criação dos Comitês; o

Diretrizes Operacionais para	1 9	A dinamicidade da metodologia do Escola Ativa proporciona o alcance das metas no processo de ensino e aprendizagem. Os instrumentos do Programa quando utilizados com planejamento são considerados relevantes para a prática pedagógica. Nem tudo que está nas diretrizes do Programa consegue se efetivar nos contextos locais. A falta de apoio da gestão da educação é uma das limitações na implementação do programa. A ausência de estrutura nos transportes da secretaria de educação é uma das dificuldades no acompanhamento das escolas do campo. As Diretrizes Operacionais da	1
a Educação Básica nas		Educação do Campo estão sendo	gradativamente ().

Escolas do Campo.	implementadas de form	a
	progressiva.	
	As diretrizes são mais reais no	S
	aspectos pedagógicos, enquanto n	a No âmbito pedagógico, as Diretrizes
	administração não se faz presente.	Operacionais do Campo são mais
		visíveis na implementação, mas no
		âmbito administrativo deixa muita
		lacuna, ().

Apêndice 3 – Grelha da analise de conteúdo da entrevista com a Professora A

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Diagnóstico da escola.	Antes do Programa Escola Ativa.	Já existia um trabalho voltado para a realidade dos alunos e da comunidade, porém não tinha perspectiva de ampliação.	Porque a gente já fazia um trabalho, já fazia esse trabalho como eu disse no início, mas que era um trabalho que não tinha como ser ampliado, ()
		A luta por uma escola de qualidade já existia antes do Programa.	() eu acho que, eu sempre lutei e me esforcei para fazer uma educação de qualidade, ().
		A escola era simples, não possuía material didático-pedagógico, com diversidade.	A sala de aula antes. () Olhe! Era bem simples, () era um pouco vazio, não de amor, mas de material didático né.
		Os livros utilizados eram doados pelos alunos. O Programa Escola Ativa	() a gente iniciou com livros doados pelas próprias crianças.
	Depois do Programa Escola Ativa.	proporcionou que a comunidade pudesse conhecer o trabalho da escola.	() e que até a comunidade, a família, todos tivessem a oportunidade de ver, de conhecer esse trabalho, ().
		O trabalho coletivo foi possibilitado após a implantação do Programa. Com a chegada dos materiais	() e agora com a escola ativa é um trabalho coletivo, que nós chamamos, ().
		didáticos e pedagógicos na escola, facilitou a gestão do pedagógico.	() porque chegou vários livros, cadernos de ensino e aprendizagem, () e que veio enriquecer o trabalho do

Implantação do PEA.	Descrição do processo de implantação e implementação	Hoje a professora busca uma interação e autonomia maior dos alunos, com relação às atividades escolares. A cada dois meses família e escola se reúnem para discutir a aprendizagem dos alunos, por meio da troca de sugestões. A implantação do PEA ocorreu num processo, onde os alunos	professor e também do aluno, não esquecendo dos kits, né, para os Cantinhos, que realmente assim, tem dado um apoio muito grande para a gente trabalhar. Então o que eu tento fazer, é, interagir juntamente com todos e fazer com que essas crianças, elas tenham autonomia nos seus trabalhos, (). Sim, nós se reunimos a cada bimestre, onde a gente faz essa troca de ideias, onde a gente não está aqui para dizer só os defeitos, e sim também as qualidades, () o objetivo maior das reuniões é enfocar a aprendizagem, (). Foi todo um processo, (). É feito um processo que as crianças lançam esses
	do Programa Escola Ativa na escola.	convidaram a comunidade a acompanhar o trabalho na e da escola.	convites para essas pessoas virem até a escola, e eles têm a oportunidade de estarem aqui acompanhando bem de perto esse trabalho, né, ().
		O professor participa de tudo na implantação.	() porque tudo que eu participei, eu acredito que está implantado.
		Como a comunidade já participava da escola, não houve tanto desafio na implantação do Programa.	Mas quando o Programa Escola Ativa chegou, já tinham esse costume, então assim, eu tenho sentido muita segurança, num considero um desafio.

		No processo de implantação são muitas atividades para serem realizadas inicialmente. Uma das dificuldades na implantação foram os Cantinhos de Aprendizagem, pois não havia espaço suficiente para organizá-los na sala de aula. A implementação só se efetiva se todos os instrumentos metodológicos do Programa estiverem inter-relacionados. O Dia da Conquista, além de propor a participação de todos, é considerado um marco da implementação do Programa na escola.	Como era que eu ia dar de conta de tanta coisa, né, porque realmente é muita coisa numa hora só, (). () uma coisa que me preocupou mais mesmo, foi como eu arrumar os Cantinhos na escola, porque a escola só vendo como ela é para poder acreditar como foi que eu consegui colocar tanta coisa nos lugares, foi uma grande preocupação porque não tinha espaço, (). Sem os cantinhos, sem o colegiado, sem os comitês, sem as conquistas e demais ações feitas na escola, eu não considero Escola Ativa. Escola Ativa é quando há uma interação com todos esses grupos. E, também a Conquista, porque assim, a Conquista, eu acho que foi um grande marco né, dessa história da Escola Ativa, porque realmente as crianças, todo mundo se organiza em prol do
			Ativa, porque realmente as crianças, todo mundo se organiza em prol do objetivo de produção do trabalho que é feito né, ().
Contribuição do PEA.	Contribuição para a gestão do pedagógico nas escolas do campo.	Os alunos estão motivados na escola.	Eu percebo que a caminhada tem melhorado 100%. (). Mais motivados exatamente.
		O Programa oportunizou o desenvolvimento da leitura dos	Eu considero dizendo primeiro pelas crianças, porque elas estão tendo mais

Recenção do PFA	Sentimento em	relação à	O Programa Escola Ativa proporcionou mais coletividade, conhecimento e aprendizagem na escola. O Programa contribui nos resultados da aprendizagem, uma vez que, não há reprovação e nem evasão na escola. A construção da Monografia da Comunidade contribui para o conhecimento e registro da história do lugar.	oportunidade de se desenvolverem, até porque, eu hoje parabenizo cada um nas minhas aulas, por crianças de segundo ano já estarem dominando a leitura. Para ativar né, para é fazer com que aconteça maior coletividade, maior amizade, maior conhecimento, maior aprendizagem, (). Graças a Deus a nossa escola, eu considero que não existe mais índice de reprovação. () graças a Deus evasão não tem de jeito nenhum, nem sequer falta, (). () a Monografia da Escola, que a gente teve esse cuidado de montar a Monografia, que acredito que ficou na história da comunidade, porque, foi assim a participação de todos né, das crianças, é também das famílias, da comunidade porque envolveu uma série
Recepção do PEA.	Sentimento em implantação do Escola Ativa.	relação à Programa	Os sentimentos de alegria e felicidade foram os que permearam alunos, professor e comunidade com a chegada do Programa Escola Ativa. A comunidade recebeu o Programa na escola apoiando o seu trabalho.	Eu me senti feliz demais. () Eu sinto uma alegria imensa no coração de cada um, (). Eu sinto que (gaguejou) com certeza mexeu com todo mundo essa felicidade né, porque as pessoas também agora se preocupam, (). () a gente recebe um grande apoio da

			comunidade. Eu considero essa escola que nós podemos contar com todos da comunidade.
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.	* * .	As diretrizes acontecem na valorização do campo por parte do professor, conscientizando as pessoas de que é possível uma escola de qualidade na comunidade onde moram. A adequação do calendário escolar	() que elas não precisem tá em escolas tão distante para terem o melhor, que elas aqui no campo, elas tenham essa oportunidade, que com esforço, com dedicação, buscando a realidade de cada um, a vivência deles, tá certo? É o que eles são, é o que eles têm, é o que a gente vive, é o que a gente convive dia a dia, então, eu considero assim, um trabalho de qualidade, juntamente com eles, não só pro mim, mas por todos que fazem a escola.
		às necessidades do campo ainda não acontece.	Eu até já falei em questões anteriores sobre essa questão da adaptação, se adaptar a região, ao ambiente, o meio em que vivemos, e, nós temos um dos critérios que deveria ser atualizado que é o Calendário Escolar, () esse Calendário ainda não está adaptado a Escola Ativa, como vem que é a Lei né, ().

Apêndice 4 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Professora D

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Implantação do PEA.	Descrição do processo de implantação e implementação do Programa Escola Ativa na escola.	A implantação do Programa iniciou com a participação na formação da metodologia do Programa Escola Ativa.	Das formações que nós participamos, ().
		Após a formação, o processo de implantação continuou na escola.	Depois de participar foi implantar, com o estudo que nós adquirimos, aí nós fomos repassar para nossos alunos, implementar, implantar na escola.
		Primeiro foram criados os Comitês e os Cantinhos de Aprendizagem, de acordo com a formação.	Formamos os Comitês, () é trabalhamos da maneira que aprendemos lá, os Cantinhos, fizemos os Cantinhos, trabalhamos os símbolos, é
		Inicialmente não foi fácil a implementação do Programa, devido não ter costume com essa metodologia.	paródias, (). No início a gente sempre foi um pouco assim mais difícil né, porque nós não tava acostumada, ().
Recepção do PEA.	Sentimento em relação à implantação do Programa Escola Ativa.	O sentimento em relação à implantação do Programa foi de felicidade, pela expectativa de melhorar o trabalho docente.	() eu me senti muito feliz, () porque veio favorecer muito o nosso trabalho, ().
		Os alunos sentiram-se bem com a implantação do PEA, participando das atividades na escola.	() eles se sentem bem, eles participam, ().

			T
		A recepção do Programa pela comunidade foi difícil no início, pois os mesmos não participavam da escola.	A comunidade! (Silêncio) No início, assim era um pouco difícil né, porque os pais não tinha muito esse contato, alguns, de vim à escola, de participar.
Diagnóstico da escola.	Antes do Programa Escola Ativa.	O trabalho pedagógico era mais centrado no método tradicional. A escola não tinha muitos recursos didático-pedagógicos. O conhecimento do professor era limitado.	() a gente trabalhava mais aquele método, mais também o tradicional, (). () até assim em termos de recursos, que antes a gente não tinha nera na nossa escola, (). () e antes a gente não tinha, e muita coisa eu não sabia até muita coisa eu
	Depois do Programa Escola Ativa.		vim aprender mais na Escola Ativa, (). A gente trabalhava mais em fileirinha, aquelas cadeiras enfileiradas mesmo que a gente chama, era mais assim individual né, (). É, antes a gente entrava na sala de aula, rezava o Pai Nosso, e a gente começava a aula.
			() que a gente trabalha muito em grupo, (). () hoje a gente já vê uma participação maior, eles já ajudam mais a gente, já

		Dia, o Ajudante do Dia, e a exploração do conhecimento prévio dos alunos.	participa mais, já tão colaborando mais com a escola. É, inicia, tem a, é as boas vindas, () tem a rotina, as boas vindas, é, o Leitor do Dia, o Escritor do Dia, o Ajudante do Dia (). Sim começa com a rotina, e aí vem explorar o conhecimento prévio do aluno ().
Contribuição do PEA.	Contribuição para a gestão do pedagógico nas escolas do campo: Materiais didático-pedagógicos.		() e ajudou mais a eles assim a relacionar-se assim um com o outro, (). É assim é a, a coletividade também né dos alunos. () e hoje a gente já tem nos nossos Cantinhos materiais que vem ajudar a gente a trabalhar,().
	Processo de ensino e aprendizagem.	A aprendizagem dos alunos está sendo significativa, pois estão chegando no 3° e 4° ano alfabetizados. Hoje a frequência do aluno na escola é muito boa.	Aprendizagem dos é uma grande Porque o aluno ele Hoje mesmo os alunos, eles estão tudo alfabetizado, assim, já chega no 3° ano, 4° ano já alfabetizado. A frequência também, muito boa.
Avaliação do PEA.	Potencialidades do Programa Escola Ativa.	O Microcentro é importante, porque existem estudos e orientações para o trabalho docente. Na avaliação do Programa Escola	Vixe! Tudo é importante (). Acho que é o Microcentro. () Porque é, é, veio explicar a gente, como a gente fazer né, mostra é estudo (). Pronto aí, aí, os benefícios é ver esse Projeto Trilhas, também que veio ajudar

	Ativa, surgiu o Projeto Trilhas, aonde o mesmo veio auxiliar a gestão do pedagógico, com leitura e contação de histórias.	v
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.	 consideração a vida no campo. Percebe-se a implementação das	Hoje eu venho planejar, é tudo já baseado na escola do campo né, (). Mais no Conselho né. () No Conselho Escolar né, que envolve as pessoas, da

 $\bf Apêndice~5$ — Grelha da análise de conteúdo da entrevista com a Professora E

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE	UNIDADES DE CONTEXTOS
		REGISTRO	
Implantação do PEA.	Descrição do processo de implantação e implementação do Programa Escola Ativa na escola.	Após a participação na formação da metodologia do Programa Escola Ativa, buscou-se implantar o programa seguindo as orientações recebidas, mesmo sendo sido difícil realizá-la, pois o programa não considera a realidade da escola.	Pelo menos a parte que a gente procura passar aquilo que a gente aprendeu lá nas formações né, () mas às vezes fica muito difícil, porque muita das vezes os alunos não compreende, a realidade da escola é outra, ().
		O Programa foi implantado em 2009 nas escolas. No início, o Programa pode não ter sido compreendido pela escola, uma vez que a relação teoria e prática não foi uma realidade aqui na escola, por esse motivo, talvez os alunos não se interessem em participar do Programa. A implementação do Programa, cada ano ocorre de uma forma, porque depende muito da	Programa, talvez não tenha assim posto isso de forma da realidade, aí por isso que eu acho, eu acho que mais dificuldade a minha maior é essa, de não ter assim, botado em prática assim desde que a gente aprendeu na realidade, fomos deixando muito Pra depois, e agora os alunos não tão mais tão interessado.
		participação dos alunos.	Aí vai diferenciando de cada ano, o ano passado eu já peguei uma turma que eles já, aquilo que a gente bota (gaguejou) passava pra eles que era pra fazer, eles fazia, mas já esse ano, eu já senti mais

			dificuldade ().
Recepção do PEA.	Sentimento em relação à implantação do Programa Escola Ativa.	A recepção do Programa pela comunidade foi difícil, pois não tem muita participação na escola.	() a comunidade aqui é muito difícil, porque os pais não participam muito, aí fica mais difícil por isso, aí tem muita gente sabe, a gente escuta muito "Há! Isso é uma besteira", ().
Diagnóstico da escola.	Antes do Programa Escola Ativa.	Quase não teve um antes do Programa, pois iniciou o trabalho no mesmo ano da sua implantação.	() quando eu comecei com pouco tempo começou.
		A gestão do pedagógico ocorria apenas na sala de aula, uma atividade solitária com os livros didáticos.	Aí, era só a gente dentro da sala de aula, só com os livros didáticos mesmo.
	Depois do Programa Escola Ativa.		É a diferença assim, que os alunos trabalham em conjunto né, (). E já a Escola Ativa, a gente já faz, tem
		Hoje, realizamos atividades diferentes, como as aulas de campo.	outros, tem outros tipos de atividades, () a reciclagem, tem as atividades de campo.
		Como docente, hoje já existe uma preocupação com a formação inicial e contínua, devido a necessidade de está sempre atualizado.	escola, às vezes eu tenho dificuldade como eu, eu, dificuldade, porque é diferente da pessoa que uma formação superior pra uma que tem só o 2° grau e já faz muito tempo que terminou, as
			dificuldades é grande, se você vim pra sala de aula sem você abrir o livro, você fica perdida né. () E eu tenho uma preocupação com isso, porque eu to

		Na escola existem vários materiais didático-pedagógicos e atividades que favorece o trabalho com a leitura.	formando pessoas que vão mais pra frente né, (). () hoje nós já temos muito subsídio assim, que se possa trabalhar muita leitura, porque tem a Hora da História, e tem, e veio muito livro, e eles tão tendo aquele interesse de levar aqueles livros pra casa.
Contribuição do PEA.	Contribuição para a gestão do pedagógico nas escolas do campo: Processo de ensino e aprendizagem.	A consciência dos alunos em trabalhar em grupo. O trabalho do Comitê, principalmente em manter a sala organizada e limpa. A alfabetização dos alunos que não eram alfabetizados ainda.	Eu acho que o mais importante é os alunos ter aquela consciência de trabalhar em grupo, (). () de assim como tem os Comitês de, de quando terminar, ter aquela consciência de que tem de deixar a sala limpa, não limpar a sala, mas de organizar, de deixar a sala organizada. () você vê aluno que não tinha Que não lia nada e hoje você vê ele ler corretamente, aí, isso aí é o que? Porque (gaguejou), porque o do Programa Escola Ativa ele trabalha muito assim com a leitura, ()
Avaliação do PEA.	Potencialidades do Programa Escola Ativa.	A formação do Programa possibilitou a compreensão de que a escola do campo, não pode ser isolada da comunidade.	() o que a gente aprendeu na formação é que a escola do campo não é só aquilo que a gente trabalha na escola, inclui a comunidade né, ()

	Limites do Programa Escola Ativa.	A orientação do trabalho em grupo na escola. Os materiais didático-pedagógicos dos Cantinhos de Aprendizagem dão suporte ao trabalho do professor. O que está na teoria do Programa não funciona na prática, principalmente a relação escolacomunidade. No trabalho em grupo, às vezes nos deparamos com situações em que um aluno fica esperando o outro para poder realizar suas atividades. A dificuldade em organizar os Cantinhos de Aprendizagem, devido a falta de condições existente na escola. A evasão ainda ocorre na escola, devido à saída dos alunos para o trabalho de vendedor ambulante e ao casamento entre alunos.	() que ensina a pessoa a trabalhar em grupo, (). Os materiais do Cantinho que eu acho que tem mais um suporte pra gente possa, pra que possa ajudar nas aulas, () () a gente ia trabalhar de acordo com a região da gente né, aí era, e se, se de fato funcionasse na prática entre escola e comunidade era uma coisa muito boa. () mas às vezes tem aluno que fica esperando que o outro faça pra poder fazer, a maior dificuldade é essa que eu acho, (). A dificuldade assim de, de, da organização na escola, pra gente poder, aquela preocupação da gente montar os Cantinhos () muita das vezes a gente não tinha o suporte, (). A evasão assim, aqui na escola aconteceu, pelo menos esse ano foi de 12 alunos, 02 desistiram né, assim, uma porque se casou, assim outra, outro
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas	Implementação das diretrizes no ambiente escolar.	O Programa Escola Ativa possibilitou a implementação das	alunos, 02 desistiram né, assim, uma

escolas do campo.	Diretrizes na escola, principalmente	o conhecimento do aluno né, aquilo que
	na valorização dos saberes e	ele sabe da localidade, ().
	vivências da comunidade.	
	No Calendário Escolar, as diretrizes	Porque tem o tempo de inverno né, que é
	ainda não estão contempladas.	de acordo com as necessidades daquela
		comunidade né, muita das vezes
		dependendo do inverno os alunos que
		estudam fora não tem condições de ir,
		então pra que Eu acho que isso aí falta
		ainda na escola ser, a gente ter o
		cuidado do calendário, ().

Apêndice 6 – Grelha da análise de conteúdo da entrevista com o Aluno B

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Implantação do PEA.	Participação na implantação do PEA.	Nas apresentações do Programa Escola Ativa, na organização do Cantinho de Leitura.	Eu ajudei assim, nas apresentação da Escola Ativa, em várias apresentação, e também na organização dos Cantinhos, como o de Leitura ().
	Atuação na implementação do PEA.	Atua no Comitê de Leitura trazendo textos.	Como eu sou da Leitura, nós E eu trago e os outros que são do Comitê da Leitura, nós traz leituras para a escola ().
		Os Comitês se reúnem para planejarem o Dia das Conquistas.	Nós se reúne pra poder discutir no Dia da Conquista o que vai ser, o que é a apresentação (), onde vai ser apresentado.
Contribuição do PEA.	Contribuições para a Gestão do Pedagógico.	Contribuiu com a implantação do Cantinho de Leitura, que deveria ter vindo antes do Programa Escola Ativa.	Assim, o Cantinho de Leitura devia ter vindo antes, ()
		Os Cantinhos de Aprendizagens ajudam na realização das atividades.	() as coisas que ajudam também a fazer os trabalhos, e várias coisas. (Cite assim, essas várias coisas assim, alguma dessas coisas.) () o Cantinho de Leitura, o Cantinho de Português, o de Matemática, o de Ciências, ().
Conhecimento sobre o PEA.	O que é o Programa?	O Programa Escola Ativa, distribui materiais didático-pedagógicos, como: livros, brinquedos, etc.	Que eu sei que a Escola Ativa, é Que dá livros da Escola Ativa, e tem também que eles trazem os brinquedos, ().

	O que o Programa tem?	No Programa tem os Cantinhos de Aprendizagens.	Tem também os Cantinhos, ().
Recepção do PEA.	Sentimento dos alunos em relação ao Programa.	Os alunos sentiram alegria com a chegada do Programa, porque tinham expectativas em relação a ele.	Assim, eu se senti com muita alegria, que assim, nós ia aprender mais com a Escola Ativa, ().
	Expectativa em relação ao PEA.	Os alunos receberam o PEA com a expectativa de que iam aprender mais.	
Gestão do Pedagógico	Desenvolvimento da gestão do pedagógico no cotidiano da escola: Descrição da aula.	Após os alunos sentarem, a aula inicia seguindo uma rotina já estabelecida semanalmente pelo professor.	
	Recursos pedagógicos utilizados na aula.	Os recursos pedagógicos utilizados na aula são: o Ajudante do Dia, o Leitor e o Escritor do Dia, a Hora da Leitura, e ainda os livros (Cadernos de Ensino e Aprendizagem).	() o Ajudante do Dia, o Escritor, o Leitor, e vamos estudar nos livros. () tem também a Hora da Leitura, ().
Diagnóstico da escola.	O que melhorou?	A água de beber melhorou. A criação do Momento de Leitura é uma coisa.	Eu queria que tivesse vindo antes o gela- água, (). Eu gosto do momento da leitura.
	O que precisa melhorar?	Adequação dos banheiros.	() os banheiros também fosse mais adequado pra nós, ().
		Há uma necessidade de preservação	Na escola tem muita gente bagunceiro,

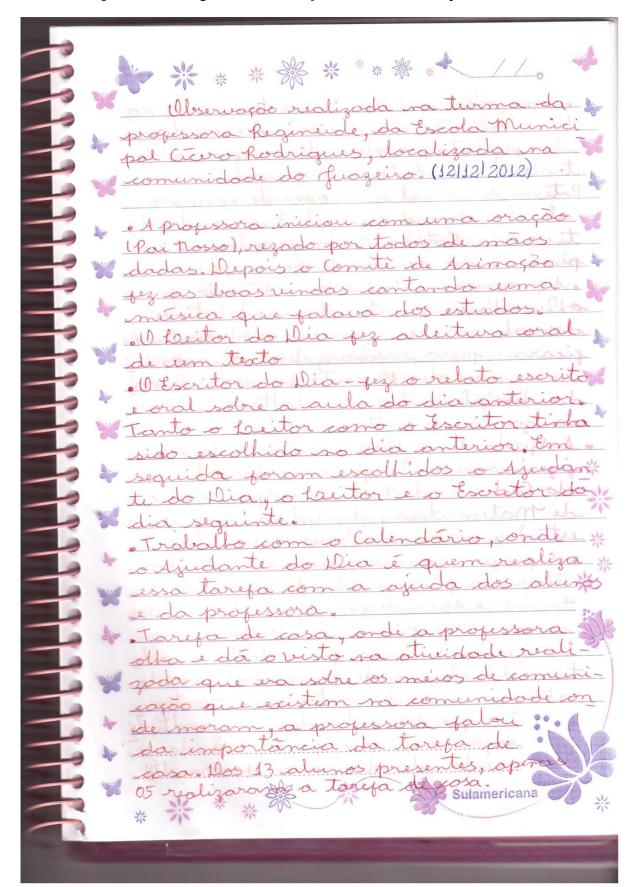
	do patrimônio da ascola	também que quebra as coisas
	do patrimonio da escola.	tambem que quebra as coisas.

Apêndice 7 - Grelha da análise de conteúdo da entrevista com o Representante da Comunidade C

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADES DE CONTEXTOS
Conhecimento do PEA.	Informação sobre o Programa Escola Ativa.	Somente nas reuniões é que se têm informações, sobre o Programa Escola Ativa.	Que eu to desinformado desse Programa, que eu não participei da reunião, só fui uma só, ().
Diagnóstico da escola.	Trabalho pedagógico.	A escola tem bons professores que desenvolvem bem o seu trabalho.	Os professores são bom, o que falta aqui é estrutura né.
		Há um problema de disciplina na escola, que atrapalha o trabalho do professor.	() o pessoal da janela só atrapalhando, () não tá estudando e é nas janelas e portas.
	Infraestrutura.	A estrutura física da escola é precária. Existe um problema com a água na escola.	A estrutura da escola, tá caindo os pedaço aqui.
			() O problema da água aqui também é muito complicado, da escola, ().
Implantação do PEA.	Participação na implantação do Programa Escola Ativa.	A participação ocorreu somente nas reuniões, onde se deu apenas numa.	Só vim uma vez, só uma reunião. () mas depois teve mais quatro reunião, invante eu não participei de mais nenhuma, ().
Contribuição do PEA.	Melhoria dos recursos pedagógicos da escola.	Criação de uma biblioteca na escola.	Tem muita coisa né, tem biblioteca que não tinha, ().
	Aquisição de mobiliário e equipamento.	Aquisição de um bebedouro e de	() tem bebedouro que não tinha, é, armário

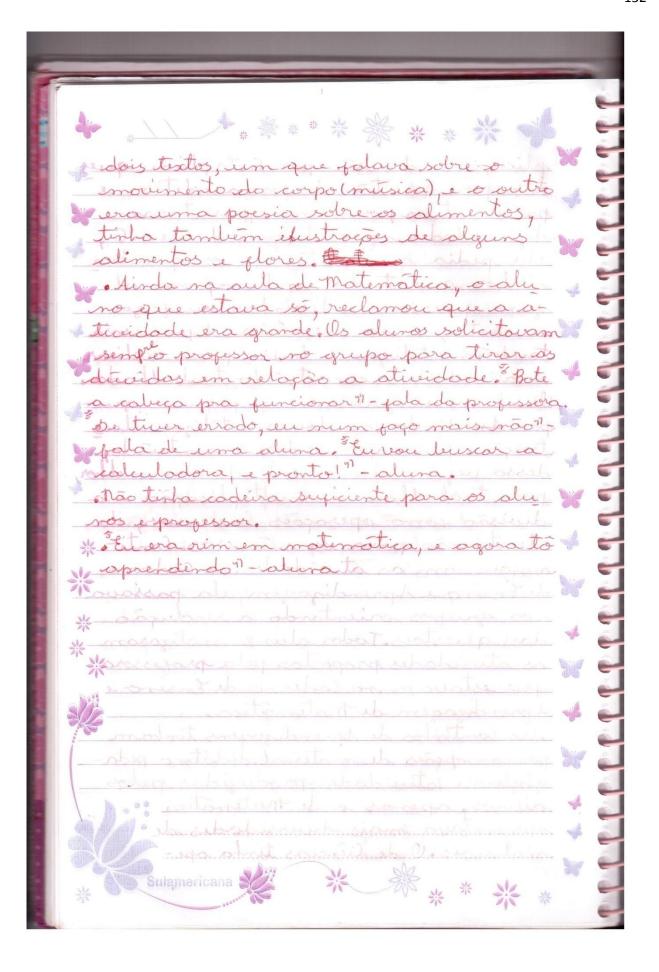
		mobiliário como: armários.	
	Relação do trabalho da escola		
	na comunidade.	Internamente a escola mudou seu	Aqui dentro mudou muito, aqui dentro
		trabalho e sua estrutura	da escola, muita coisa mudou.
		organizacional.	
Recepção do PEA.	Sentimento com relação à	A comunidade sentiu felicidade e	Feliz, né. Porque a gente fica feliz
	chegada do Programa Escola	alegria com a chegada do Programa	quando chega pra melhorar, (). \acute{E}
	Ativa na escola.	na escola, devido à expectativa de	muita alegria, ().
		melhorias na educação no campo.	
Diretrizes Operacionais para	Conhecimento das Diretrizes.	Ausência do conhecimento das	Eu não sabia não, tô sabendo agora.
a Educação Básica nas		Diretrizes Operacionais da	
Escolas do Campo.		Educação do Campo.	

Apêndice 8 – Registro de observação do Diário de Campo, 12/12/2012



* * * * * valer 10 ponto s isciplina e quem faltosse resse primeiro viso por 5 , e a

e forma ades na contagem de que contassem os queriam adicintar ou também utilizar os se ajudavam nos pequenos agr inda na lousa, entiliz vez os alunos entenderam como operações estração para os n com as atvidades no Coderno Ensiro e Aprendizogem, el as atwidades propostos pela profes zagen poucas opções de mate esentava mais diversi eriais. O de Ciências tinha ope-Sulamericana Sulamericana



ANEXOS

Anexo 1 – Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB) instituindo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. (*)

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O Presidente da Câmara da Educação Básica, reconhecido o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 4° O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Ed ucação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades

(*) CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

- Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.
- § 1° O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.
- § 2° As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.
- Art. 8° As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissiona l, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:
- I articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;
- II direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;
- III avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;
- IV controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.
- Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.
- Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.
- Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:
- I para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;
- II para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.
- Art. 12. O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos artigos 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções 3/1997 e 2/1999, da Câmara da Educação Básica, assim como os Pareceres 9/2002, 27/2002 e 28/2002 e as Resoluções 1/2002 e 2/2002 do Pleno do Conselho Nacional de Educação, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permane nte dos docentes.

- Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:
- I estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
- II propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.
- Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.
- Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2°, do art. 2°, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:
- I as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;
- II as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atend imento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;
- III remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.
- Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO Presidente da Câmara de Educação Básica

Anexo 2 – Manual de Adesão ao Programa Escola Ativa



PASSO-A-PASSO PARA ADESÃO AO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

A adesão ao Programa Escola Ativa pode ser feita por Estados ou Municípios que:

- § tenham escolas com classes multisseriadas dos anos iniciais do ensino fundamental em sua rede;
- § conheçam o Programa e estejam decididos a assumir as respectivas atribuições e responsabilidades;
- § tenham interesse em participar do Programa em 2010 e 2011;
- § tenham o Plano de Ações Articuladas (PAR) elaborado ou já em elaboração.

Atendidos esses itens, a adesão poderá ser feita tanto pelos entes (Estados ou Municípios) que ainda não participam do Programa, como por aqueles que já participam dele, ainda que parcialmente. O preenchimento da adesão ao Programa Escola Ativa será feito no PAR.

Os Estados e Municípios que estão fazendo a adesão pela primeira vez serão inseridos no Programa a partir de 2010, de acordo com a demanda informada no momento dessa adesão, em todos os itens, sempre lembrando que os dados devem ser uma projeção para os anos de 2010 e 2011.

Os que já aderiram ao Programa em anos anteriores devem considerar, no momento de informar a demanda, os itens que já foram atendidos em anos anteriores. Por exemplo: se de um total de dez escolas com classes multisseriadas, cinco já participam do Programa e já receberam o kit pedagógico, todas as dez escolas serão cadastradas como partícipes do Programa, porém, no preenchimento dos kits necessários, deverão ser solicitados apenas os cinco que ainda faltam para abranger todas as escolas. Essa consideração deverá ser feita para todos os itens solicitados.

1. LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A ADESÃO

Inicialmente a equipe da secretaria de educação precisa conhecer o Programa Escola Ativa. Para isso pode buscar as informações no portal do Ministério da Educação (http://www.mec.gov.br/secad/escolaativa) ou diretamente com a coordenação do Programa pelo endereço eletrônico coordenacaoeducampo@mec.gov.br ou pelo telefone (61) 2104-6022 / 6033 / 6050 / 6083.

Uma vez que o Estado ou Município decida participar do Programa Escola Ativa, é necessário que se faça um levantamento prévio das informações necessárias para a adesão:

- a) definição do coordenador do Programa no município;
- b) definição do(s) professor(es)- multiplicador(es): um técnico da secretaria de educação para cada 25 unidades escolares com classes multisseriadas inscritas no Programa Escola Ativa;

- c) nome das escolas com classes multisseriadas (com o código do Inep) e quantidade de locais de funcionamento (prédios anexos);
- d) quantidade de turmas com classes multisseriadas em cada uma das escolas;
- e) quantidade de kits pedagógicos necessários por escola (considerando um kit pedagógico por local de funcionamento);
- f) quantidade de alunos matriculados em cada série, por escola, em cada ano (os dados devem ser uma projeção para os anos de 2010 e 2011).

Nesse levantamento prévio, o município que já implementa o Programa deve verificar se o material que foi recebido em 2009 é suficiente ou precisa de complementação.

2. A ADESÃO

Com dos dados necessários para a adesão, o dirigente responsável pela rede de ensino (secretário de educação estadual ou municipal) acessará o PAR (http://simec.mec.gov.br), utilizando o navegador Mozilla Firefox, e visualizará a seguinte tela:



Preenche-se o CPF do dirigente municipal de educação e a sua senha do Módulo PAR Plano de Metas. Caso o dirigente não tenha cadastro no Simec – Módulo PAR Plano de Metas, ele deve solicitá-la clicando em "Solicitar Cadastro".

🔑 Acesso ao Sistema	No.
CPF: Senha:	Esqueceu sua Senha?
Solid	itar Cadastro

Ao acessar o PAR do município, visualiza-se o Termo de Adesão ao Programa Escola Ativa.



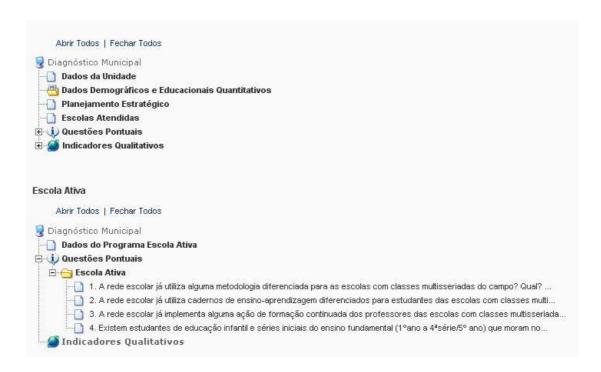
Depois de ler atentamente o Termo de Adesão, o dirigente escolherá uma das opções disponíveis:

- a) "Confirmo a Adesão" se há escolas com classes multisseriadas na rede de ensino e o Estado ou Município quer confirmar sua decisão em participar do Programa. A partir da confirmação, abrirão campos para preenchimento que serão explicados a seguir.
- b) "Não Confirmo a Adesão" se o Estado ou Município decidir não participar do Programa, mesmo tendo escolas com classes multisseriadas na rede de ensino. Nesse caso, a tela da adesão ficará oculta.

c) "Não há escolas com classes multisseriadas" - quando o Estado ou Município não faz a adesão porque não há classes multisseriadas na rede de ensino e elas não serão implementadas até 2011. Nesse caso, a tela da adesão também ficará oculta.

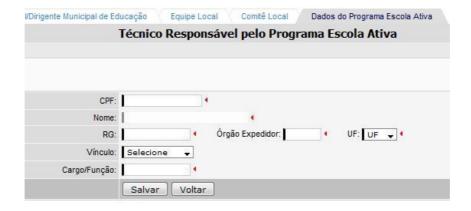
3. CONFIRMAÇÃO DA ADESÃO

Com a confirmação da adesão ao Programa Escola Ativa abre-se uma nova tela.



Verifica-se que é reproduzida a árvore do PAR, destacando as questões relacionadas ao Programa: dados do Programa Escola Ativa, quatro questões pontuais e dez subações a serem preenchidas nos anos de 2010 e 2011 (os dados preenchidos e aprovados em 2008 e 2009 não serão alterados).

3.1 Preenchimento dos "Dados do Programa Escola Ativa"

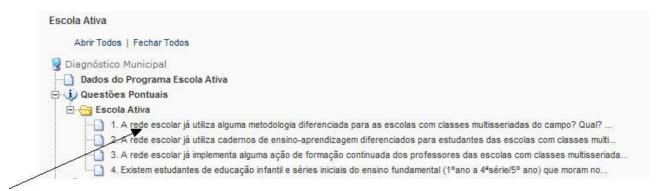


Informam-se o CPF, o RG (com o órgão expedidor e UF do órgão) do técnico que é/será responsável pelo Programa no município – o nome é preenchido automaticamente –, seleciona-se o vínculo

(cedido, concursado, contratado ou outro) e especifica-se a função na secretaria de educação. Salvam-se as informações e volta-se à tela principal.

3.2 Preenchimento das "Questões Pontuais"

São quatro questões pontuais a serem preenchidas. Clica-se sobre a primeira delas para iniciar o preenchimento.



Quando a tela abrir, digita-se a resposta e salvam-se as informações.

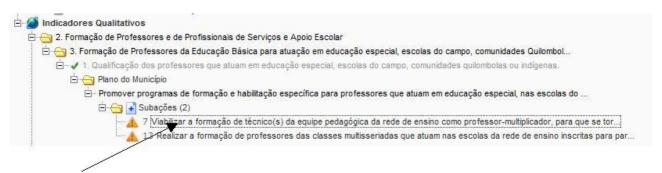


Segue-se esse procedimento para preencher as demais questões pontuais.

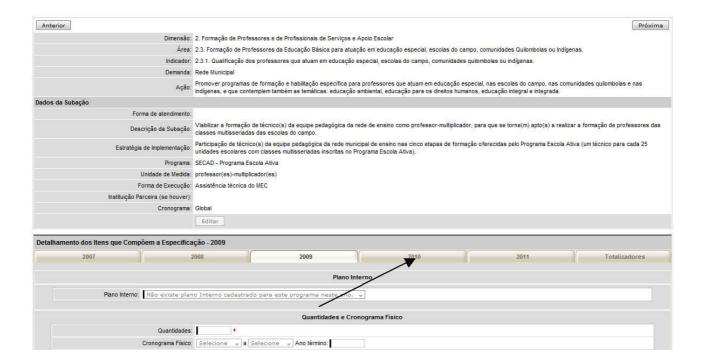
3.2 Preenchimento dos "Indicadores Qualitativos" (subações)

Para efetivar a adesão ao Programa Escola Ativa é preciso que o município preencha as subações. Nesse momento, é permitido a todos os municípios preencherem as dez subações que seguem nos anos de 2010 e 2011, independentemente da pontuação do indicador ou de a subação ter sido analisada anteriormente – prevalecerão os novos dados.

Para iniciar o preenchimento, clica-se sobre a primeira subação (desconsidera-se a numeração da pontuação – ela serve para a equipe técnica do PAR, no MEC, identificar a subação para análise).



Ao abrir a tela, clica-se em 2010.

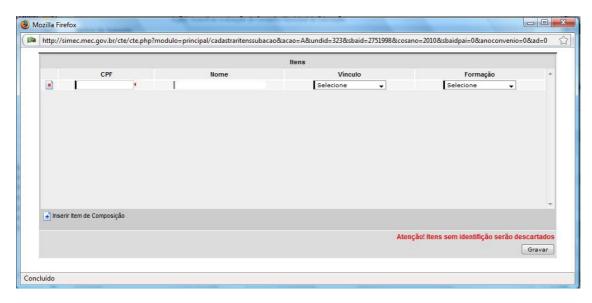


Observa-se a unidade de medida (nesse caso, professores-multiplicadores). Quantos professores-multiplicadores precisarão ser formados em 2010 no Estado/Município (considerando um técnico da secretaria de educação para cada 25 unidades escolares com classes multisseriadas inscritas no Programa Escola Ativa)?

Preenchem-se a quantidade e o cronograma físico.



Inseridas essas informações, clica-se no ícone dos itens de composição. Uma nova tela abrirá para que o Estado/Município informe o nome de cada professor-multiplicador (a quantidade de professores cadastrados deve ser a mesma informada no campo "quantidades" da subação).



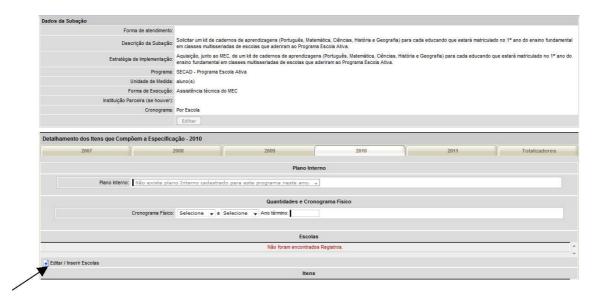
A segunda subação – realizar a formação de professores das classes multisseriadas que atuam nas escolas da rede de ensino inscritas para participar do Programa Escola Ativa – será preenchida da mesma forma.

Na sequência são apresentadas cinco subações onde o Estado/Município informará o número de kits de cadernos de aprendizagem necessários para cada escola, em cada ano/série. Elas são preenchidas da mesma forma. São as subações:

- Solicitar um kit de cadernos de aprendizagens (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) para cada educando que estará matriculado no 1º ano do ensino fundamental em classes multisseriadas de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa.
- Solicitar um kit de cadernos de aprendizagens (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) para cada educando que estará matriculado no 2º ano/1ª série do ensino fundamental em classes multisseriadas de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa.
- Solicitar um kit de cadernos de aprendizagens (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) para cada educando que estará matriculado no 3º ano/2ª série do ensino fundamental em classes multisseriadas de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa.
- Solicitar um kit de cadernos de aprendizagens (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) para cada educando que estará matriculado no 4º ano/3ª série do ensino fundamental em classes multisseriadas de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa.

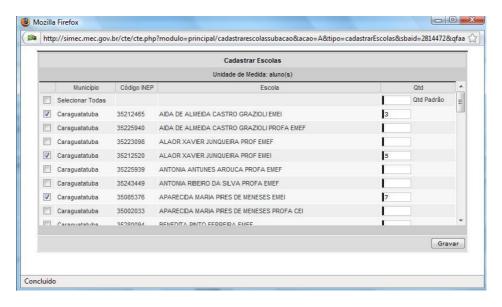
• Solicitar um kit de cadernos de aprendizagens (Português, Matemática, Ciências, História e Geografia) para cada educando que estará matriculado no 5º ano/4ª série do ensino fundamental em classes multisseriadas de escolas que aderiram ao Programa Escola Ativa.

Segue o modelo para preenchimento (os dados colocados são meramente ilustrativos). Clica-se sobre a subação e, depois que abrir a tela, clica-se no ano de 2010. Inserem-se as escolas clicando no ícone do "Editar/Inserir Escolas".



Ao abrir a tela com a relação das escolas do município, devem ser selecionadas as escolas com classes multisseriadas que precisarão de kits de cadernos de aprendizagens para alunos de 1º ano do ensino fundamental em 2010.

No campo quantidade da tela, verifica-se a unidade de medida (alunos). Quantos alunos devem receber o kit de cadernos de aprendizagens em cada uma das escolas selecionadas? Preenchem-se as quantidades e gravam-se as informações.



A totalização aparecerá automaticamente. Preenche-se o cronograma físico e salva-se a subação.

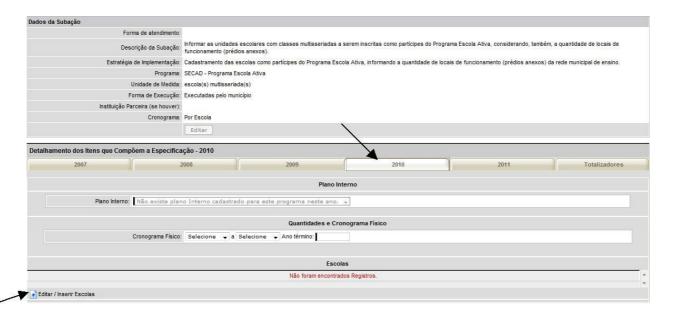


Repete-se o procedimento para 2011. A subação foi totalmente preenchida.

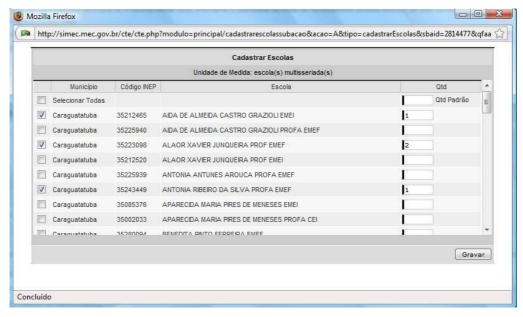
Cabe ressaltar que todas as subações referentes aos kits de cadernos de aprendizagens serão preenchidas da mesma forma.

Para o preenchimento da próxima subação – informar as unidades escolares com classes multisseriadas a serem inscritas como partícipes do Programa Escola Ativa, considerando, também, a quantidade de locais de funcionamento (prédios anexos) – o Estado/Município deve inserir as escolas que possuem classes multisseriadas que implementarão o Programa Escola Ativa em 2010 (inclusive aquelas que já implementaram em 2008 e 2009 e continuarão em 2010) e em 2011 (todas as escolas que já estarão implementando o Programa, acrescidas, eventualmente, de escolas que iniciarão apenas em 2011).

Clica-se sobre a subação e, depois que abrir a tela, clica-se no ano de 2010. Inserem-se as escolas clicando no ícone do "Editar/Inserir Escolas".



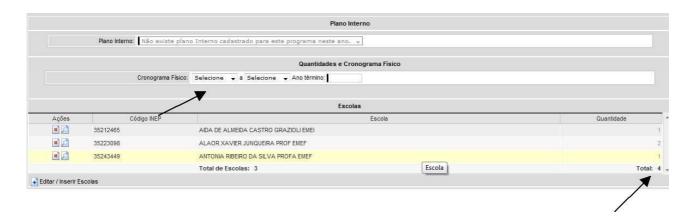
Ao abrir a tela com a relação das escolas do município, devem ser selecionadas as escolas com classes multisseriadas.



No campo quantidade da tela, verifica-se a unidade de medida (escolas multisseriadas). Quais escolas implementarão o Programa em 2010? Preenchem-se as quantidades e gravam-se as informações.

OBSERVAÇÃO: Quando a escola possui apenas um prédio (um endereço), a quantidade informada é 1 (uma). Quando duas ou mais escolas (em diferentes endereços) utilizam apenas um código do Inep, informa-se a quantidade de escolas onde há turmas com classes multisseriadas.

A totalização aparecerá automaticamente. Preenche-se o cronograma físico e salva-se a subação.



Repete-se o procedimento para 2011. A subação foi totalmente preenchida.

As subações seguintes – informar a quantidade de turmas com classes multisseriadas das escolas da rede municipal de ensino inscritas como partícipes do Programa Escola Ativa e garantir que cada unidade escolar (local de funcionamento) da rede de ensino, inscrita como partícipe da Escola Ativa, receba um kit pedagógico do Programa – seguem a mesma lógica da subação anterior.

Os procedimentos são simples para quem já está familiarizado com a sistemática do PAR. Porém, em caso de dúvidas, elas poderão ser esclarecidas pela equipe técnica do PAR.

IMPORTANTE:

Informações sobre o Programa Escola Ativa:

Coordenação do Programa Escola Ativa

Endereço eletrônico: coordenacaoeducampo@mec.gov.br

Telefones: (61) 2104-6022 / 6033 / 6050 / 6083

Informações sobre o preenchimento da adesão no PAR:

Equipe Técnica do PAR

Endereço eletrônico: <u>planodemetas@mec.gov.br</u>

Telefones: (61) 2104-9839/9501/8288

Acesse periodicamente os portais do Ministério da Educação (<u>www.mec.gov.br</u>) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (<u>www.fnde.gov.br</u>) para acompanhar as notícias sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).